

RELATORIO

APRESENTADO

AO

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO

DA

Republica dos Estados Unidos do Brasil

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

ANNO DE 1931

1º VOLUME

Introdução, Exposição e Anexo A



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL
1934

RELATORIO
DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1931

INTRODUÇÃO, EXPOSIÇÃO E ANNEXO A

RELATORIO

APRESENTADO

AO

CHEFE DO GOVERNO PROVISORIO

DA

Republica dos Estados Unidos do Brasil

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

ANNO DE 1931

1º VOLUME

Introducção, Exposição e Anexo A



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL
1934

QUADRO DAS MATERIAS

1º VOLUME

INTRODUÇÃO	
------------------	--

EXPOSIÇÃO

1 — Limites	3
a) Fronteira Brasil-Guyana Britannica Venezuela.....	3
b) Fronteira Brasil-Guyana Hollandeza.....	4
c) Fronteira Brasil-Colombia.....	5
d) Fronteira Brasil-Uruguay.....	8
2 — Estrada de Ferro Passo do Barbosa a Jaguarão.....	9
3 — Proposta Economica do Governo do Chile.....	9
4 — Reforma do Ministerio das Relações Exteriores.....	9
5 — Revisão do Almanack do Pessoal.....	14
6 — Cruzeiro Aereo Italiano ao Brasil.....	15
7 — O Dia Pan-Americano.....	16
8 — Visitas do Pincipe de Galles e do Principe George da Inglaterra.....	18
9 — Uniformes dos Corpos Diplomatico e Consular.....	24
10 — Fixação do numero de Auxiliares para os Consulados.....	24
11 — Conferencia Internacional do Café em S. Paulo.....	24
12 — Posse do Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores.....	28
13 — Posse do Chefe do Departamento Administrativo.....	28
14 — Novo Arbitro Brasileiro na Corte permanente de arbitragem.....	29
15 — Novo Cerimonial Diplomatico.....	29
16 — Conferencia Internacional do Trabalho.....	30
17 — Fallecimento do Ministro Raphael de Mayrinck.....	30
18 — Intercambio Espiritual entre o Brasil e o Uruguay.....	31
19 — Anniversario da Independencia dos Estados Unidos.....	32
20 — Perda da Nacionalidade por emprego ou pensão sem autorização do paiz de origem.....	33
21 — Expedição Argentina estudando o regime fluvial do Rio Paraguay....	33
22 — Missão Commercial Canadense.....	34

23 — Codificação Progressiva do Direito Internacional na Liga das Nações	35
24 — Comissão de Codificação de Direito Internacional Publico.....	40
25 — IVª Conferencia Commercial Pan-Americana.....	43
26 — Monumento Pharol-Colombo.....	44
27 — Tratado de Extradicação do Brasil com a Italia.....	45
28 — Reorganização do Archivo.....	46
29 — Conferencia Economica de Montevidéo.....	47
20 — Navios de Guerra Estrangeiros em Portos Brasileiros.....	47
31 — Hospedes Illustres.....	48
32 — Missões Scientificas Estrangeiras.....	48
33 — Congressos, Conferencias e Exposições.....	49
34 — Movimento de Actos Internacionaes em 1931.....	53
a) Actos firmados.....	53
b) Actos ratificados.....	55
c) Actos aos quaes se adheriu.....	57
d) Trocas e depositos de ratificações.....	57
e) Actos promulgados.....	58
f) Actos publicados.....	59
35 — Ratificações de Governos Estrangeiros.....	61
g) Adhesões	64
h) Denuncias	69
36 — Movimento do Pessoal em 1931.....	69
a) Corpo diplomatico.....	69
b) Corpo consular.....	78

ANNEXO A

(DOCUMENTOS DIVERSOS)

FRONTEIRA BRASIL-GUYANA BRITANNICA

N. 1 — Acta da quarta conferencia da Commissão Mixta Brasileiro-Britannica e Demarcadora de limites.....	3
N. 2 — Proposta para determinar o Thalvegue do Rio que forma o limite entre o Brasil e a Guyana Britannica.....	9
N. 2 A — Memorandum	11
N. 3 — Resumo dos trabalhos na Guyana Britannica e fronteira na região das cabeceiras dos rios.....	15

FRONTEIRA BRASIL-COLOMBIA

N. 4 — Acta da Quinta Reunião da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana de Limites.....	25
N. 5 — Acta da Sexta Sessão da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana. Demarcadora de Limites.....	27
N. 6 — Acta da Setima Sessão da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiano. Demarcadora de Limites.....	29
N. 7 — Acta da Oitava Sessão da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana. Demarcadora de Limites.....	33
N. 8 — Termo de inauguração de um marco levantado na embocadura do rio Taraira.....	37
N. 9 — Termo de inauguração de um marco levantado na embocadura do rio Apaporis.....	38

FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY

N. 10 — Acta da Duodecima Conferencia da Comissão Mixta de Limites e caracterização da fronteira Brasil-Uruguay.....	39
--	----

COMISSÃO MIXTA PARA A DEMARCAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAY

N. 11 — Nota da Legação do Brasil em Assumpção ao Governo Paraguay..	43
N. 11 A — Nota do Governo Paraguay a Legação do Brasil em Assumpção	44

ACCÔRDO RELATIVO DO PROTOCOLLO DE INSTRUÇÕES PARA A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E A GUYANA-HOLLANDEZA

N. 12 — Nota da Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	45
N. 12 A — Nota do Governo Brasileiro a Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro.....	46
Protocollo de Instruções para a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guyana Hollandeza.....	47

PERDA DE NACIONALIDADE POR EMPREGO OU PENSÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO PAIZ DE ORIGEM

N. 13 — Carta do Encarregado de Negocios da Grã-Bretanha ao Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores.....	53
N. 13 A — Resposta do Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores ao Encarregado de Negocios de Sua Magestade Britannica	54

N. 13 B — Parecer do Consultor Juridico do Ministerio das Relações Exteriores, professor Clovis Bevilacqua.....	55
N. 13 C — Proclamação do Dia Pan-Americano pelo Presidente dos Estados Unidos da America.....	54

ACCÔRDO ENTRE O BRASIL E A AUSTRIA RELATIVO A SUPPRESSÃO DO “VISTO” EM PASSAPORTE

N. 14 — Nota da Legação da Austria no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	59
N. 14 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Austria no Rio de Janeiro	60

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A GRÁ-BRETANHA

N. 15 — Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica no Rio de Janeiro	63
N. 15 A — Nota da Embaixada Britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	64
N. 15 B — Nota da Embaixada Britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	66
N. 15 C — Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica no Rio de Janeiro	66

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E OS PAIZES-BAIXOS

N. 16 — Nota da Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	69
N. 16 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro.....	70

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E O ESTADO LIVRE DA IRLANDA

N. 17 — Nota da Embaixada Britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	73
N. 17 A — Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica no Rio de Janeiro.....	74

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A SUECIA

N. 18 — Nota da Legação da Suecia no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	77
N. 18 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Suecia no Rio de Janeiro	79

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A ALLEMANHA

N. 19 — Nota da Legação da Allemanha no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	81
N. 19 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Allemanha no Rio de Janeiro.....	82
N. 19 B — Nota da Legação da Allemanha no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	84
N. 19 C — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Allemanha no Rio de Janeiro.....	85

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A SUISSA

N. 20 — Nota da Legação da Suissa no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	87
N. 20 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Suissa no Rio de Janeiro.....	90

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A FINLANDIA

N. 21 — Nota da Legação da Finlândia no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	93
N. 21 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Finlândia no Rio de Janeiro	96

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A TCHECOSLOVAQUIA

N. 22 — Nota da Legação da Tchecoslovaquia no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro.....	99
N. 22 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Tchecoslovaquia no Rio de Janeiro.....	101

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A DINAMARCA

N. 23 — Nota da Legação da Dinamarca no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	103
N. 23 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Dinamarca no Rio de Janeiro.....	105

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E O CANADÁ

N. 24 — Nota da Embaixada da Britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	107
N. 24 A — Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica no Rio de Janeiro.....	108

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E O MEXICO

N. 25 — Nota da Embaixada do Mexico no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	111
N. 25 A — Nota do Governo Brasileiro á Embaixada do Mexico no Rio de Janeiro.....	112

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A RUMANIA

N. 26 — Nota da Legação da Rumania no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	115
N. 26 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Rumania no Rio de Janeiro em 16 de Dezembro de 1931.....	118

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A NORUEGA

N. 27 — Nota da Legação da Noruega no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro	121
N. 27 A — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Noruega no Rio de Janeiro.....	124
N. 27 B — Nota do Governo Brasileiro á Legação da Noruega no Rio de Janeiro.....	125

N. 28:

Demonstração comparativa do Material comprado pelo Ministerio das Relações Exteriores á firma Harrison & Sons. nos annos de 1929, 1930 e 1931.....	127
Moveis do edificio novo.....	128
Moveis e alfaías do edificio da Bibliotheca.....	129
Moveis Novos.....	132
Tapetes	134
Arrecadação	134
Crystaes existentes na arrecadação deste Ministerio em perfeito estado	134
Material de louça existente na arrecadação em perfeito estado...	135
Toalhas e guardanapos para uso de banquete no Ministerio.....	135
Inventario da prataria.....	136
Relação dos automoveis deste Ministerio.....	138
Material de garage.....	138

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

N. 29 — Relatorio do Chefe de Serviço.....	141
--	-----

INTRODUÇÃO

Excellentissimo Senhor Chefe do Governo Provisorio.

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia o relatorio da gestão do Ministerio, a meu cargo, no decurso do anno de 1931, proximo findo.

Assignala-se ahi a reforma dos Serviços, realizada por via do Decreto de 15 de Janeiro e levada a effeito, graças ao decidido apoio concedido por Vossa Excellencia ao plano submettido á sua approvação.

Convoquei para o exame de tão importante medida todos os Chefes de Serviço da antiga Secretaria de Estado, assim como alguns Chefes de Missão e Consules, que se achavam temporariamente nesta Capital. Realizei numerosas sessões, sob minha presidencia, em que foram estudados, um por um, os artigos do projecto por mim organizado, tendo havido, nesse trabalho em commum, a mais ampla liberdade de opinião por parte de todos os collaboradores.

A reforma, portanto, é uma obra de largo alcance, em que se aproveitaram os conhecimentos e a experiencia dos mais esclarecidos espiritos, que, em longos annos de tirocinio, têm estado ao serviço do Ministerio das Relações Exteriores.

Tendo utilizado, igualmente, os ensinamentos colhidos na organização adoptada pelos Estados Unidos da America,

Inglaterra, França, Allemanha, e Italia, a reforma por nós effectuada transformou fundamentalmente o archaico apparelho dos nossos serviços exteriores, creando, em substituição a essa inefficiente e tarda burocracia, de formulas superficiaes, um systema de activa e vigilante defesa dos nossos interesses na dura competição economica, que é a caracteristica dos dias actuaes.

A organização, que encontramos, datava de meados do seculo passado. Muitos dos nossos antecessores reclamaram contra ella, mas, ou seja pelas difficuldades inherentes á realização de quaesquer reformas mais profundas nos quadros legaes, ou seja pela resistencia passiva opposta pelo instincto de exagerado apêgo á tradição — o certo é que o espirito renovador foi sempre cedendo o passo ao sentimento de conservação da obsoleta aparelhagem, contra a qual se reclamava.

A Revolução, porém, abrindo largas janellas no velho edificio do antigo regimen, arejou o ambiente social e permittiu, entre tantas reformas beneficas, a dos nossos serviços das relações internacionaes, pondo-as de accordo com as necessidades actuaes, assegurando a rotatividade dos funcçionarios, facilitando-lhes o aperfeiçoamento da competencia technica pela passagem periodica pelos postos da Secretaria e do exterior, abrindo horizontes ás intelligencias e aproveitando igualmente os funcçionarios que melhor se revelarem no exercicio de funcções dos tres quadros: o da Secretaria, o Diplomatico e o Consular.

A reforma fundiu o antigo quadro da Secretaria de Estado com os do Corpo Diplomatico e do Corpo Consular.

Não fez a fusão completa destes dois ultimos quadros, porque julgou prudente deixar ao tempo a depuração prévia dos respectivos elementos antes de unificar-lhes o pessoal. Deixou, porém, a directriz ás futuras administrações e permittiu as medidas iniciaes por meio da transferencia de funcionarios consulares para o quadro diplomatico.

Uma das medidas preliminares, absolutamente indispensaveis á fusão dos dois referidos quadros, é a da melhoria dos vencimentos do Corpo Consular. Na impossibilidade de fazel-a, em virtude das condições precarias do Thesouro Nacional, tive a honra de propôr e justificar uma tabella de vencimentos consulares pela classificação dos consulados, segundo o custo da vida em cada posto, tomados para isto os indices organizados pela Sociedade das Nações e certos criterios do nosso proprio interesse em relação a determinados postos. Infelizmente, nem mesmo essa medida se poude pôr ainda em pratica, pelo mesmo motivo da precariedade da nossa situação financeira.

No anno findo, foram realisadas grandes economias em todos os serviços, sendo que, apesar da redução das verbas, todas deixaram saldos.

Foram abolidos os pagamentos exclusivamente em ouro, mantendo-se nessa especie os da representação, aluguer de chancellarias e expediente e sendo pagos em papel os vencimentos propriamente ditos. O motivo dessa reforma é obvio: seria injusto conceder-se a um grupo privilegiado de funcionarios o pagamento total em ouro, quando todos os outros soffrem com o paiz as oscillações dos bons e dos máos dias.

Nas paginas seguintes, especialmente as de n. 9, 10, 11, 12 e 13, se resumem os dados justificativos da grande reforma que, só por si, tornará benemerita a passagem de Vossa Excellencia pelo governo do paiz.

Posta em vigor a reforma dos serviços do Ministerio, dei-me pressa em iniciar a politica commercial cujas bases Vossa Excellencia lançou em sua plataforma de candidato da Alliança Liberal á presidencia da Republica, mediante a realisação de accordos commerciaes capazes de fomentar a expansão de nossa producção e de proporcionar novos mercados á nossa exportação.

No banquete que, em 11 de Julho de 1931, Vossa Excellencia offereceu, no palacio Itamaraty, ao Corpo Diplomatico acreditado no Brasil, declarou Vossa Excellencia:

“Na parte referente ao intercambio commercial, que constitue certamente uma das bases mais seguras do bom entendimento politico, são conhecidas as directrizes do meu governo, em cujo programma se incluye a idéa dos tratados de commercio sem preferencias e inspirados por normas claras de uma politica sincera e leal, norteadas no sentido da garantia e da equidade pela acceitação da clausula de nação mais favorecida.”

Na verdade, os economistas modernos se preocupam com a multiplicidade dos tratados bilateraes e inclinam-se pela

substituição destes por uma especie de regulamentação collective e unica, “um direito verdadeiramente internacional e obrigatorio para todos os Estados, que permitta ao commercio internacional orientar-se por toda a parte e sempre com a facilidade de que se acha elle provido sob o imperio das innumeradas convenções bi-lateraes”.

Esse ideal, concebido pelo Presidente Wilson em um dos 14 pontos do seu programma de paz, foi, de certo modo, consolidado no artigo 23 do Pacto da Sociedade das Nações. “A clausula da nação mais favorecida facilita a concepção universal de igualdade do commercio, que não é incompativel com o ajuste de certas formulas internacionaes, ou de reciprocidade, nem com o tratamento especial, imposto em certos casos para os paizes limitrophes.”

As Conferencias Economicas, realizadas sob os auspicios da Sociedade das Nações, têm, assim, recommendado um systema tariffario e um methodo contractual uniforme, tendo como base o principio da reciprocidade da clausula da nação mais favorecida.

Depois dos necessarios entendimentos com o Senhor Ministro da Fazenda e de autorizado por Vossa Excellencia, passei nota a todos os chefes de missão acreditados no Brasil, propondo-lhes a negociação dos accordos commerciaes sob a base commum da clausula incondicional e illimitada de nação mais favorecida, salvo o caso de tratamento especial, facultado em certas condições ao trafico de fronteiras entre os paizes visinhos.

Comquanto houvesse opiniões que julgassem impossivel, ou muito difficil, a negociação de taes accordos, sem que fosse

previamente conhecida a reforma das tarifas de alfandega, então em estudos no Ministerio da Fazenda — consegui assignar, entre 11 de Setembro (data da assignatura do accordo com a Gran-Bretanha) e 31 de Dezembro (data [do accordo com a Noruega) 16 accordos commerciaes com os seguintes paizes: Gran-Bretanha, Paizes Baixos, Irlanda, Suecia, Alemanha, Suissa, Finlandia, Italia, Tchecoslovaquia, Dinamarca, Islandia, Canadá, Mexico, Rumania, Hungria e Noruega, tendo as assignaturas se verificado chronologicamente na mesma ordem da enumeração acima.

Só dois paizes Americanos — o Canadá e o Mexico — figuram nessa lista dos accordos realizados em 1931.

Os fructos dessa nova politica economica, inaugurada pelo Itamaraty, têm sido abundantes e excellentes, como se póde verificar pelo exame das estatisticas officiaes do nosso commercio de exportação.

Nos discursos que proferi na solemnidade da assignatura de cada um desses accordos encontram-se muitos elementos de informação, que podem servir de confronto entre a situação anterior do commercio de exportação e a que se seguiu á inauguração da nova politica economica lançada pelo governo da Revolução.

A 28 de Novembro de 1931, assignei com o Embaixador da Italia o tratado de Extradicação entre os dois paizes:

Na exposição de motivos, que tive a honra de apresentar a Vossa Excellencia, ao submeter o respectivo instrumento ao acto de ratificação, expuz pormenorizadamente os principios

doutrinarios, os pontos de vista da nossa lei interna, os argumentos do direito comparado, a jurisprudencia dos nossos tribunaes, os factos da tradição de nossa chancellaria, e justifiquei, um a um, os artigos do Tratado.

Como se sabe, a lei brasileira de extradição, n. 2.416, de Junho de 1911, permite, em seu artigo 1º, a extradição de nacionaes e estrangeiros, mas declara que a primeira só será concedida quando, por lei ou tratado, o paiz requerente assegurar ao Brasil a reciprocidade de tratamento.

A Convenção de Direito Penal, concluida em Montevideo a 23 de Janeiro de 1889, já dispunha que “a extradição tem effeito pleno e absoluto, sem que, em caso algum, possa impedil-a a nacionalidade do réo”.

Desde então a doutrina e a evolução do Direito Extradiçional se vêm orientando nesse amplo sentido liberal, que é, hoje, um principio geralmente admittido, baseado nos deveres da assistencia penal internacional, isto é, nos deveres de todos os Estados a cooperarem para a repressão da criminalidade.

O Tratado italo-brasileiro permite a extradição qualquer que seja a nacionalidade do réo.

Com a Austria e a Italia, assignei accordos para a supressão dos *vistos* em passaportes.

Desde que assumi as funções de meu cargo, tomei a firme deliberação de activar os trabalhos de demarcação da nossa

fronteira, e, sem embargo das difficuldades oppostas sob o fundamento da precariedade das nossas receitas, defendi com calor a concessão das verbas necessarias.

Infelizmente, por falta dos recursos pedidos, tive de propôr ao governo dos Paizes Baixos a suspensão dos trabalhos de demarcação, tendo sido assignado a 22 de Setembro o Protocollo de Instrucções. Os trabalhos proseguiram activamente nas fronteiras com a Guyana Britannica, Venezuela, Colombia e Uruguay, como se pôde ver da exposição a folhas seguintes.

Fomos honrados com a visita das Suas Altezas o Principe de Galles e o Principe George da Inglaterra, que chegaram ao Rio a 25 de Março, sendo acolhidos calorosamente pelo povo e governo, que testemunharam assim o alto grão de estima que tributamos á nobre Nação Britannica a que se acha ligado o Brasil por tantos laços no passado e no presente.

Recebemos, tambem, a 15 de Janeiro, a visita dos bravos officiaes italianos, que, sob o commando do Marechal Italo Balbo, Ministro da Aeronautica, realizaram o cruzeiro da esquadilha de hydro-aviões ao Atlantico-Sul.

O governo e povo prestaram igualmente aos illustres hospedes do Brasil as homenagens a que tinham direito, tanto pessoalmente, quanto por serem representantes da grande Nação latina, tão estreitamente ligada á nossa pelos laços da raça e pelos do nosso reconhecimento á sua collaboração ao nosso progresso.

Com todos os governos mantivemos as mais cordeaux relações no decurso do anno findo.

Recebemos numerosos convites a participar de Congressos e Conferencias internacionaes, mas tivemos de declinar dos convites por força da situação financeira.

Reúnimos em São Paulo a Conferencia Internacional do Café, na fórmula dos Decretos ns. 19.609 de 20 de Janeiro e 19.768, de 19 de Março, — dando assim o Governo Provisorio uma prova do seu constante interesse pelos problemas de nossa economia.

São estas, Senhor Chefe do Governo Provisorio, as notas capitaes da administração na parte concernente ao Ministerio a meu cargo, no anno proximo findo.

Nas paginas seguintes encontrará Vossa Excellencia outros dados, com maior desenvolvimento dos assumptos.

Agradecendo cordealmente a Vossa Excellencia a ininterrupta confiança, que se tem dignado de conceder-me, —aproveito o ensejo para renovar-lhe a segurança de minha elevada estima e profundo respeito.

a) AFRANIO DE MELLO FRANCO.

EXPOSIÇÃO

LIMITES

FRONTEIRAS BRASIL — GUYANA BRITANNICA — VENEZUELA

De Janeiro a Março de 1931, a Comissão Mixta Brasileiro-Britannica subiu o rio Mahu, indo além da cachoeira do Caronã. Fez o levantamento topographico do trecho percorrido e collocou marcos, de accôrdo com o resolvido na 2ª Conferencia da referida Comissão mixta, realizada a 10 de Maio de 1930.

A 13 de Fevereiro, realizou-se a 4ª Conferencia das Comissões brasileira e britannica, com o fim especial de se estabelecerem algumas regras sobre os trabalhos de demarcação. No Annexo A deste Relatorio se transcreve o teor da acta relativa a essa Conferencia.

De Abril a Agosto, interromperam-se os trabalhos, por ser a época das chuvas. A Comissão brasileira, que entremettes se retirara para Manáus, reencetou a nova expedição no dia 1º de Setembro, já agora acompanhada pela Comissão venezuelana.

A 16 de Novembro, chegaram essas duas Comissões ás margens do Arabopo na base do monte Roraima, onde se encontraram com a Comissão britannica.

No monte Roraima foram erigidos tres marcos: um grande, na intersecção da fronteira do Brasil com a da Venezuela e a

da Guyana britannica; outro menor, no alto do monte, no divisor de aguas Cotingo-Mazaroni, na fronteira com a Guyana britannica; o ultimo no mesmo divisor de aguas Cotingo-Arabopo, na fronteira com a Venezuela.

Ao findar o anno, a Commissão brasileira proseguia na demarcação do alludido divisor de aguas Cotingo-Mazaroni.

Compuzeram a Commissão brasileira de limites, que trabalhou nas fronteiras do Brasil com a Guyana britannica e a Venezuela, durante esse anno, as seguintes pessoas : Chefe — Capitão de mar e Guerra Braz Dias de Aguiar; Sub-Chefe — Capitão de Corveta Alfredo Miranda Rodrigues; Ajudante — Rubens Nelson Alves; Medico — Capitão Dr. João Braulino de Carvalho; Medico — Capitão Dr. Manoel Mauricio Sobrinho; Medico — Capitão-Tenente Dr. Justino Nogueira Gomes; Secretario — Capitão Alfredo Luna; Auxiliares technicos — Carlos Eugenio Chauvin — e Capitão Jonathas de Moraes Correia.

Dentre esses, formaram a turma brasileira que trabalhou no monte Roraima os seguintes: Capitão de Corveta Alfredo Miranda Rodrigues, Capitão-Tenente medico Dr. Justino Nogueira Gomes, photographo Pedro Szydlowski e auxiliar Raul Fernandes Sá. O Dr. Justino Gomes foi posteriormente substituido pelo Capitão medico Dr. Manoel Mauricio Sobrinho por motivo de saude.

FRONTEIRA BRASIL — GUYANA HOLLANDEZA

Não se procedeu a tabalhos de demarcação na fronteira entre o Brasil e a Guyana hollandeza, durante o anno de 1931.

Foi, entretanto, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 22 de Setembro desse anno, um Accôrdo relativo ao Protocollo de instrucções para a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guyana hollandeza. Esse Protocollo fôra mezes antes, a 27 de Abril, assignado nesta mesma cidade do Rio de Janeiro, entre o Chefe da Commissão brasileira de limites do Sector Norte, Commandante Braz Dias de Aguiar, e o Delegado neerlandez Sr. C. H. Goeje. Pelas supraditas notas, os Governos do Brasil e da Hollanda adoptaram o referido Protocollo. No annexo A deste Relatorio se encontra o inteiro teor do supradito Accôrdo (Fasciculo n. 40 da Collecção de Actos internacionais).

FRONTEIRA BRASIL-COLOMBIA

A 13 de Dezembro de 1930 instalou-se no Rio de Janeiro, em uma das salas do Palacio Itamaraty, a Commissão mixta brasileiro-colombiana demarcadora de limites, prevista no artigo 2º do Tratado de limites e navegação fluvial entre o Brasil e a Colombia, assignado no Rio de Janeiro, a 15 de Novembro de 1928.

A Commissão brasileira estava assim ccnstituida: Chefe, Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira; Sub-Chefe, Tenente Coronel Themistocles Paes de Sousa Brasil; Secretario, Dr. Renato Almeida. Compunham a Commissão colombiana: Chefe, Dr. Belisario Ruiz Wilches; Sub-Chefe, Dr. Dario Roso M.; Secretario, Dr. Luiz Humberto Salamañca.

De 13 de Dezembro de 1930 a 13 de Janeiro de 1931, realizou essa Commissão mixta brasileiro-colombiana 6 confe-

rencias, nas quaes estabeleceu o programma dos trabalhos de demarcação, e firmou as regras a serem seguidas nos serviços topographicos e astronomicos e convencionou normas para a determinação das cabeceiras principaes dos rios.

Na primeira quinzena de Junho de 1931, as Comissões brasileira e colombiana reuniram-se em Manáus, já ahi completas e, a 24 do referido mez, realizaram a 7ª Conferencia da Comissão mixta brasileiro-colombiana, que então ficou definitivamente constituida, com os seguintes membros: Da comissão brasileira: Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Chefe; Tenente Coronel Themistocles Paes de Sousa Brasil, Sub-Chefe; Major Polydoro Corrêa Barbosa, Ajudante; Capitão Frederico Augusto Rondon, Auxiliar tecnico; 1º Tenente José Guimard Santos, Auxiliar Secretario; 1º Tenente Dr. Ernestino Gomes de Oliveira, Medico. Da Comissão colombiana: Dr. Belisario Ruiz Wilches, Chefe; Dr. Dario Roso M., Sub-Chefe; Dr. Humberto Bruno, 1º Engenheiro Adjunto; Dr. Gonzalo Arboleda, 2º Engenheiro Adjunto; Dr. Arturo Vergara Uribe, Medico; Guilherm Ruiz Rivas, Economo; Dr. Hernando Aparicio G., Engenheiro Secretario.

O teor da acta respeitante á 7ª Conferencia acima mencionada encontra-se transcripto no annexo A do presente Relatorio.

Por falta de pessoal tecnico para a formação das tres turmas previstas na 4ª Conferencia do Rio de Janeiro, realizada a 30 de Novembro de 1930, ficou resolvido constituir apenas duas turmas: uma para operar na região do Rio Negro, com a missão de fazer o levantamento topographico do rio Uaupés, collocar os competentes marcos e um marco na desembocadura

do Querari, e effectuar o levantamento topographico do Capury; a outra para operar no Solimões e seus affluentes, com o objectivo de demarcar a linha "Apaporis-Tabatinga", fazer o levantamento topographico do Apaporis desde a sua embocadura no Japurá até a foz do Taraira, collocar nesta o marco divisorio e effectuar o levantamento topographico do Taraira.

A 15 de Julho partiram as duas turmas para os seus destinos.

A turma do Rio Negro teve os seus trabalhos muito prejudicados pelo impaludismo que desde o inicio atacou o pessoal della componente. Não obstante, foi effectuado o levantamento topographico da confluencia do Papury ou Capury com o Uaupés, collocado um marco no lado brasileiro e determinadas as coordenadas desse marco. Não se lavrou, entretanto, o termo de inauguração de tal marco, por não terem sido concluidos pela turma colombiana os seus calculos astronomicos. Ainda foi effectuado o levantamento topographico do Uaupés até Umari-Cachoeira e começado o do rio Capury.

A turma do Solimões collocou um marco na bocca do igarapé Santo Antonio e outro na sua cabeceira em Tabatinga, determinou as coordenadas desses marcos, fez o levantamento topographico do Solimões entre Tabatinga e Leticia, o do igarapé Santo Antonio e da povoação de Tabatinga; a seguir, executou trabalhos no rio Japurá, e fez em parte o levantamento topographico do rio Taraira, collocou um marco na embocadura desse rio, levantou a carta do Apaporis desde a foz do Taraira até a sua desembocadura no Japurá ou Caquetá, collocou um marco na bocca do Apaporis, outro na intersecção da linha geodesica com a margem direita do Japurá e levantou a carta

deste rio entre essa intersecção e a sua confluencia com o Apaporis. Ainda collocou um marco na intersecção da linha geodesica Apaporis-Tabatinga com a margem direita do rio Içá ou Putumayo, determinou as coordenadas geographicas desse marco e fez o levantamento topographico do trecho do rio Içá comprehendido entre os lugares denominados Retiro e Santa Clara.

Os supraditos trabalhos de demarcação tiveram inicio em Tabatinga a 24 de Julho e terminaram a 5 de Dezembro. A 9 desse mez de Dezembro estava a Commissão brasileira de regresso a Manáus.

FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY

Em 1931, o Marechal Gabriel de Sousa Pereira Botafogo foi substituido na chefia da Commissão brasileira de limites Brasil-Uruguay pelo Major Leopoldo Nery da Fonseca.

A 21 de Junho, realizou-se a Duodecima Conferencia dos Delegados Chefes das Commissões brasileira e uruguaya, na qual se assentaram as directrizes a seguir nos trabalhos de demarcação da fronteira. O teor da acta relativa a essa Conferencia encontra-se no annexo A deste Relatorio.

De conformidade com o estabelecido na supra dita Conferencia, foram rebocados 58 marcos construidos anteriormente, iniciou-se o levantamento topographico do divisor de aguas entre Livramento e Massoller e erigiram-se 130 marcos intermedios, no trecho de fronteira que vai do cerro de Caqueira ao do Itaquatiá.

ESTRADA DE FERRO PASSO DO BARBOSA A JAGUARÃO

Ficaram terminadas as obras da Estrada de Ferro Passo do Barbosa a Jaguarão, levada a effeito pelo 1º Batalhão ferroviario, sob o commando e direção technica do Tenente Coronel Julio C. Horta Barbosa.

Com a extensão de 60 km., 600, essa linha ferrea foi construida em virtude da Convenção modificativa do tratado de 22 de Julho de 1918, assignada com o Uruguay, devendo ser incorporada á Rêde Sul Riograndense, para ir encontrar a estrada de ferro que o Governo Uruguayo se comprometteu a construir de Rio-Branco a Treinta y Três.

PROPOSTA ECONOMICA DO GOVERNO DO CHILE

A' iniciativa do Governo Chileno, conclamando os povos americanos a uma solidariedade economica mais efficiente, capaz de attenuar a grave crise que perturba os negocios em todo o mundo, respondemos declarando-nos favoraveis, em principio, a essa idéa, reservando-nos, porém, plena liberdade de acção no que toca ás nossas relações de ordem financeira com os povos da Europa. Fizemol-o em obediencia a uma politica que não poderíamos abandonar sem graves perturbações para a nossa vida de relações com outras nações.

REFORMA DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Todos os ministros que se têm seguido desde a Republica, na pasta das Relações Exteriores, foram unanimes em reco-

nhecer a inefficiencia da organização do Ministerio das Relações Exteriores.

Varios dentre elles modificaram os seus regulamentos, sempre incredulos, no entanto, das vantagens que pudessem trazer, como na verdade nunca trouxeram, reorganizações superficiaes, feitas unicamente no papel.

E' que o Ministério das Relações Exteriores necessitava de reorganização mais profunda, precisando de completa remodelação, sobretudo porque toda a sua organização era de meados do seculo passado.

Desse modo a reforma teve por fim principal modernizar o aparelhamento destinado a reger as nossas relações internacionaes, pondo-o de accordo com as necessidades actuaes e tornando-o ao mesmo tempo mais elastico e mais democratico. Com esse intuito acabou com os pagamentos exclusivamente em ouro; assegurou a rotatividade dos funcionarios nos postos peiores e melhores, acabando com os antigos privilegios dos protegidos da politica; permittiu que na Secretaria de Estado, onde elle é mais necessario, se aproveite o melhor talento dos tres quadros, e que nella todos se ajustem no seu lugar proprio, sem queixas ou resentimentos, dentro da disciplina e da ordem.

A nova organização baseia-se na fusão dos quadros, pela qual se bateu Oliveira Lima, desde 1910, e que existe nos principaes paizes do mundo (Estados Unidos da America, França, Grã-Bretanha, Allemanha, Italia).

A fusão, que adoptámos, limita-se, porém, á dos quadros da Secretaria de Estado com os do Corpo Diplomatico e Corpo Consular. Não ousámos ainda fundir estes dois, por nos parecer

que o meio ainda não está preparado para manejar o organismo delicado que disso resultaria.

Na organização actual, a Secretaria de Estado, o Corpo Diplomático e o Corpo Consular constituem corpos absolutamente distinctos, com pessoal differente. A consequencia é que, por um lado, os funcionarios diplomaticos e consulares—cujos esforços no exterior, aliás, quasi nunca se coordenam—desconhecem, frequentemente, os serviços da Secretaria de Estado e vivem muito alheios do que se passa no Brasil; por outro lado, os funcionarios da Secretaria não possuem, geralmente, nenhuma experiencia diplomatica ou consular, tão necessaria ao serviço da repartição, e não constituem, como convém, um corpo tecnico, e sim, apenas, um corpo burocratico, conforme alguem já observou.

Além das grandes vantagens que, incontestavelmente, trouxe para o serviço publico, a fusão dos quadros facilitou enormemente a administração, permittindo-lhe a escolha, dentre quadros muitissimo mais largos, de pessoal capaz e de sua confiança para dirigir os serviços no Itamaraty, serviços dos quaes depende, no fundo, o exito da direcção dos negocios estrangeiros do Brasil. Acabou com muitos resentimentos existentes. Assegurou a direcção dos serviços a pessoas que os conhecem sob o ponto de vista externo, ao mesmo tempo que permittiu ajustar, com proveito para o serviço, innumerous interesses pessoas.

Contra a fusão, aliás restricta, que se praticou, só se pode allegar uma coisa: é que veio tarde. A experiencia dos povos cultos, que a empregam, tem demonstrado que ella constitue o melhor processo para se retirarem bons resultados dos serviços referentes ás relações exteriores de um paiz.

O Ministerio das Relações Exteriores vai soffrer necessariamente, durante o periodo de reajustamento, certo abalo, resultante da reforma do pessoal, em que importa a fusão.

Por isto mesmo, o momento não pareceu opportuno para se fazer tambem reforma mais radical na Secretaria de Estado.

Afóra a mudança das designações dos chefes de serviço, para permittir a utilização do pessoal do Corpo Diplomatico e Corpo Consular; a suppressão da Directoria Geral dos Negocios Commerciaes, que dirigia apenas uma secção, e esta mesma muito reduzida desde que lhe foram tirados o serviço commercial, o de passaportes e outros; e a consolidação de serviços existentes, mas ainda não devidamente regulados, — não ha, por assim dizer, modificação na organização da Secretaria de Estado.

Para dar maior autonomia aos serviços, o Secretario Geral passa apenas a superintender os que lhe estão subordinados, e não mais a dirigil-os, como pela organização anterior, em que o Director Geral era tambem um verdadeiro director de Secção.

Aproveitou-se, tambem, a occasião para applicar muitas medidas de menor importancia, mas que a experiencia vem reclamando como necessarias. O grande numero de doentes no Ministerio das Relações Exteriores prova, por exemplo, que o simples attestado de um médico amigo não é garantia sufficiente para a admissão de um funcionario, e que um exame feito na Saude Publica deve assegurar de outra forma o interesse publico, impedindo que se tornem verdadeiros pensionistas do Estado empregados já enfermos quando admittidos.

O decreto de reforma trouxe ainda na administração do Ministerio das Relações Exteriores economias que não são de

desprezar, e que poderão ser maiores ainda se fôr reduzido certo numero de lugares á medida que vagarem, o que se poderá fazer sem prejuizo do serviço, pelo maior rendimento que as medidas propostas permittam tirar do pessoal existente.

A questão dos vencimentos mereceu cuidadosa attenção.

Os dos funcionarios em serviço effectivo no exterior, practicamente, não foram alterados. E' evidente, comtudo, que os vencimentos pagos lá fora não podem ser os mesmos que aqui se devem pagar. Por outro lado, porém, para que a Secretaria de Estado possa dispor de pessoal technico e experiente, indispensavel ao seu bom funcionamento e actualmente nos serviços externos, fez-se mistér não lhes reduzir os vencimentos, quando no Brasil, a quantias incompatíveis com o custo da existencia e o padrão de vida a que taes funcionarios se vêm forçados.

Houve que considerar, entretanto, a situação financeira do paiz: ella não permite larguezas, e, pelo contrario, exige sacrificios. Por isto, estabeleceu-se uma tabella modesta, que, embora julgada aquem do que pareceria razoavel, permittiu que o orçamento do Ministerio apresentasse diminuição de despesas.

De que a differença entre o systema até agora vigente, de pagamentos em ouro, e o novo systema, de pagamentos em papel, é enorme, basta assignalar que os funcionarios diplomaticos e consulares, quando em serviço effectivo ou em gozo de férias regulamentares, no Brasil, passarão a perceber menos do que os seus vencimentos, sem a gratificação de exercicio, ou seja sem a terça parte dos mesmos vencimentos, reduzidos a papel ao cambio de 5 $\frac{1}{4}$.

As medidas postas em pratica redundaram em diminuição de despesa e redução do numero de empregados. Asseguraram, ao mesmo tempo, a boa harmonia entre os funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores e, por este meio, permittiram a formação de um espirito de classe, muito util aos serviços.

REVISÃO DO ALMANACK DO PESSOAL

Promulgado em Janeiro de 1931, o Decreto que fundiu os quadros superiores da antiga Secretaria de Estado com os dos Corpos Diplomatico e Consular, tornou-se necessaria uma revisão total nas folhas de serviço de todos os funcionarios afim de se fazer mais facilmente a nova classificação imposta pela reforma.

Esta revisão, entretanto, só poderia ser satisfatoria depois de verificados os documentos relativos ás datas de chegada e de partida de cada funcionario dos respectivos postos, e, ainda, os referentes ás ausencias eventuaes do serviço.

Buscas pacientes e meticulosas nos archivos das “Series” de todas as Missões Diplomaticas, Consulados brasileiros, Delegacias do Thesouro em Londres e muitas outras, subsidiariamente, se impuzeram para a aquisição dos dados necessarios a esse trabalho, pois que naquelle tempo ainda estavam entremeados em todas as “Series” os documentos de interesse individual, felizmente agora já separados em pastas.

Centenas de papeis eram, então, compulsados sem que, por vezes, se encontrasse um só de interesse para o trabalho que se desejava realizar. E isso porque o Archivo do Itamaraty estava na phase de intenso revolvimento de papeis, para o fim de alcançar a sua efficaz organização actual.

Para executar o referido trabalho o Senhor Ministro de Estado, Dr. Afranio de Mello Franco, designou por Portaria de 31 de Janeiro de 1931, o Consul de 3ª classe Senhora Zorayma de Almeida Rodrigues, que o realizou de Fevereiro a Outubro deste mesmo anno.

CRUZEIRO AEREO ITALIANO AO BRASIL

A 15 de Janeiro chegou a esta capital uma esquadrilha composta de dez hydro-aviões italianos sob o commando do Ministro da Aeronautica, General Italo Balbo.

Num memoravel vôo sobre o Atlantico, a referida esquadrilha veio directamente até Natal, para onde o Ministro das Relações Exteriores enviou o seguinte telegramma de saudações:

General Italo Balbo. Natal.— No momento em que Vossa Excellencia chega, gloriosamente, ao Brasil, numa alta missão de cordialidade, tenho a honra de apresentar-lhe, em nome do Povo e do Governo do Brasil, os votos de boas vindas e as mais cordiaes felicitações pelo exito magnifico.— *Afranio de Mello Franco.*

Em resposta, recebeu o Ministro das Relações Exteriores esta mensagem do General Balbo:

Ministro Mello Franco. Rio. — Não esqueceremos jamais a visão primeira e o primeiro contacto com a nobre, grande e bella terra e a hospitalidade verdadeiramente fraternal recebida, depois do vôo sobre o Atlantico, das autoridades e povo da nação irmã, cujo pensamento Vossa Excellencia interpretou na sua calorosa mensagem. No meu nome e no de toda a equipagem, agradeço e retribuo a commovida demonstração de amizade — *Italo Balbo.*

O Chefe do Governo Provisorio recebeu em audiencia especial, no Palacio do Cattete, o General Italo Balbo, a quem foram tributadas honras de Embaixador em Missão Especial.

O Ministro das Relações Exteriores offereceu um banquete no Palacio Itamaraty, em honra do Ministro da Aeronautica Italiana e dos demais membros da sua missão, tendo comparecido o Chefe do Governo Provisorio, Senhor Getulio Vargas.

O DIA PAN-AMERICANO

Pelo Decreto n. 19.685, de 10 de fevereiro de 1931, o Governo Provisorio instituiu no Brasil a commemoração do dia consagrado á solidariedade americana, em relação com o acto do Presidente dos Estados Unidos da America, Senhor H. Hoover, que poz em execução uma resolução approvada pelo Conselho director da União Pan-Americana, proclamando o dia 14 de Abril como "Dia Pan-Americano".

A idéa dessa criação se deve, em ultima analyse, ao Senhor Sylvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil em Washington. Com effeito, numa das ultimas sessões da União Pan-Americana, o ministro de Nicaragua propoz que no dia da festa nacional de cada uma das Republicas americanas, todas ellas arvorassem o seu pavilhão respectivo, acompanhadas nisso, em toda parte, pelas suas missões diplomaticas. Foi então que o Embaixador do Brasil propoz a sua ideia victoriosa no Conselho director da União Pan-Americana e que o Governo dos Estados Unidos da America se apressou em tornar lei, nos termos do documento que consta do Anexo A deste Relatorio.

O Decreto do Governo Provisorio do Brasil, cogitando da mesma deliberação, foi publicado nos seguintes termos:

« O chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

considerando que o Conselho Director da União Pan-Americana, em sua sessão de 7 de Maio de 1930, approvou uma resolução, recommendando aos Governos da União Pan-Americana a adopção de um “Dia Pan-Americano”, a ser celebrado em todas as Republicas da America “como symbolo commemorativo da soberania das nações do Continente e da união voluntaria de todas ellas em uma comunidade continental”;

considerando que o dia escolhido pelo Conselho Director da União foi o 14 de Abril, data da resolução que creou a União Pan-Americana;

decreta:

Art. 1º — Fica o dia 14 de Abril consagrado no Brasil como o “Dia Pan-Americano”. Nessa data o pavilhão nacional será hasteado em todos os edificios publicos, devendo as escolas, associações civicas e o povo em geral celebrar cerimonias que expressem o nosso sentimento de fraternidade para com as demais nações do continente.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1931, 110º da Independencia e 43º da Republica.

a) GETULIO VARGAS.

AFRANIO DE MELLO FRANCO. »

O *Dia Pan-Americano* foi assim commemorado pela primeira vez, no Rio de Janeiro, a 14 de Abril de 1931, com uma

sessão civica no Theatro Municipal, assistida pelas altas autoridades do paiz, pelos representantes do Corpo Diplomatico e na qual pronunciou eloquente discurso o Dr. Rodrigo Octavio, Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, além de outras manifestações levadas a effeito em diversas escolas brasileiras.

Por essa occasião o Ministro das Relações Exteriores enviou ao Dr. Leo Rowe, Director da União Pan-Americana, em Washington, o seguinte telgramma:

« Ao celebrarmos hoje pela primeira vez o dia pan-americano, tenho a honra de apresentar a vossa Excellencia sinceras congratulações e formular votos, em nome do Governo brasileiro, para que a obra de congraçamento deste continente, pela qual tanto se tem empenhado a União Pan-Americana, se consolide cada vez mais. — *Afranio de Mello Franco* ».

VISITAS DO PRINCIPE DE GALLES E DO PRINCIPE GEORGE, DA INGLATERRA

A 25 de Março de 1931, chegaram ao Rio de Janeiro o Principe de Galles e o Principe George, da Inglaterra.

Pela importancia e apreço que o Governo Provisorio attribuiu a essas visitas, — tudo foi feito para dar disso testemunho aos nossos reaes hospedes e para que lhes corresse agradavel a permanencia em territorio brasileiro.

Foi designado o Ministro Mauricio Nabuco para dirigir e preparar a recepção. — O general Tasso Fragoso, o mais graduado e eminente dos nossos officiaes de terra, sem fallar na sua actuação preponderante na crise politica por que passou

o paiz, foi designado para official ás ordens do Principe de Galles.

Nos tres dias da visita official, os Principes estiveram hospedados no Palacio Guanabara.

Nessa primeira parte da estada aqui, além da troca de visitas protocollares com o Senhor Chefe do Governo Provisorio, realizaram-se apenas o jantar official do Governo, no Palacio Itamaraty, seguido de recepção, e o que Sua Alteza real offereceu, no Palacio Guanabara, em retribuição. No primeiro desses jantares, foram trocados discursos muito cordiaes.

As recepções nos Estados, apenas no character semi-particular dessa visita, seguiram as linhas geraes do que se havia feito na Capital Federal.

De São Paulo, os Principes seguiram para o norte do Estado do Paraná em visita ás terras da Companhia "Paraná Plantations". Essa parte do programma foi arranjada de accôrdo com o desejo de sua Alteza Real de conhecer as propriedades da referida companhia ingleza.

Sendo muito fatigante, dado o curto tempo em que se devia realizar essa viagem, fez-se interromper o percurso, tendo o Senhor Lineu de Paula Machado convidado Suas Altezas a passarem um dia na sua fazenda de criação, situada naquellas paragens. Ahi realizaram-se caçadas e festas sportivas, tendo a parada em Morrinhos constituido um grande successo.

A viagem a Minas Geraes foi encurtada, para attender ao pedido do Principe de Galles, que desejava passar mais um dia no Rio de Janeiro, ao regressar. Suas Altezas apenas se demoraram quatorze horas em Bello Horizonte, aproveitando esse tempo para ir a Nova Lima em visita á mina de Ouro de Morro Velho.

Regressando ao Rio de Janeiro, os Principes dedicaram a sua ultima semana de estada entre nós a varias visitas a firmas e empresas commerciaes, como já tinham feito em São Paulo. Na capital paulista, Suas Altezas percorreram o Instituto de Butantan, tendo visitado algumas fabricas mais proximas; no Rio de Janeiro, estiveram no Instituto Oswaldo Cruz, nos estaleiros da Ilha do Vianna e visitaram firmas commerciaes brasileiras e inglezas, o Hospital dos enfermeiros e o Collegio Anglo-Americano.

Nessa segunda parte da sua visita o Principe de Galles esteve uma semana, em character particular, hospedado no Copacabana Palace Hotel, o que, porém, nunca impediu que o Governo brasileiro continuasse a dispensar a suas Altezas Reaes todas as attensões e proporcionar-lhes todas as facilidades.

Durante essa semana, os Principes compareceram a varias festas particulares, inclusive a uma em casa do Senhor Carlos Guinle. O Embaixador britannico, por sua vez, deu-lhes um grande baile.

No mesmo dia de sua chegada, o Principe de Galles offereceu ao Senhor Chefe do Governo Provisorio, á noite, por occasião do jantar do Itamaraty, a Gran-Cruz da Ordem do Imperio Britannico e ao Ministro das Relações Exteriores a Commenda de Conselheiro, tendo antes condecorado o General Tasso Fragoso com a Commenda de Conselheiro da Ordem de Victoria e o Ministro Mauricio Nabuco e os outros officiaes postos á sua disposição e á do Principe George com o grão de commendador do Imperio Britannico.

Como modesta lembrança do nosso paiz, o Senhor Chefe do Governo Provisorio fez presente a cada um dos Principes de uma lampada antiga de prata, trabalho de arte nacional.

A partida dos Principes, no dia 12, teve caracter particular, não se lhes prestando honras militares. Pouco antes de embarcar, o Principe de Galles foi ao Palacio do Cattete despedir-se do Senhor Chefe do Governo Provisorio e com Sua Excellencia teve a sós uma longa entrevista de perto de meia hora. O Principe George veiu tambem mais tarde ao Palacio, com esse fim. O Senhor Chefe do Governo Provisorio acompanhou o Principe de Galles, no automovel particular de Sua Alteza, até o Cães Mauá, onde tambem compareceram todos os Ministros de Estado e altas autoridades.

De bordo do “Arlanza”, o Principe de Galles, enviou o seguinte radiogramma ao Chefe do Governo Provisorio, Senhor Getulio Vargas:

“Agradeço muito sua hospitalidade e amabilidade durante minha estada em seu paiz; quero dizer-lhe tambem quanto aprecio a sympathia que demonstrou nos assumptos que interessam o commercio britannico no Brasil com meus melhores votos para sua felicidade pessoal e de sua senhora.—
Eduardo P.”

O Senhor Chefe do Governo Provisorio respondeu nos seguintes termos:

« SUA ALTEZA O PRINCIPE DE GALLES,

Bordo do “Arlanza”

Recebi com desvanecimento a mensagem de Vossa Alteza, em que agradece ao Povo e ao Governo do Brasil a hospitalidade com que o acolheram e ao Principe George. Posso affirmar a Vossa Alteza que todos os brasileiros guardarão

sempre a mais cordial recordação da sua estada e do seu Irmão, entre nós, numa affectuosa visita que demonstrou mais uma vez a solida e leal amizade que une as nossas Patrias. Agradecendo os seus votos, renovo aquelles que sinceramente formulo pela felicidade pessoal de Sua Magestade o Rei, pela de Vossa Alteza e da Familia Real e pela crescente prosperidade do Imperio Britannico.

GETULIO VARGAS. »

Ao mesmo tempo, o Senhor Chefe do Governo Provisorio se dirigiu ao Rei de Inglaterra, nestes termos:

« SUA MAGESTADE GEORGE V.

Buckingham Palace

London.

No momento em que Suas Altezas Reaes o Principe de Galles e o Principe George deixam as aguas nacionaes, terminada a sua visita ao Brasil, é-me muito grato manifestar a Vossa Magestade a grande alegria e o apreço com que a Nação e o Povo Brasileiros receberam essa honrosa visita, de que guardarão sempre a mais agradável impressão. Posso assegurar a Vossa Magestade que suas Altezas Reaes aqui deixaram a mais profunda e cordial recordação e que o Governo Brasileiro apreciou devidamente a visita, desejando que Suas Altezas Reaes tenham podido achar, na largueza do affecto do coração brasileiro que se abriu para os acolher, o espelho da terra que tanto se honrou de hospedar-os e a prova da tradicional amizade que felizmente sempre a uniu ao grande e nobre Imperio de Vossa Magestade.

GETULIO VARGAS. »

A Embaixada Britannica, em 20 de Abril de 1931, dirigiu a seguinte Nota ao Ministerio das Relações Exteriores:

« SENHOR MINISTRO,

De accôrdo com as instrucções telegraphicas recebidas do Principal Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, de Sua Magestade, tenho a honra de transmittir ao Governo Brasileiro o grande prazer com que o Governo de Sua Magestade teve conhecimento do cordial acolhimento dispensado a Suas Altezas Reaes o Principe de Galles e o Principe George durante a recente visita que fizeram a este paiz.

O Govêrno de Sua Magestade ficou muito grato por todos os cuidados do programma realizado pelas Autoridades Brasileiras, com o fim de assegurar o successo da visita de Sua Alteza Real. A extrema cortezia, amizade e efficiencia com que o Governo Federal e os Governos Estaduaes em todos os ramos, se empenharam em acolher Sua Alteza Real, facilitando-lhe ao mesmo tempo suas longas viagens, produziram uma impressão inesquecivel.

Em cumprimento da mensagem de Mr. Henderson, rogo a Vossa Excellencia de acceitar com os meus agradecimentos pessoas, os que officialmente envia o Ministro dos Negocios Estrangeiros, que cooperou com a Embaixada de Sua Magestade, no empenho de contribuir para o successo dessa historica visita.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excellencia a segurança de minha alta consideração.

WILLIAM SEEDS.

A Sua Excellencia o Senhor Afranio de Mello Franco,
Ministro das Relações Exteriores. »

I

UNIFORMES DOS CORPOS DIPLOMATICO E CONSULAR

Pelo decreto n. 20.041, de 7 de Maio de 1931, foram approvados e mandados executar o plano e o regulamento para os uniformes dos membros dos Corpos Diplomatico e Consular, com as modificações aconselhadas pela experiencia. Além do fardão já existente, que ficou como primeiro uniforme, foram creados mais um segundo ou jaqueta de saráu e o terceiro ou branco.

II

FIXAÇÃO DO NUMERO DE AUXILIARES PARA OS CONSULADOS

Attendendo á necessidade de ser fixado o numero de auxiliares de Consulado que devem servir em cada um dos postos existentes e devido ao facto de se ter verificado que, em alguns lugares considerados melhores, o numero daquelles funcionarios era excessivo, o Ministro das Relações Exteriores determinou, pela Portaria de 7 de Maio de 1931, o numero dos auxiliares de carreira que devem servir em cada Consulado.

III

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO CAFÉ, EM S. PAULO

Uma prova bem expressiva do interesse do Governo Provisorio pelos problemas de nossa economia, no que ella entende com a vida internacional do paiz, foi a reunião, em S. Paulo,

da Conferencia Internacional do Café, que lhe coube convocar, e a cujos trabalhos presidiu um alto espirito de harmonia. Limitada a principio, em virtude do Decreto n. 19.941, de 1º de Dezembro de 1930, aos paizes que haviam tomado parte em assembléa congenere reunida em 1902, na cidade de Nova York, tornou-se a Conferencia, por força do Decreto n. 19.609, de 20 de Janeiro de 1931, extensiva aos demais Governos interessados em seu objecto. Varios paizes convidados pediram o adiamento dos trabalhos dessa conferencia, que estava marcada para 31 de Março de 1931. Attendendo a isso, o Governo Provisorio, por decreto n. 19.768, de 19 de Março de 1931, adiou-lhe a reunião para 15 de Maio do mesmo anno.

Foi approvedo pela IIª Conferencia Internacional do Café, na sua 5ª. sessão plenaria, realizada na Capital do Estado de São Paulo, no dia 16 de Junho de 1931, o seguinte projecto:

“Os paizes cafeeiros, presentes á actual Conferencia, accor-dam em aconselhar a creação de um Bureau Internacional do Café, com as attribuições que abaixo se enumeram:

Art. 1º. Organização das estatisticas da producção e do consumo do café e dos principaes productos competidores deste.

Art. 2º. Estudo e applicação de methodo para desenvolver o consumo do café e abrir novos mercados (propaganda de character geral, guerra aos succedaneos, formas e maneiras de melhorar o systema de commercio e distribuição).

Art. 3º. Estudar e cooperar com as autoridades competentes, no sentido de conseguir a redução das tarifas alfandegarias, com o fim de fazer chegar o producto ás mãos do

consumidor pelo menor preço possível, facilitando desta forma o augmento do consumo.

Art. 4°. Estudar os systemas mais adequados do financiamento da industria e do commercio do café e bem assim a conveniencia de crear-se um Banco Internacional do Café.

Art. 5°. Estudar os meios e custo dos transportes de café aos diversos mercados consumidores, bem como o systema de melhorar e baratear esses transportes.

Art. 6°. Para a organização do Bureau Internacional do Café, esta Conferencia pede ao Governo do Brasil convidar, enviando-lhes copias deste projecto, todos os paizes productores e exportadores de café e os demais que concorreram a esta Conferencia para enviarem seus delegados a uma convenção Internacional, que se reunirá em Lausanne, o mais tardar no decorrer do mez de Julho de 1932.

§ 1º Cada paiz deverá enviar um delegado com plenos poderes, estabelecendo-se que nessa convenção se tratará unicamente da organização do Bureau Internacional do Café, de accôrdo com as bases fixadas neste projecto.

§ 2º. As respostas dos paizes convidados a tomar parte na Convenção deverão ser obtidas antes do dia 15 de Junho de 1932 e communicadas, logo após recebidas, a todos os paizes convidados.

§ 3º. Fica estabelecido que a constituição do Bureau Internacional do Café só se realizará no caso da participação da totalidade, ou pelo menos da immensa maioria dos paizes productores de café.

Art. 7º. A convenção de Lausanne resolverá sobre a reunião das novas Conferencias que deverão tomar conhecimento

dos trabalhos do Bureau Internacional do Café e da acção do fiscal nomeado para fiscalizar os seus serviços, assim como para tratar assumptos relativos ao café.

Paragrapho unico. O fiscal a que se refere o presente artigo deverá ser eleito por maioria de, pelo menos, $\frac{3}{4}$ partes dos delegados presentes á convenção.

Art. 8º. Os fundos para a custeio do Bureau Internacional do Café deverão ser fornecidos pelos diversos paizes em proporção á media de sua exportação de café nos ultimos tres annos, ficando estabelecido que a quota de contribuição, para o primeiro anno, que será principalmente de organização, não excederá de cinco centavos de dollar por sacco de 60 kilos.

Paragrapho unico. Fica entendido que cada paiz terá liberdade [para deliberar sobre a origem da somma que lhe caberá como quota para o Bureau Internacional do Café.

Art. 9º. Fica entendido que a propaganda a ser feita pelo Bureau Internacional do Café terá character geral, sem mencionar marcas de origem ou de qualquer outra especie e que cada paiz ficará com plena liberdade para fazer a propaganda do seu producto, como o melhor lhe convenha.

Art. 10º. A duração do Bureau Internacional do Café será de tres annos, no primeiro periodo, podendo ser prorogada por periodos de cinco em cinco annos, a juizo das Conferencias que se reunirem, de accordo com o art. 7º.

Art. 11º. O Bureau Internacional do Café estudará a conveniencia de propôr numa das proximas conferencias a criação de um tribunal permanente de arbitragem, que, funccionando dentro daquelle, possa ter conhecimento dos assumptos que lhe

sejam submettidos pelos paizes interessados, que appellarem para seu recurso;

Art. 12°. As [attribuições do Bureau Internacional do Café poderão ser ampliadas por entendimento unanime entre os paizes nelle participantes”.

IV

POSSE DO SECRETARIO GERAL DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

De accôrdo com o art. 5° do Decreto n. 19.592, de 15 de Janeiro de 1931, que reorganizou os serviços do Ministerio das Relações Exteriores e creou o novo cargo de Secretario Geral, foi designado para exercer essas funções o Ministro Plenipotenciario de primeira classe Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda, que tomou posse em 20 de Maio de 1931.

POSSE DO CHEFE DO DEPARTAMENTO ADMINIS- TRATIVO

No cargo de Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria de Estado, que comprehende o Serviço do Pessoal, o Serviço de Material, inclusive a portaria e a guarda e conservação dos edificios, a Contabilidade e o serviço de organização do orçamento, foi empossado, a 20 de Maio de 1931, o Ministro Plenipotenciario de primeira classe Zacarias de Góes Carvalho.

V

NOVO ARBITRO BRASILEIRO NA CORTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM

Por Decreto de 26 de Maio de 1931, foi nomeado arbitro brasileiro perante a Côrte Permanente de Arbitragem da Haya, em substituição ao Dr. João Martins de Carvalho Mourão, exonerado a pedido, por decreto daquella mesma data, o Dr. Prudente de Moraes Filho, professor cathedratico de direito civil na Universidade do Rio de Janeiro, Membro do Conselho da Ordem dos Advogados Brasileiros, ex-deputado federal pelo Estado de São Paulo.

O Dr. Prudente de Moraes Filho foi, ainda, um dos membros da Commissão do Codigo Civil na Camara dos Deputados, e exerceu a função de arbitro em varias questões de limites entre Estados da União.

VI

NOVO CERIMONIAL DIPLOMATICO

Considerando a conveniencia de estabelecer novas normas, simplificadas, no cerimonial official para a recepção dos Representantes diplomaticos estrangeiros e regular os actos publicos a que elles forem convidados, foi adoptado um novo cerimonial diplomatico, pelo Decreto n. 20.040, de 27 de Maio de 1931.

carta em que a União internacional das Ligas femininas catholicas exprime a sua opinião, de particular interesse no assumpto, de que o principio da unidade da familia deve primar sobre o da emancipação da mulher e emite os seguintes votos: 1º) que o regime uniforme regulador, para todos os paizes, da questão da nacionalidade dos esposos e especialmente da nacionalidade da mulher casada seja baseado na unidade da familia e rodeado de garantias contra qualquer abuso que possa provir dos proprios esposos; 2º) que, emquanto se espera que entre em vigor semelhante accôrdo internacional, se estabeleça um regime internacional para a solução dos conflictos, principalmente para impedir que a mulher pelo casamento fique sem patria e para a proteger contra toda mudança arbitraria de nacionalidade por parte do marido.

COMMISSÃO DE CODIFICAÇÃO DE DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO

Dando cumprimento a uma resolução approvada a 18 de Fereveiro de 1928 na VIª Conferencia Internacional Americana, reunida em Havana, o Governo Provisorio instituiu pelo Decreto n. 20.453, de 29 de Setembro de 1931, uma commissão permanente para preparação dos trabalhos de Direito Internacional Publico, a serem submettidos, opportunamente, á Commissão Internacional de Jurisconsultos Americanos desta Capital e ás Conferencias Americanas. A referida resolução da VIª Conferencia cogita da organização, além dessa, de mais duas commissões permanentes, uma, em Montevidéo, para os

V

NOVO ARBITRO BRASILEIRO NA CORTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM

Por Decreto de 26 de Maio de 1931, foi nomeado arbitro brasileiro perante a Côrte Permanente de Arbitragem da Haya, em substituição ao Dr. João Martins de Carvalho Mourão, exonerado a pedido, por decreto daquella mesma data, o Dr. Prudente de Moraes Filho, professor cathedratice de direito civil na Universidade do Rio de Janeiro, Membro do Conselho da Ordem dos Advogados Brasileiros, ex-deputado federal pelo Estado de São Paulo.

O Dr. Prudente de Moraes Filho foi, ainda, um dos membros da Commissão do Codigo Civil na Camara dos Deputados, e exerceu a função de arbitro em varias questões de limites entre Estados da União.

VI

NOVO CERIMONIAL DIPLOMATICO

Considerando a conveniencia de estabelecer novas normas, simplificadas, no cerimonial official para a recepção dos Representantes diplomaticos estrangeiros e regular os actos publicos a que elles forem convidados, foi adoptado um novo cerimonial diplomatico, pelo Decreto n. 20.040, de 27 de Maio de 1931.

VII

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

O Brasil compareceu á XV Conferencia Internacional do Trabalho, reunida em Genebra sob os auspícios do *Bureau* Internacional do Trabalho, a 28 de Maio de 1931. Mesmo como assembléa extra-continental, affirmou-se mais uma vez o espirito de solidariedade americana, com a escolha do nosso paiz para o Conselho Administrativo da Conferencia, suffragados que fomos pela unanimidade das nações latino-americanas numa eleição sem precedentes. O chefe da nossa Delegação, Ministro J. F. de Barros Pimentel, foi eleito presidente do grupo governamental da Conferencia.

VIII

FALLECIMENTO DO MINISTRO RAPHAEL DE MAYRINCK

Em Junho de 1931, falleceu o Director de Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Ministro Raphael de Mayrinck.

Tendo sido nomeado amanuense, por concurso, em 1900, aquelle alto funcionario percorreu todos os postos na Secretaria de Estado, servindo durante algum tempo no Corpo diplomatico, onde exerceu os cargos de Encarregado de Negocios do Brasil em Bruxellas e Bogotá, sendo nessa qualidade mediador entre a Colombia e o Perú.

Transferido para a Secretaria de Estado, em 1913, como Segundo Official, foi promovido a Primeiro Official, ainda nesse mesmo anno e a Director de Secção, por Decreto de 16 de Abril de 1920.

Com a ultima reforma do Ministerio das Relações Exteriores, o Senhor Raphael de Mayrinck foi transferido novamente para o Corpo Diplomatico, com a correspondente graduação de Ministro Plenipotenciario de Segunda Classe, vindo a fallecer pouco tempo depois, com mais de 23 annos de bons serviços.

IX

INTERCAMBIO ESPIRITUAL ENTRE O BRASIL E O URUGUAY

Afim de dar melhor applicação ao patrimonio instituido pela Convenção modificativa do Tratado de 22 de Julho de 1918, assignada [em Montevideo a 16 de Fevereiro de 1928, entre o Brasil e o Uruguay, para o intercambio espiritual entre os dois paizes, resolveu o Governo Provisorio, por Decreto n. 20.113, de 16 de Junho de 1931, que o programma annual para execução das respectivas disposições convencionaes seja elaborado á vista de suggestões que, em época propria, forem feitas pelos institutos de ensino e associações de character scientifico e artistico ou educativo do paiz.

Muito ha de concorrer para a approximação, cada vez maior, entre brasileiros e uruguayos, essa troca annual de visitas de expoentes da cultura e da intelligencia dos dois povos irmãos.

X

ANNIVERSARIO DA INDEPENDENCIA DOS ESTADOS UNIDOS

Aproveitando a passagem da data commemorativa da Independencia dos Estados Unidos, foi inaugurada no Rio de Janeiro a *Estatua da Amizade*, offerecida ao Brasil pelo povo norte-americano, por occasião do primeiro centenario da nossa Independencia.

Por esse motivo o Secretario de Estado Norte-americano, Senhor Henry L. Stimson, dirigiu ao Ministro das Relações Exteriores, Senhor Afranio de Mello Franco, o seguinte telegramma:

« Neste anniversario da Independencia dos Estados Unidos, quando se inaugura o bronze symbolico inspirado pelo Centenario da Independencia Brasileira, tenho especial prazer em saudar Vossa Excellencia, prestando novo tributo á amizade historica entre o Brasil e os Estados Unidos. — *Henry L. Stimson.* »

O Ministro das Relações Exteriores respondeu nestes termos:

« Retribuo cordialmente os cumprimentos com que me honrou Vossa Excellencia nesta grande data historica e apresento-lhe as minhas sinceras saudações pelo dia glorioso em que se commemora a Independencia da nobre nação a que nos ligam laços de uma tradicional amizade, que será mais duradoura do que o bronze da Estatua symbolica hoje inaugurada nesta Capital. — *Afranio de Mello Franco* ».

XI

PERDA DE NACIONALIDADE, POR EMPREGO OU PENSÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO PAIZ DE ORIGEM

Em carta de 14 de Agosto de 1931, [dirigida ao Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores, a Embaixada britannica consultou sobre si a estipulação do artigo 71, § 2º, da Constituição da Republica se applica ao caso da pessoa em que concorram duas nacionalidades, uma destas sendo a brasileira, e que venha ao Brasil em serviço diplomatico ou consular de outra nação.

De accôrdo com o parecer do Consultor Juridico deste Ministerio, que vae reproduzido no Anexo A, o Secretario Geral informou, em 31 de Agosto de 1931, que, conforme o prescripto no artigo citado da Constituição, havendo perdido os direitos de cidadão brasileiro, por acceitação de emprego de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal, a pessoa em taes condições não fica obrigada ao serviço militar no Brasil.

XII

EXPEDIÇÃO ARGENTINA ESTUDANDO O REGIME FLUVIAL DO RIO PARAGUAY

Em nota de 15 de Agosto de 1931, a Embaixada Argentina no Rio de Janeiro solicitou as possiveis facilidades afim de que uma expedição argentina realizasse estudos sobre o regime fluvial do alto-Paraguay.

O Governo brasileiro respondeu, em Setembro do mesmo anno, que, embora o alto-Paraguay só esteja aberto á navegação internacional até Corumbá e a lagôa de Caceres, concedia, como concedeu, a necessaria autorização, testemunhando, assim o seu espirito de confraternidade e deferencia especial á nação irmã e amiga, tão dignamente representada aqui pelo Embaixador Mora y Araujo.

O nosso Governo, disposto, igualmente, a prestar todo o auxilio possivel á referida expedição, solicitou ao Interventor Federal em Matto Grosso, e este indicou, um funcionario apto a fornecer as facilidades desejadas e acompanhar as pesquisas.

XIII

MISSÃO COMMERCIAL CANADENSE

A 27 de Março de 1931 chegou a esta capital a missão composta de commerciantes e industriais canadenses, que veio com o fim de estreitar as relações commerciaes entre o Canadá e o Brasil.

Num almoço que se realizou na séde do Jockey Club, o Ministro do Trabalho, Dr. Lindolpho Collor, em um discurso de saudação, lembrou que as relações commerciaes entre o Canadá e o Brasil estão apenas em começo, esboçadas pela iniciativa particular, mas que já somos importadores dos productos manufacturados canadenses, enquanto que mais da metade do café consumido no Canadá não é ainda fornecido pelo Brasil.

Deixaram de ter lugar outras manifestações, devido ao lamentavel accidente de que resultou a morte de um dos membros da missão, senhor C. E. Marley.

O Ministro das Relações Exteriores designou o Auxiliar do seu Gabinete, Senhor A. Teixeira Soares, para acompanhar a Missão Commercial Canadense durante a sua permanencia nesta Capital.

XIV

CODIFICAÇÃO PROGRESSIVA DO DIREITO INTERNACIONAL NA LIGA DAS NAÇÕES

Tendo o Brasil adherido, com reservas, aos actos da Conferencia para a Codificação do Direito Internacional, realizada na Haya, em 1930, a nossa notificação nesse sentido teve entrada no Secretariado da Liga das Nações, em 19 de Setembro de 1931.

Os assumptos relativos a esses actos que foram julgados passíveis de regulamentação internacional, como a nacionalidade, as aguas territoriaes e a responsabilidade dos Estados pelos damnos causados em seu territorio á pessoa ou aos bens de um estrangeiro, tiveram a explicação do nosso ponto de vista, manifestado pelo delegado do Brasil, Ministro G. de Vianna Kelsch, de accôrdo com as instruções que lhe foram enviadas pelo Ministro das Relações Exteriores, nas seguintes bases: quanto á nacionalidade, seguir as observações do ante-projecto de convenção publicadas nas pags. 67 a 70 do Anexo A, do Relatorio do Ministerio das Relações Exteriores, do anno de 1928; quanto ao mar territorial, procurar, talvez, dilatar a sua zona afim de que as necessidades do direito administrativo possam coincidir com as prescripções da lei internacional, de maneira que o limite da jurisdicção do Estado, nos mares

adjacentes a seu territorio, seja sempre o mesmo, quer se trate das relações internacionaes, quer se trate da applicação de regulamentos administrativos; quanto á questão da responsabilidade dos Estados por damnos causados aos bens dos estrangeiros, observar os principios já entre nós assentes sobre o assumpto, conforme se vê no “Direito Publico Internacional” de Clovis Bevilacqua, vol. I, pags. 179-243.

A Conferencia adoptou, no que respeita á nacionalidade:

1º. Uma convenção concernente a certas questões relativas aos conflictos de leis sobre a nacionalidade;

2º. Um protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade;

3º. Um protocollo relativo a um caso de falta de nacionalidade (*apatridie*);

4º. Um protocollo especial relativo á falta de nacionalidade (*apatridie*). A este instrumento se denominou “protocollo especial” para se accentuar o facto de não ter sido adoptado pela maioria de dois terços normalmente exigida, pelo Regulamento interno, para a adopção dos Actos da Conferencia, mas de apenas ter sido votado pela maioria absoluta e incluído entre os Actos da Conferencia em virtude de uma disposição especial do Regulamento interno.

Outras questões houve relativas á nacionalidade, das quaes a Conferencia não poudo tratar, e que foram objecto de oito votos, sendo dois dirigidos á Liga das Nações e os demais aos governos.

No tocante ás aguas territoriaes, expressão pela qual se decidiu substituir a de “mar territorial”, verificaram-se divergencias de pontos de vista em questões fundamentaes, que não

permittiram chegar á conclusão de nenhuma convenção. Todavia, a Conferencia adoptou treze artigos para definir o regime juridico do mar territorial, aprovados “a titulo provisório como partes eventuaes de uma convenção de conjuncto, relativa ao mar territorial”. O Conselho da Liga foi convidado a transmittir esses artigos aos governos e a tomar certas medidas tendentes á codificação do direito relativo ao mar territorial. Foram tambem adoptados votos sobre as aguas interiores e a protecção da pesca.

Quanto á questão da responsabilidade dos Estados, a nenhuma conclusão poudo chegar a Conferencia.

O delegado do Brasil apenas assignou o *Acto final* da Conferencia, no qual se consubstanciaram os resultados obtidos.

A parte da Convenção sobre nacionalidade, no que se refere á situação da mulher casada, foi alvo de vehementes protestos por parte de diversas associações femininas, que sempre se vieram batendo pela igualdade de direitos do homem e da mulher nesse assumpto. O delegado do Brasil foi o primeiro que, na Conferencia, se manifestou no sentido de serem ouvidas, conforme pediam, as representantes dessas associações. A sua moção, nesse sentido, foi unanimemente approvada. Na sessão de 31 de Março, teve elle oportunidade de defender a igualdade dos direitos do homem e da mulher em materia de nacionalidade e de mostrar que a legislação brasileira não admittia mudança de nacionalidade da mulher pelo facto do seu casamento.

A Convenção e os Protocollos sobre a nacionalidade ficaram abertos, até 31 de Dezembro de 1930, á assignatura, não só dos Estados convidados á Conferencia sinão tambem da-

quelles aos quaes o Conselho da Liga das Nações transmittisse exemplares dos ditos instrumentos.

O Brasil não assignou esses actos, mas veio a adherir a elles, com reservas, no tocante aos artigos 5, 6, 7, 16 e 17 da Convenção, os quaes não foram adoptados por collidirem com principios basicos da legislação brasileira.

A parte referente á nacionalidade da mulher, na supradita Convenção, soffreu grande opposição por parte de varias organizações femininas. Batiam-se essas organizações pela completa igualdade dos sexos nessa materia. Aliás, a propria Conferencia para a codificação do direito internacional recommendava aos Estados examinarem se seria possivel: 1º) consagrar no seu direito o principio da igualdade dos sexos em materia de nacionalidade, tomando particularmente em consideração o interesse dos filhos; e 2º) decidir especialmente que, doravante, a nacionalidade da mulher não seja em principio alterada sem o seu consentimento, quer pelo facto do seu casamento, quer pelo da mudança de nacionalidade do marido. A' vista do universal desejo de uma solução apropriada do assumpto, o Conselho da Liga das Nações, em resolução de 24 de Janeiro de 1931, decidiu inscrever na ordem do dia da sessão seguinte da Assembléa a questão da continuação do estudo da nacionalidade da mulher e pedir ao Secretario geral que apresentasse á Assembléa um relatorio sobre a questão, após consulta a certas organizações femininas que enumera, facultando-lhe formar uma Comissão composta de duas representantes de cada uma dessas organizações, a qual seria incumbida de formular proposições destinadas a acompanhar o relatorio que o Secretario geral deveria apresentar á Assembléa. Essa Commissão foi constituida,

entrou a funcionar a 2 de Julho de 1931 e elaborou a sua proposição, que foi annexada ao relatorio do Secretario geral (doc. numero A. 19.1931. V., de 27 de Julho de 1931, da Liga das Nações). Essa proposição terminava propugnando pela adopção dos seguintes principios, baseados na igualdade entre o homem e a mulher em materia de nacionalidade:

a) o casamento não deve alterar a nacionalidade da mulher, assim como não altera a do homem;

b) o direito da mulher de conservar a sua nacionalidade ou de a mudar por naturalização, desnacionalização ou desnaturalização não lhe deve ser recusado nem diminuido em razão da sua qualidade de mulher casada;

c) nenhuma mudança e nenhuma perda de nacionalidade devem ser impostas á mulher, casada ou não, senão nas condições que acarretam para o homem mudança ou perda de nacionalidade;

d) devem ser concedidas facilidades, por ocasião do casamento, que permittam a um dos esposos adquirir a nacionalidade do outro;

e) no tocante á transmissão da nacionalidade dos paes ao filho, a nacionalidade de um dos paes não deve ser preferida á do outro.

O supradito relatorio e a proposição a elle annexa foram examinados pela Assembléa da Liga das Nações, na sua sessão de 26 de Setembro de 1931, a qual resolveu ouvir os governos a respeito da questão geral da nacionalidade e da Convenção da Haya de 1930. Juntamente com o pedido a estes transmittido, a 24 de Outubro desse anno, foi enviada copia impressa de uma

carta em que a União internacional das Ligas femininas catholicas exprime a sua opinião, de particular interesse no assumpto, de que o principio da unidade da familia deve primar sobre o da emancipação da mulher e emette os seguintes votos: 1º) que o regime uniforme regulador, para todos os paizes, da questão da nacionalidade dos esposos e especialmente da nacionalidade da mulher casada seja baseado na unidade da familia e rodeado de garantias contra qualquer abuso que possa provir dos proprios esposos; 2º) que, emquanto se espera que entre em vigor semelhante accôrdo internacional, se estabeleça um regime internacional para a solução dos conflictos, principalmente para impedir que a mulher pelo casamento fique sem patria e para a proteger contra toda mudança arbitraria de nacionalidade por parte do marido.

COMMISSÃO DE CODIFICAÇÃO DE DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO

Dando cumprimento a uma resolução approvada a 18 de Fereveiro de 1928 na VIª Conferencia Internacional Americana, reunida em Havana, o Governo Provisorio instituiu pelo Decreto n. 20.453, de 29 de Setembro de 1931, uma commissão permanente para preparação dos trabalhos de Direito Internacional Publico, a serem submettidos, opportunamente, á Commissão Internacional de Jurisconsultos Americanos desta Capital e ás Conferencias Americanas. A referida resolução da VIª Conferencia cogita da organização, além dessa, de mais duas commissões permanentes, uma, em Montevidéo, para os

trabalhos relativos ao Direito Internacional Privado, outra, em Havana, para estudos de legislação comparada e unificação de legislações.

Com essa resolução, a Conferencia de Havana teve em mira promover a codificação do Direito Internacional Publico e do Direito Internacional Privado do Continente.

Cada uma das comissões estudará os assumptos que lhes estão affectos para o fim de, em comunicação com os Governos americanos e com o Conselho Director do Instituto de Direito Internacional, por intermedio da União Pan-Americana, e com as Sociedades Nacionaes de Direito Internacional, classificar as materias que estejam em condições de ser codificadas e as que ainda não estejam nessas condições.

O resultado a que chegarem as comissões, com seus estudos, será levado, em ante-projectos, ao conhecimento dos Governos interessados, que decidirão sobre a conveniencia de os incluir ou não no programma da Commissão de Jurisconsultos ou das Conferencias americanas.

E', pois, de summa importancia o papel que essas comissões desempenham na preparação dos trabalhos da Junta de Jurisconsultos e das Conferencias Pan-Americanas, e na elaboração mesma das regras de Direito internacional.

Devendo reunir-se, em Dezembro do anno vindouro, em Montevideo, a VII Conferencia Internacional Americana, urgia constituir o *comité* com que a Conferencia de Havana quiz honrar o nosso paiz. Organizamol-o com as mais expressivas dentre as figuras que compõem a Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Vinculado á obra de codificação do Direito Internacional na America por mais de uma iniciativa, das quaes cumpre recordar a de José Hygino, na IIª Conferencia Internacional Americana, reunida no Mexico, em 1901-1902, o Brasil tem grandes responsabilidades em tão alto empreendimento. Mas quando não as tivesse, bastaria que se encontrassem em causa os interesses geraes do Continente, para que esse assumpto despertasse a sua mais cuidadosa attenção.

Esperamos, por essa forma, cooperar para o exito da VIIª Conferencia Internacional Americana, da mesma fórma por que o temos feito em relação ás anteriores.

O decreto com que instituímos a Commissão Permanente de Direito Internacional Publico está concebido nos termos seguintes:

“O Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a VI Conferencia Pan-Americana, que, em 1928, se reuniu em Havana, approvou a resolução de 18 de Fevereiro, por força da qual foram constituídas tres Commissões Permanentes para preparação dos trabalhos a serem submittidos á Commissão Internacional de Jurisconsultos Americanos do Rio de Janeiro;

Considerando que uma dessas Commissões tem séde nesta cidade do Rio de Janeiro, cabendo-lhe o estudo das materias relativas ao Direito Internacional Publico;

Considerando que os Membros dessas Commisões, nos termos do artigo 7 da referida Resolução, devem ser nomeados pelos governos correspondentes dentre os Membros das respectivas sociedades nacionaes de Direito Internacional;

Resolve:

Artigo 1º — Será de oito Membros a Commissão Permanente do Rio de Janeiro, criada pela VI Conferencia Pan-Americana, para preparo das materias referentes ao Direito Internacional Publico a serem opportunamente submittidas á Commissão Internacional de Jurisconsultos do Rio de Janeiro;

Artigo 2º — Ficam nomeados para constituir a dita comissão permanente os seguintes Membros da Sociedade Brasileira de Direito Internacional: Doutores Epitacio Pessoa, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Clovis Bevilaqua, Eduardo Espinola, Francisco Mendes Pimentel, Levi Carneiro, James Darcy e Raul Fernandes.

Artigo 3º — A Comissão elegerá o seu Presidente e para servir de Secretario será designado pelo Ministro das Relações Exteriores um funcionario do Ministerio, sem prejuizo de suas funcções.

Paragrapho unico — A Comissão requisitará do mesmo Ministerio de Estado os funcionarios que se tornem necessarios ao desempenho de seus trabalhos.

Artigo 4º — As funcções dos Membros da Comissão e de seu respectivo pessoal são gratuitas.

Artigo 5º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de Setembro de 1931, 110º da Independencia e 43º da Republica. (Ass.) *Getulio Vargas*. — *Afranio de Mello Franco*."

IVª CONFERENCIA COMMERCIAL PAN-AMERICANA

A 5 de Outubro de 1931 foi aberta, em Washington, a IV Conferencia Commercial Pan-Americana, com a presença de mais de 600 Delegados Pan-Americanos, representando os Governos, Camaras de Commercio e outras Instituições dos diversos paizes. Para Delegado official do Brasil foi designado o nosso Consul Geral em Nova York, Senhor Sebastião Sampaio, e como representantes da Associação Commercial do Rio de Janeiro, os Senhores Paulo Hasslocker, nosso Addido Commercial em Washington, Conde Pereira Carneiro e Renato de Azevedo (Agente do Lloyd Brasileiro).

Revestiu-se de grande solemnidade a abertura dessa Conferencia, cujos trabalhos foram presididos pelo Senhor Curtius, Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos, e, para maior

brilho, foi inaugurada pelo Senhor Hoover, Presidente da Republica, que fez um importante discurso.

Durante os trabalhos foram discutidos e resolvidos diversos themas, entre os quaes alguns de grande importancia, como: viagens turisticas, procedimentos consulares e praxes alfandegarias, arbitramento commercial, propriedade commercial e industrial, etc., que requerem actuação especifica e prompta por parte dos Governos, afim de serem resolvidos na proxima Conferencia Pan-Americana, que deverá realizar-se em Montevidéo, em Dezembro de 1932. As resoluções figuram em uma acta final.

Em 13 de Outubro de 1931, por ocasião do encerramento dos trabalhos da IV Conferencia Commercial Pan-Americana, o Senhor Curtius, Vice-Presidente da Republica, saudou e agradeceu ás Delegações estrangeiras exaltando as finalidades da Assembléa e o Senhor Sebastião Sampaio, em nome das Republicas Latino-Americanas, agradeceu, manifestando-se confiante em que os membros das diversas Delegações, de regresso aos meus paizes, fariam activa propaganda dos methodos adoptados pela Conferencia,

MONUMENTO PHAROL-COLOMBO

A Comissão Panamericana do monumento Pharol-Colombo, em S. Domingos, realizou uma sessão solemne no Rio de Janeiro para inaugurar a exposição dos projectos submettidos ao Jury internacional.

No dia 17 de Outubro de 1931, ás 16 horas, com a presença de Sua Excellencia o Chefe do Governo Provisorio, do Ministro

das Relações Exteriores, das altas autoridades e dos membros dos corpos diplomatico e consular, realizou-se a referida solemnidade, no Salão de festas da Escola Nacional de Bellas Artes.

TRATADO DE EXTRADIÇÃO DO BRASIL COM A ITALIA

Tendo sido denunciado por iniciativa do Governo brasileiro o tratado de extradição entre o Brasil e a Italia, de 12 de Novembro de 1872, as relações juridicas dessa natureza, entre os dois paizes, passaram a reger-se exclusivamente pelos principios geraes das suas respectivas leis.

Desse modo, não obstante a assistencia que se vinham prestando aos dois Estados, na repressão do crime, fazia-se sentir a necessidade de um novo ajuste que regulasse definitivamente a materia.

Em 28 de Novembro de 1931, foi assinado no Rio de Janeiro o Tratado de Extradicação do Brasil com a Italia, o qual foi moldado nos principios mais liberaes e mais amplos da cultura juridica dos nossos dias, constituindo ainda um complemento á série de actos de approximação anteriormente firmados entre os dois paizes, já no terreno politico e juridico, já no campo economico.

Assignaram o referido Tratado, como Plenipotenciários, o Ministro das Relações Exteriores, Senhor Afranio de Mello Franco, e o Embaixador de S. M. o Rei da Italia, Senhor V. Cerruti.

REORGANIZAÇÃO DO ARCHIVO

Para effeitos de organização, o archivo do Ministerio das Relações Exteriores estava dividido em dois grupos, com o archivo central preparado sob feição nova e que dia a dia se aperfeiçoava, no qual se classificavam todos os documentos posteriores a 1927 — e o archivo geral, que continha a correspondencia anterior a 1927.

Visando sempre concluir a classificação e arrumação, afim de realizar a fusão dos dois grupos no mais curto prazo possivel, e, apesar de todos os esforços empregados nesse sentido, verificou-se que era insufficiente o pessoal empregado nesse serviço, e, que, como tal, não se poderia completar tão util trabalho, antes do anno de 1934.

Reflectindo sobre os inconvenientes de se prolongar ainda por tanto tempo a organização definitiva do archivo, o Governo Provisorio resolveu, pelo Decreto n. 20.111, de 16 de Junho de 1931, que se contratasse pessoal extranumerario, afim de intensificar a conclusão.

Em 1º de Setembro de 1931, já se poudo iniciar a fusão dos dois archivos geral e central, e, a 24 de Dezembro deste anno, estavam concluidos os trabalhos de ordenação de todos os documentos relativos ao periodo de 1900 a 1926.

Além da organização da correspondencia, foi tambem concluida a classificação dos documentos relativos á Liga das Nações, sendo grupados e acondicionados todos os actos internacionaes, no intuito de os proteger dos estragos do pó. Os documentos relativos ás nossas questões de limites foram sub-

mettidos a uma disposição em grupos, o que veio facilitar sobremodo o estudo dessas questões. Provas de relatorios referentes ao periodo administrativo do Barão do Rio Branco, assim como muitos apontamentos e cópias interessando os mesmos relatorios, foram colleccionados com o maior cuidado, para que opportunamente sejam dados á publicidade.

Foi preparado um indice para a classificação dos documentos, segundo o systema decimal, e, tambem, um vocabulario das palavras ou titulos mencionados no referido indice.

O archivo, desde 1900, ficou em perfeita ordem de classificação, graças aos esforços do Primeiro Secretario de Legação Luiz Fernandes Pinheiro, a quem coube o encargo de dirigir esse trabalho de reorganização.

CONFERENCIA ECONOMICA DE MONTEVIDÉO

Accedendo ao convite do Governo uruguayo, o Brasil, por meio de delegados do Ministerio das Relações Exteriores, do Ministerio da Agricultura e do Ministerio do Trabalho, Industria e Comercio, fez-se representar na Conferencia Economica de Montevideó, inaugurada a 15 de Dezembro de 1931, cujos trabalhos prolongaram-se além do referido anno.

NAVIOS DE GUERRA ESTRANGEIROS EM PORTOS BRASILEIROS

Durante o anno de 1931, visitaram portos nacionaes os seguintes navios de guerra estrangeiros: navio-escola *Presidente Sarmiento*, da Argentina; navio-escola *Juan Sebastian de El-*

cano, da Espanha; navio-escola *California State*, dos Estados Unidos; cruzador escola *Jeanne d'Arc*, da França; cruzadores *Despatch*, *Eagle*, *Achates*, *Danee*, *Durban*. *Dauntless*, da Grã-Bretanha; contra-torpedeiro *Van Galen*, da Hollanda, navio veleiro escola *Dar Pomorza*, da Polónia.

HOSPEDES ILLUSTRES

Como nos annos anteriores, o Brasil, em 1931, teve a honra de receber alguns hospedes illustres.

Entre elles figuraram: The Right Honorable Sir George Perley, representante official do Governo Canadense na Feira Commercial do Imperio Britannico, em Buenos Ayres, acompanhado de Lady Perley; Senhor Gaselee, funcionario do Foreign Office, e Senhor Fletcher, da Embaixada Britannica em Washington.

MISSÕES SCIENTIFICAS ESTRANGEIRAS

O Brasil foi visitado, em 1931, como de costume, por algumas missões scientificas, entre as quaes cumpre salientar as seguintes: a chefiada pelo engenheiro mineralogico norte-americano, Coronel William Braden, que veio ao Brasil fazer sondagens em minas de ouro no Estado de Goyaz; a missão norte americana, chefiada pelo Capitão Perfilieff, destinada a Matto Grosso, onde veio estudar a flora e a fauna; a missão norte-americana, chefiada pelo Senhor Emil Kaempfer, do Museu Nacional de Historia Natural de Nova York, destinada ao Rio Grande do Sul; a missão scientifica dos Senhores Max Kisluik Jr. e C. E. Cooley, Inspetores de quarentena de plan-

tas, da "Plant Quarantine and Control Administration", do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da America, que vieram ao Brasil para uma pesquisa sobre a mosca da fruta, no Pará e no Rio de Janeiro; a missão organizada pelo Museu de Brooklyn, de Nova York, chefiada pelo Senhor Desmond Holdridge, destinada ao Pará; a missão chefiada pelo Professor Thadas Ivanauskas, catedratico de Zoologia da Universidade de Kaunas (Lithuania) e mais tres collaboradores, que veio estudar a fauna em Minas Geraes e no Paraná; os naturalistas allemães Senhores Georg Huebner e Carlo Lakó, que vieram em expedição scientifica no Rio Amazonas e seus afluentes; o Senhor John W. Green, representante do Instituto Carnegie, de Washington, que veio fazer investigações scientificas no Pará; o Senhor George Dyott, cientista inglez, que percorreu a região amazonica para fins scientificos; o dr. W. N. F. Woodland, que veio em missão scientifica do "Welcome Bureau of Scientific Research", de Londres, que tambem veio fazer investigações scientificas no vale do Amazonas; a expedição ingleza, chefiada pelo cientista E. A. Hobins, que empreheendeu em carater particular, diversas pesquisas no norte do Brasil; a expedição dos drs. Roth Lutra e Richard, Weissmar, do Museu de Berlim, que foi á região amazonica, para alli permanecer durante tres anos, realizando estudos scientificos e organizando collecções, destinadas ao referido Museu.

CONGRESSOS, CONFERENCIAS E EXPOSIÇÕES

No anno de 1931, o Brasil fez-se representar na 2ª Conferencia Pan-Americana de Directores de Saude, reunida em

Washington, de 20 a 30 de Abril, onde foi nosso delegado o dr. João Pedro de Albuquerque; 3ª Reunião do Conselho Consultivo Internacional de Comunicações Telegraphicas, reunido de 11 a 18 de Maio de 1931, sendo delegado do Brasil o Ministro Raul do Rio Branco; conferencia sobre Entorpecentes, a que assistiu como observador o Consul Carvalho e Souza; Reunião da Repartição Internacionald e Epizootias e Reunião da Delegação Veterinaria, realizadas em Paris, respectivamente a 12 e a 18 de Maio de 1931, onde foi nosso representante o Dr. Paulo de Figueiredo Parreiras Horta; Segunda Reunião do Conselho Consultivo Technico de Comunicações Radiotelegraphicas, realizada em Copenhague a 27 de Maio de 1931, tendo representado o Brasil o Ministro Carlos Martins Pereira de Souza; III Congresso da União Postal Pan Americana, reunido em Madrid, em Outubro de 1931, tendo sido nosso delegado o Ministro Luiz Guimarães Filho; XX Sessão do Instituto Internacional de Estatistica, realizada em Madrid, em Setembro de 1931, em que foi nosso representante o engenheiro civil João Carlos Vital, Director da Secção de Demographia do Departamento Nacional de Estatistica; Congresso de Cinematographia Hispano-Americano, reunido em Madrid a 1º de Outubro, tendo representado o Brasil o Secretario de Legação Manoel Vicente Cantuaria Guimarães; XV Congresso Internacional de Agricultura, que teve lugar em Praga, de 5 a 8 de Junho de 1931, sendo nosso delegado o Consul Horacio Sully de Souza; VI Congresso Internacional de Ensaios de Sementes, que se realizou em Wageningen, em Julho de 1931, sendo delegado do Ministerio da Agricultura do Brasil o Senhor Arsenio Puttemans, Chefe

do Laboratorio Central de Analyse e Fiscalisação de Sementes; III Congresso Medico Pan-Americano, reunido no Mexico, de 26 a 31 de Julho; III Congresso Medico Pan-Americano, no Mexico.

O Brasil recebeu convite para se fazer representar nos: III Congresso Internacional de Films Instructivos, a realizar-se em Vienna, de 26 a 31 de Maio de 1931; X Congresso Internacional de Protecção á Infancia, realizado em Lisbôa, a 25 de Outubro de 1931; II Congresso Internacional de Hospitaes, em Vienna, a 8 de Junho de 1931; 2ª Conferencia Internacional do Rato e da Peste, em Paris, em Outubro de 1931; XV Congresso Internacional de Antropologia e de Archeologia Prehistorica, em Paris, de 20 a 27 de Setembro; III Congresso Sul Americano de Turismo, em Montevidéo; IV Conferencia Internacional de Estatisticas do Trabalho; VI Congresso Internacional de Accidentes e Molestias do Trabalho, em Genebra, de 3 a 8 de Agosto; 1º Congresso Internacional de Experiencia de Materiaes, em Zurich, em Setembro de 1931; Congresso Universitario Interamericano, em Montevidéo, de 5 a 15 de Março; II Conferencia Mundial do Trigo, do Instituto de Roma, a 26 de Março; VII Congresso Internacional de Agricultura e Pesca, em Paris, em Julho; Congresso Internacional de Cegos, em Nova York, em 20 de Abril; Conferencia das Colonias de Férias e Trabalhos ao Ar Livre, em Genebra, de 26 a 29 de Agosto; Congresso Medico (Journées Médicales Coloniales) em Paris, de 22 a 30 de Julho de 1931; Primeiro Congresso Internacional para Protecção aos Sabios e Pesquisadores desinteressados, em Paris, no mez de Setembro;

42º Congresso do “Royal Sanitary Institute”, em Glasgow, no mez de Julho; XV Congresso Internacional de Navegação, em Veneza, a 1º de Setembro; Congresso Internacional de Fundição, em Milão, no mez de Setembro; IX Congresso Internacional de Lacticínios, em Copenhague, de 14 a 17 de Julho; IX Congresso Internacional de Chimica, em Madrid, de 3 a 10 de Abril; IV Congresso Internacional de Medicina e Pharmacia Militares, na Haya; XXIII Congresso Internacional de Esperanto, em Cracovia; 39ª Reunião annual da Associação de Cirurgiões Militares dos Estados Unidos, em Nova Orleans, de 30 de Novembro a 2 de Dezembro; II Sessão das Jornadas Medicas de Bruxellas, de 20 a 24 de Junho; Reunião do Comité Permanente de Congressos Internacionaes de Medicina e Pharmacia Militares, em Bruxellas; 7º Congresso Internacional de Agricultura e Pesca, em Paris, no mez de Julho; Congresso Internacional dos Professores de Linguas Vivas, em Paris, de 31 de Março a 4 de Abril; Conferencia Internacional das Grandes Rêdes Electricas de Alta Tensão, em Paris, de 18 a 27 de Junho; 2ª. Conferencia Internacional do Rato e da Peste, em Paris, no mez de Outubro; 8º Congresso Internacional Dentario, em Paris, de 2 a 8 de Agosto; Congresso Internacional do Ensino Technico, em Paris, de 24 a 27 de Setembro; Congresso Internacional da Associação Internacional de Agricultura dos Paizes Tropicaes, em Paris, de 27 de Junho a 1º de Julho; XIII Congresso de Ensino Secundario, em Paris, de 16 a 24 de Julho; Conferencia Internacional dos Paizes Productores e Consumidores de Vinho, em Roma, no mez de Outubro.

MOVIMENTO DE ACTOS INTERNACIONAES EM 1931

a) Actos firmados

Accôrdo entre o Brasil e a Austria relativo á supressão do visto em passaportes, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 3 e 6 de Julho de 1931.

Convenção para limitar o fabrico e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e seu Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Gran-Bretanha, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 11 de Setembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e os Paizes-Baixos, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Setembro de 1931.

Accôrdo relativo ao Protocollo de instrucções para demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guyana hollandeza, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 22 de Setembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Irlanda, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Outubro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Suecia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Outubro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Allemanha, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 22 de Outubro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Suissa, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 29 de Outubro de 1931.

Convenio postal (com o seu Protocollo final, o seu regulamento de execução e as disposições relativas ao transporte da correspondencia por via aérea) e Accôrdo sobre encomendas postaes, firmados em Madrid, a 10 de Novembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Finlandia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 26 de Novembro de 1931.

Accôrdo entre o Brasil e a Italia para a suppressão do visto em passaportes brasileiros e italianos, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de Novembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Tchecoslovaquia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de Novembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Italia, assignado no Rio de Janeiro, a 28 de Novembro de 1931.

Tratado de extradição entre o Brasil e a Italia, assignado no Rio de Janeiro, a 28 de Novembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Dinamarca, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de Novembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Islandia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de Novembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e o Canadá, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 4 de Dezembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e o Mexico, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 7 de Dezembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Rumania, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Dezembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Hungria, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 24 de Dezembro de 1931.

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Noruega, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 31 de Dezembro de 1931.

b) Actos ratificados

Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, Protocollo adicional e Protocollo final, firmados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929. Ratificados a 10 de Março de 1931.

Convenção postal universal e seus annexos, Accôrdo relativo a cartas e caixas com valor declarado e seus annexos e

Accôrdo relativo a encomendas postaes e seus annexos, firmados em Londres, a 28 de Junho de 1929. Ratificados a 2 de Junho de 1931.

Tratado para a solução judicial das controversias que venham a surgir entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica da Liberia, assignado em Paris, a 15 de Julho de 1925. Ratificado a 9 de Julho de 1931.

Convenção internacional para a repressão da circulação e do tráfico de publicações obscenas, assignada em Genebra, a 12 de Setembro de 1923. Ratificada a 21 de Julho de 1931.

Convenção radiotelegraphica internacional, Regulamento geral e Regulamento addicional, assignados em Washington, a 25 de Novembro de 1927. Retificados em 1º de Setembro de 1931.

Convenio radioelectrico ou radiotelegraphico entre o Brasil e o Perú assignado, em Lima, a 31 de Dezembro de 1928. Ratificado a 20 de Outubro de 1931.

Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha e Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de Julho de 1929. Ratificadas em 1º de Dezembro de 1931.

Convenção geral de conciliação inter-americana, assignada em Washington, a 5 de Janeiro de 1929. Ratificada a 15 de Dezembro de 1931.

Protocollo relativo a clausulas de arbitragem, firmado em Genebra, a 24 de Setembro de 1923. Ratificado a 15 de Dezembro de 1931.

Tratado geral de arbitramento inter-americano, assignado em Washington, a 5 de Janeiro de 1929. Ratificado a 15 de Dezembro de 1931.

c) Actos aos quaes se adheriu

Convenção concernente a certas questões relativas aos conflictos de leis sobre a nacionalidade, Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade, Protocollo especial relativo a um caso de apatridia e Protocollo especial relativo á apatridia, firmados na Haya, a 12 de Abril de 1930. Recebida pelo Secretariado da Liga das Nações, a 19 de Setembro de 1931, a notificação da adesão do Brasil a esses actos, com reservas no tocante aos artigos 5, 6, 7, 16 e 17 da Convenção.

d) Trocas e depositos de ratificações

Convenção internacional para a limitação da responsabilidade dos proprietarios de navios do mar, assignada em Bruxellas, a 25 de Agosto de 1924; Convenção internacional para a unificação de certas regras relativas aos privilegios e hypothecas maritimas, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926; Convenção internacional para a unificação de certas regras relativas ás immunidades dos navios do Estado, assignada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926. Effectuou-se o deposito da ratificação em Bruxellas a 28 de Abril de 1931.

Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, Protocollo adicional e Protocollo final, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.

Effectuou-se o deposito da ratificação em Varsovia a 2 de Maio de 1931.

Convenção postal universal e seus annexos, Accôrdo relativo a cartas e caixas com valor declarado e seus annexos e Accôrdo relativo a encomendas postaes e seus annexos, firmados em Londres, a 28 de Junho de 1929. Effectuou-se o deposito da ratificação em Londres a 21 de Julho de 1931.

Convenção internacional para a repressão da circulação e do tráfico de publicações obscenas, assignada em Genebra, a 12 de Setembro de 1923. Effectuou-se o deposito da ratificação no Secretariado da Liga das Nações a 19 de Setembro de 1931.

Convenção radiotelegraphica internacional, Regulamento geral e Regulamento addicional, firmados em Washington, a 25 de Novembro de 1927. Effectuou-se o deposito da ratificação em Washington a 27 de Outubro de 1931.

Convenio radioelectrico ou radiotelegraphico entre o Brasil e o Perú, assignado em Lima, a 31 de Dezembro de 1928. Foram trocadas as ratificações no Rio de Janeiro a 31 de Outubro de 1931.

e) Actos promulgados.

Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, Protocollo addicional e Protocollo final, assignados em Varsovia a 12 de Outubro de 1929 (2ª Conf. Int. de Direito Priv. Aéreo). Promulgados pelo

decreto n. 20.704, de 24 de Novembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 5 de Dezembro de 1931 e rectificado no de 11 de Dezembro de 1931.)

f) Actos publicados

Accôrdo entre o Brasil e a Austria relativo á supressão do visto em passaportes, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 3 e 6 de Julho de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 10 de Julho de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Gran-Bretanha, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 11 de Setembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 22 de Setembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e os Paizes-Baixos, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Setembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 25 de Setembro de 1931.)

Accôrdo relativo ao Protocollo de instruções para demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guyana hollandeza, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 22 de Setembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 29 de Setembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Irlanda concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Outubro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 29 de Outubro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Suecia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 16 de Outubro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 29 de Outubro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Allemanha, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 22 de Outubro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 11 de Novembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Suissa, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 29 de Outubro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 13 de Novembro de 1931.)

Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, Protocollo addicional e Protocollo final, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929. (Publicados no *Diario Official* de 5 de Dezembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Dinamarca, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de Novembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 17 de Dezembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Islandia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 30 de Novembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 17 de Dezembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Tchecoslovaquia, concluido no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 27 de Novembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 17 de Dezembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e o Canadá, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 4 de Dezembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 23 de Dezembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e o Mexico, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 7 de Dezembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 23 de Dezembro de 1931.)

Accôrdo commercial entre o Brasil e a Finlândia, concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, datadas de 26 de Novembro de 1931. (Publicado no *Diario Official* de 31 de Dezembro de 1931.)

RATIFICAÇÕES DE GOVERNOS ESTRANGEIROS

CHILE — Convenção internacional de defesa agricola para estabelecer uma regulamentação internacional em defesa da agricultura, contra as pragas que a atacam, firmada em Montevidéo, a 10 de Maio de 1913. O Decreto n. 19.751, de 23 de Março de 1931, fez publico o deposito do instrumento de Ratificação por parte do Governo do Chile.

DIVERSOS — Convenção internacional sobre a circulação de automoveis, assignada em Paris, a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 19.798, de 26 de Março de 1931, fez publicos os depositos de ratificações da Austria, Lithuania, Suissa e Thecoslovaquia.

PANAMÁ — Convenção sobre a uniformidade para a classificação de mercadorias e Convenção sobre a publicidade das leis, decretos e regulamentos aduaneiros, firmados em Santiago,

a 3 de Maio de 1923. O decreto n. 19.857, de 14 de Abril de 1931, fez publico o deposito de ratificação, por parte do Panamá.

ESTADOS UNIDOS — Convenção sobre a União Panamericana, firmada em Havana, a 20 de Fevereiro de 1928. O Decreto n. 19.920, de 25 de Abril de 1931, fez publico o deposito do instrumento de Ratificação, por parte dos Estados Unidos da America.

CUBA — Convenção sobre azylo, da 6ª Conferencia Internacional americana. O Decreto n. 20.087, de 9 de Junho de 1931, fez publico o deposito de ratificação, por parte da Republica de Cuba. (Publicado no *Diario Oficial*, de 19 de Junho de 1931.)

MEXICO — Convenção sobre a condição dos estrangeiros firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928. O Decreto n. 20.140, de 23 de Junho de 1931, fez publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Mexico, com reservas relativas aos artigos 5º e 6º da dita Convenção. (Publicado no *Diario Oficial* de 26 de Junho de 1931.)

HONDURAS — Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados americanos, assignado em Santiago do Chile, em 3 de Maio de 1923, por occasião da 5ª Conferencia Internacional Americana. O Decreto n. 20.207, de 14 de Julho de 1931, fez publico o deposito de ratificação, pela Republica de Honduras (Publicado no *Diario Oficial* de 18 de Julho 1931.)

DINAMARCA. — Convenção internacional relativa ao trafico das brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910 e Protocollo da mesma data. O Decreto n. 20.288, de 11 de Agosto

de 1931, fez publico o deposito de ratificações da Dinamarca. (Publicado no *Diario Official* de 26 de Agosto de 1931.)

POLONIA — Convenção internacional para a simplificação das formalidades aduaneiras e respectivo Protocollo, assignados em Genebra a 3 de Novembro de 1923. O Decreto n. 20.517, de 13 de Outubro de 1931, fez publica a ratificação pelo Governo da Polonia. (Publicado no *Diario Official* de 15 de Outubro de 1931.)

GUATEMALA — Convenções sobre asylo e sobre condição dos estrangeiros, assignadas na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de Fevereiro de 1928. O Decreto n. 20.687, de 19 de Novembro de 1931, fez publico o deposito de ratificações, por parte da Republica de Guatemala. (Publicado no *Diario Official* de 24 de Novembro de 1931.)

NICARAGUA — Convenção sobre tratados, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana, de Havana, a 20 de Fevereiro de 1928. O Decreto n. 20.688, de 19 de Novembro de 1931, fez publico o deposito de ratificação por parte do Republica de Nicaragua. (Publicado no *Diario Official* de 24 de Novembro de 1931.)

COLOMBIA — Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, firmado em Santiago a 3 de Maio de 1923, na Quinta Conferencia Internacional Americana. O Decreto n. 20.797, de 15 de Dezembro de 1931, fez publico o deposito de ratificação, por parte do Governo da Colombia. (Publicado no *Diario Official* de 18 de Dezembro de 1931.)

h) Adhesões

RHODESIA DO SUL — Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris, a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 19.789, de 23 de Março de 1931, fez publica a adesão da Rhodesia do Sul.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA — Convenção da União de Paris, de 20 de Março de 1883, relativa á protecção da propriedade industrial, revista na Haya a 6 de Novembro de 1925. O Decreto n. 19.795, de 26 de Março de 1931, fez publica a adesão dos Estados Unidos da America.

COLONIA DO CONGO E TERRITORIOS SOB O MANDATO DA BELGICA — Convenção internacional relativa á Circulação de automoveis, assignada em Paris, a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 19.798, de 26 de Março de 1931, fez publicas as adhesões da Colonia do Congo Belga e dos Territorios sob o mandato da Belgica.

YEMEN — Convenção telegraphica internacional de São Petersburgo, de 22 de Julho de 1875. O Decreto n. 19.892, de 2 de Abril de 1931, fez publica a adesão do Governo do Yemen.

COLONIA E POSSESSÕES ITALIANAS — Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 18.894, de 22 de Abril de 1931, fez publica a adesão das Colonias e Possessões italianas.

PORTUGAL — Accôrdo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, relativo ao Registo internacional das marcas de fabrica ou de comercio, revisto na Haya a 6 de Novembro de 1925 e ao

Accôrdo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, relativo á repressão das falsas indicações de procedencia sobre as mercadorias, tambem revisto na Haya, a 6 de Novembro de 1925. O Decreto n. 19.981, de 12 de Maio de 1931, fez publica a adhesão do Governo da Republica Portugueza.

LITHUANIA — Convenção relativa ao estabelecimento de uma União internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, assignada em Bruxellas, a 5 de Julho de 1890. O Decreto n. 20.156, de 30 de Junho de 1931, fez publica a adhesão da Lithuania. (Publicada no *Diario Official* de 4 de Julho de 1931.)

COLONIAS E PROTECTORADOS BRITANNICOS—Accôrdo para a repressão do trafico de mulheres brancas firmado em Paris, a 18 de Maio de 1904 e Convenção internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris, a 4 de Maio de 1910. O Decreto n. 20.229, de 21 de Julho de 1931, fez publica a adhesão do Governo britannico, no que concerne á colonia (e protectorado) de Gambia, ao Protectorado de Uganda e ao territorio, sob mandato, de Tanganyika. (Publicado no *Diario Official* de 24 de Julho de 1931.)

EQUADOR — Convenção Unitaria Americana, firmada em Havana, a 14 de Novembro de 1924, bem como Protocollo adicional ao referido Codigo, assignado, em Lima, a 19 de Outubro de 1927. O Decreto n. 20.238, de 21 de Julho de 1931, fez publica a adhesão do Equador. (Publicado no *Diario Official* de 24 de Julho de 1931.)

NOVA ZELANDIA E SAMOA OCCIDENTAL — Convenção da União de Paris, de 20 de Março de 1883, para a protecção da propriedade industrial, revista na Haya a 6 de Novembro de 1925. O Decreto n. 20.285, de 10 de Agosto de 1931, fez publicas as adhesões do Governo britannico no Dominio da Nova-Zelandia e na da Samôa Occidental, sob o mandato deste Dominio. (Publicado no *Diario Official* de 19 de Agosto de 1931.)

REPUBLICA DE SÃO MARINHO, ARGELIA E ANGOLA — Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 20.286, de 11 de Agosto de 1931, fez publicas as adhesões da Republica de S. Marinho, da Argelia e de Angola. (Publicado no *Diario Official* de 19 de Agosto de 1931.)

DIVERSOS — Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 20.287, de 11 de Agosto de 1931, fez publicas as adhesões da Colonia e Protectorado de Kenya; Protectorado de Uganda; Protectorado de Zanzibar; Territorio de Tanganyika; Protectorado de Nyassa; Rhodesia Septentrional; Chypre; Gazbia (Colonia e Protectorado); Colonia da Costa do Ouro; Ashanti, Territorios Septentrionaes e Togo sob o mandato britannico; Hong Kong; Jamaica (inclusive as ilhas Turcos e Caicos e as ilhas Caiman); Ilhas Barlavento; Granada, Santa Lucia, S. Vicente. (Publicado no *Diario Official* de 19 de Agosto de 1931.)

TURQUIA — Convenção de Berna, revista, para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 13 de Novembro de 1908[†].

bem como Protocollo de 20 de Março de 1914, adicional á mesma Convenção. O Decreto n. 20.289, de 11 de Agosto de 1931, fez publica a adesão da Turquia. (Publicado no *Diario Official* de 19 de Agosto 1931.)

SIÃO — Convenção de Berna, revista, para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 13 de Novembro de 1908, bem como Protocollo de 20 de Março de 1914, adicional á mesma Convenção. O Decreto n. 20.321, de 26 de Agosto de 1931, fez publica a adesão do Reino do Sião. (Publicado no *Diario Official* de 4 Setembro de 1931.)

PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN — Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Berlim a 13 de Novembro de 1908. O Decreto n. 20.378, de 8 de Setembro de 1931, fez publica a adesão do Principado de Liechtenstein. (Publicado no *Diario Official* de 4 de Setembro de 1931.)

CEYLÃO — Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, assignada em Paris a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 20.448, de 26 de Setembro de 1931, fez publica a adesão de Ceylão. (Publicado no *Diario Official* de 14 de Outubro de 1931.)

CHINA — Convenção internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas, a 5 de Julho de 1890. O Decreto n. 20.516, de 13 de Outubro de 1931, fez publica a adesão da China. (Publicado no *Diario Official* de 15 de Outubro de 1931.)

PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN — Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, formada em Paris, a 24 de Abril de 1926. O Decreto n. 20.620, de 7 de Novembro de 1931, fez publica a adesão do Principado de Liechtenstein. (Publicado no *Diario Official* de 14 de Novembro de 1931.)

LETONIA — Convenção internacional para a simplificação das formalidades aduaneiras e o respectivo Protocollo, assignados em Genebra, a 3 de Novembro de 1923. O Decreto n. 20.641, de 10 de Novembro de 1931, fez publica a adesão pa Lettonia. (Publicado no *Diario Official* de 14 de Novembro de 1931.)

POLONIA — Convenção da União de Paris, de 20 de Março de 1883, relativa á protecção da propriedade industrial, revista na Haya a 6 de Novembro de 1925. O Decreto n. 20.705, de 24 de Novembro de 1931, fez publica a adesão do Governo da Polonia. (Publicado no *Diario Official* de 2 de Dezembro de 1931.)

LITHUANIA — Accôrdo internacional para a criação, em Paris, de uma Repartição internacional de Epizootias, firmado em Paris, a 25 de Janeiro de 1924. O Decreto n. 20.840, de 22 de Dezembro de 1931, fez publica a adesão da Republica da Lithuania (Publicado no *Diario Official* de 5 de Janeiro de 1932.)

IRAK — Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris, a 21 de Junho de 1926. O Decreto n. 20.841, de 22 de Dezembro de 1931, fez publica a adesão do Governo do Irak. (Publicado no *Diario Official* de 5 de Janeiro de 1931.)

LITHUANIA — Accôrdo e Convenção internacionaes para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignados em Paris, em 1904 e 1910, respectivamente. O Decreto n. 20.842, de 22 de Dezembro de 1931, fez publica a adhesão da Lithuania. (Publicado no *Diario Official* de 8 de Janeiro de 1931.)

g) Denuncias

CUBA — Accôrdo de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas em 14 de Dezembro de 1900 e em Washington em 2 de Junho de 1911, relativo ao registo internacional das marcas de fabrica ou de commercio. O decreto n. 20.112, de 16 de Junho de 1931, fez publica a denuncia por parte do Governo de Cuba. (Publicado no *Diario Official* de 20 de Junho de 1931.)

MOVIMENTO DO PESSOAL, EM 1931

a) Corpo diplomatico

EMBAIXADORES

Removidos:

Sylvino Gurgel do Amaral: da Embaixada em Washington para a em Tokio (28 de Fevereiro de 1931).

Rinaldo de Lima e Silva: da Embaixada no Mexico para a em Washington (28 de Fevereiro de 1931).

Abelardo Roças: da Embaixada em Santiago para a no Mexico (21 de Abril de 1931)

Epaminondas Leite Chermont: da Embaixada em Santiago para a em Bruxellas (9 de Junho de 1930).

Revertendo á actividade:

José de Paula Rodrigues Alves: (9 de Junho de 1931).

Aposentados:

José Manoel Cardoso de Oliveira: (10 de Fevereiro de 1931).

Oscar de Teffé (19 de Fevereiro de 1931).

Antonio do Nascimento Feitosa (9 de Março de 1931).

Pedro de Toledo (9 de Março de 1931).

Nomeados:

José Bonifacio de Andrada e Silva (10 de Fevereiro de 1931).

Joaquim de Assis Brasil: em commissão na Republica Argentina (28 de Fevereiro de 1931).

José Carlos de Macedo Soares: para servir na Embaixada em Bruxellas (16 de Março de 1931).

José Carlos de Macedo Soares: para Chefe da Delegação na Conferencia do Desarmamento, em Genebra a se realizar em 2 de Fevereiro de 1932).

Posto em disponibilidade activa:

Hyppolito Alves de Araujo: (28 de Fevereiro de 1931).

Exonerados:

José Carlos de Macedo Soares: a pedido (5 de Maio de 1931).

E. E. E M. P. DE 1ª CLASSE

Promovidos:

Epaminondas Leite Chermont: a Embaixador e designado para a Embaixada no Chile (28 de Fevereiro de 1931).

Alcibiades Peçanha: a Embaixador e designado para a Embaixada em Roma.

Designados:

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda: para, em comissão, servir de Secretario Geral da Secretaria do Estado (16 de Maio de 1931).

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda: para Chefe dos Serviços Politicos e Diplomaticos (20 de Maio de 1931).

Zacharias de Góes Carvalho: Chefe do Serviço Administrativo (20 de Maio de 1931).

Gregorio Pecegheiro do Amaral: membro da Comissão de Promoções e Remoções (20 de Maio de 1931).

Raul do Rio Branco: para Segundo Delegado do Brasil na Conferencia do Desarmamento em Genebra (30 de Dezembro de 1931).

José de Paula Rodrigues Alves, para Santiago (9 de Junho de 1931).

Removidos:

Arthur G. de Araujo Jorge: da Legação em Assumpção para a Legação em Montevidéo (10 de Fevereiro de 1931).

Helio Lobo: da Legação em Montevidéo para a Legação em Haya (19 de Fevereiro de 1931).

Lucillo da Cunha Bueno: da Legação em La Paz para a Legação em Assumpção.

José Francisco de Barros Pimentel: da Legação em Caracas para a Legação em Varsovia.

Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda: para a Secretaria de Estado (18 de Maio de 1931).

Alberto Jorge de Ipanema Moreira: da Legação na Colombia para a Legação no Peru' (20 de Junho de 1931).

E. E. E M. P. DE 2ª CLASSE

Promovidos:

J. J. de Lima e Silva Muniz de Aragão; a E. E. e M. P. de 1ª classe e designado para a Legação em Caracas (21 de Abril de 1931).

Manoel Coelho Rodrigues: a E. E. e M. P. de 1ª Classe e designado para a Legação na Colombia (30 de Junho de 1931).

Designados:

Henrique Saules: para Chefe do Serviço de Limites e Actos Internacionais (20 de Maio de 1931).

Manoel Coelho Rodrigues: para Chefe do Serviço de Passaportes (20 de Maio de 1931).

Mauricio Nabuco: Encarregado de Serviço Publico fóra da Secretaria (20 de Maio de 1931).

Carlos de Rostaing Lisbôa: para servir na secretaria do Estado (20 de Junho de 1931).

Carlos de Rostaing Lisbôa: para Chefe do Protocollo. (20 de Junho de 1931).

Mauricio Nabuco: para Chefe dos Serviços Politicos e diplomaticos (25 de Setembro de 1931)

Raphael Mayrink: para Chefe do Serviço de Protocollo de (20 de Maio de 1931).

Carlos Martins Pereira de Souza: para a Legação em Copenhague (30 de Abril de 1931).

Mario de Pimentel Brandão: para o Legação na Turquia.

Samuel de Souza Leão Gracie: para exercer em com-missão as funções de E. E. e M. P. de 1ª classe na Bolívia (18 de Agosto de 1931).

Posto em disponibilidade activa:

Carlos de Rostaing Lisboa: (22 de Abril de 1931).

Revertendo á actividade:

Carlos Rostaing Lisboa: (de 16 de Junho 1931).

1^{os} SECRETARIOS

Promovidos:

Mario de Pimentel Brandão: a E. E. e M. P. de 2ª Classe (28 de Abril de 1931).

Samuel de Souza Leão Gracie: a E. E. e M. P. de 2ª Classe (18 de Agosto de 1931).

Designados:

Carlos Celso de Ouro Preto: para a Legação em Vienna (11 de Março de 1931).

Renato de Lacerda Lago: tornando efectiva a sua designação para a Legação em Berlim (23 de Março de 1931.)

Samuel de Souza Leão Gracie: para a Secretaria de Estado (20 de Março de 1931).

Lafayette de Carvalho e Silva: para Chefe da Contabilidade (20 de Maio de 1931).

Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro: para Chefe do Archivo (20 de Maio de 1931).

Adriano Souza Quartin: para, provisoriamente, dirigir a Secção do Protocollo (5 de Junho de 1931).

Luiz Fernandes Pinheiro: para dirigir o serviço de intensificação e reorganização do Archivo (14 de Julho de 1931).

Protasio Baptista Gonçalves: para a Legação em Montevideo (12 de Agosto de 1931).

Carlos Alves de Souza: para dirigir o Serviço de Passaportes (26 de Agosto de 1931).

Alvaro de Magalhães: para Chefe da Bibliotheca (21 de Outubro de 1931).

Removidos:

Antonio José do Amaral Murtinho: da Legação em Vienna para a Legação em Oslo (3 de Janeiro de 1931).

Jeronymo de Avellar Figueira de Mello: da Embaixada na Santa Sé para a Embaixada em Lisboa (6 de Fevereiro de 1931).

Otavio Fialho: da Legação em Haya para a Embaixada em Bruxellas (6 de Fevereiro de 1931).

Lafayette de Carvalho e Silva: da Embaixada em Lisboa para a Secretaria de Estado (7 de Março de 1931).

Lourival de Guilhobel: da Embaixada no Chile para a Legação em Varsovia (11 de Março de 1931).

Ronald de Carvalho: da Secretaria de Estado para a Embaixada em Paris (4 de Maio de 1931).

Carlos Alves de Souza: da Embaixada em Paris para a Secretaria de Estado (18 de Junho de 1931).

Lafayette de Carvalho e Silva: provisoriamente em Buenos Ayres (26 de Agosto de 1931).

Carlos Alberto Muniz Gordilho: da Legação em Madrid para a Secretaria de Estado.

Luiz Avelino Gurgel do Amaral: tornando effectiva a sua designação para a Santa Sé.

Cyro de Freitas Valle: da Legação em Haya para a Secretaria de Estado (30 de Dezembro de 1931).

Renato de Lacerda Lago: da Legação em Berlim para a Secretaria de Estado (30 de Dezembro de 1931).

Carlos Taylor: da Legação em Montevidéo para a Embaixada em Londres (15 de Agosto de 1931).

Aposentados:

Felix Bocayuva (31 de Março de 1931).

Jarbas Loretta da Silva Lima (31 de Março de 1931).

Promovidos a Conselheiros:

Lafayette de Carvalho e Silva.

Carlos Taylor.

Antonio José do Amaral Murtinho.

Paulo Coelho de Almeida.

Hildebrando Pompeu Pinto de Accyoli.

2^{os} SECRETARIOS

Promovido:

José Roberto de Macedo Soares: a 1^o Secretario em 21 de Setembro de 1931).

Designados:

Edmundo Machado Junior: para a Secretaria de Estado (14 de Março de 1931).

Rubens Dunham: para auxiliar do Secretario Geral, na Secretaria de Estado (20 de Maio de 1931).

Carlos Maximiano de Figueiredo: para dirigir provisoriamente a Contabilidade (14 de Setembro de 1931),

Altamir de Moura: para a Legação em La Paz (14 de Setembro de 1931).

Afranio de Mello Franco: para Secretario Particular do Ministro do Exterior.

Removidos:

Mario da Costa Guimarães: da Legação em Havana para a Legação em Haya (4 de Janeiro de 1931).

Pedro Franklin de Almeida Lima: da Embaixada em Lisboa para a Legação em Lima (6 de Fevereiro de 1931).

Carlos Maximiano de Figueiredo: da Embaixada em Londres para a Secretaria de Estado (7 de Março de 1931).

Decio Honorato de Moura: da Legação em Montevideo para a Embaixada em Londres (28 de Fevereiro de 1931).

Vasco Tristão Leitão da Cunha: da Legação em Lima para a Embaixada em Lisboa (28 de Fevereiro de 1931).

Trajano Medeiros do Paço: da Embaixada em Paris para a Secretaria do Estado.

João Ruy Barbosa: da Embaixada em Paris para a Embaixada em Washington, ficando sem effeito a que o removia para Buenos Ayres (24 de Março de 1931).

Murillo Tasso Fragoso: da Legação em Haya para a Secretaria de Estado (7 de Abril de 1931).

Mauro de Freitas: da Embaixada em Washington para a Embaixada em Bruxellas (25 de Abril de 1931).

Jorge Olyntho de Oliveira: da Embaixada em Lisbôa para a Secretaria de Estado (29 de Abril de 1931).

Oswaldo Furst: da Embaixada em Roma para a Legação em Montevidéo (16 de Maio de 1931).

Affonso Barbosa de Almeida Portugal: da Secretaria de Estado para a Embaixada em Bruxellas (21 de Maio de 1931).

Cesar Mesquita Serva: da Embaixada em Londres para a Embaixada em Paris (21 de Maio de 1931).

Mario de Lima Barboza: da Embaixada em Paris para a Embaixada em Londres (21 de Maio de 1931).

João Avellar Magalhães Calvet: da Legação em Berne para a Legação em Praga.

José de Alencar Netto: da Legação em Praga para a Legação em Angora.

Rubens Ferreira de Mello: da Legação em Vienna para a Secretaria de Estado (8 de Junho de 1931).

Afranio de Mello Franco: da Embaixada em Londres para a Secretaria de Estado (11 de Junho de 1931).

Roberto Mendes Gonçalves: da Legação em Caracas para a Legação em Berne (1 de Agosto de 1931).

Jorge Latour: da Legação em La Paz para a Embaixada em Roma (31 de Agosto de 1931).

Themistocles da Graça Aranha: da Embaixada em Bruxellas para a Embaixada em Buenos-Aires (31 de Agosto de 1931).

Mario de Lima Barbosa: da Embaixada em Londres para a Secretaria de Estado (3 de Setembro de 1931).

Abelardo Bretanha Bueno do Prado: da Legação em Berlim para a Secretaria de Estado.

Revertendo á actividade:

Phelippe Augusto Silviano Brandão: Como Consul de 2ª classe (21 de Julho de 1931).

Pospo em disponabilidade:

Leopoldo Teixeira Leite (28 de Maio de 1931).

Transferido para o Corpo Consular:

Moacyr Ribeiro Briggs: na cathegoria de Consul de 2ª classe.

b) **Corpo consular**

INSPECTORES DE CONSULADO

Aposentado:

João Fausto de Aguiar (23 de Março de 1931).

Posto em disponabilidade:

Cypriano Lage e Silva (13 de Maio de 1931).

CONSULES GERAES

Removidos:

Carlos Martins P. de Souza: do Consulado Geral em Amsterdam para o Consulado Geral Shangai (2 de Janeiro de 1931)

Mario Augusto de Azevedo: do Consulado Geral em Montevideo para o Consulado Geral em Amsterdam (2 de Janeiro de 1931).

Socrates Moglia: do Consulado Geral em Buenos Ayres para o Consulado Geral em Barcelona.

J. Eulalio do Nascimento: do Consulado Geral em Londres para a Secretaria de Estado (9 de Abril de 1931).

Ayres de Maia Monteiro: da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Londres (9 de Abril de 1931).

Alcino Santos Silva: do Consulado Geral em Genova para a Secretaria de Estado (30 de Abril de 1931).

Mario de Barros Vasconcellos: da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Genova.

Bento Carvalho do Paço: do Consulado Geral em Berlim para o Consulado Geral em Hamburgo (13 de Maio de 1931).

Sylvio Romero Filho: da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Berlim (13 de Junho de 1931).

Felinto Elisio Vianna de Abreu: do Consulado Geral em Hamburgo para o Consulado Geral no Havre (30 de Dezembro de 1931).

Octaviano Augusto Machado de Oliveira: do Consulado Geral no Havre para a Secretaria de Estado (30 de Dezembro de 1931).

Designados:

Leonardo Olavo da Silva Castro: para o Consulado Geral em Kobe (2 de Janeiro de 1931).

Narcizo Peixoto Magalhães: para o Consulado Geral em Buenos-Ayres (14 de Fevereiro de 1931).

Napoleão Reis: para Chefe do Archivo, Bibliotheca e Mapotheca (20 de Maio de 1931).

Antonio de São Clemente: para Chefe do Serviço do Pessoal (20 de Maio de 1931).

Antonio de São Clemente: para Membro da Comissão de Promoções e Remoções (20 de Maio de 1931).

Alcino Santos Silva: para Chefe dos Serviços Consulares (20 Maio de 1931).

Joaquim Eulalio do Nascimento Silva: para Chefe dos Serviços Commerciaes (20 de Maio de 1931).

Sylvio Romero Filho: para servir como Consul Geral (10 de Junho de 1931).

Sebastião Sampaio: para representar o Brasil na 4ª Conferencia Panamericana em Washington (19 de Agosto de 1931).

Aposentados:

José Marcellino de Moraes Barros: em 10 de Fevereiro de 1931.

José Basileu Gonzaga Filho: em 9 de Março de 1931.

Alfredo Varela: em 9 de Março de 1931.

Manoel Pinto de Souza Dantas: em 31 de Março de 1931.

Leonardo Olavo de Castro: em 7 de Abril de 1931.

José Pinto de Souza Dantas: em 25 de Abril de 1931.

Transferido para o Corpo Diplomatico:

Carlos Martins Pereira de Souza: como E. E. e M. P. de 2ª classe (30 de Abril de 1931).

CONSULES DE 1ª CLASSE

Promovidos:

Narcizo Peixoto Guimarães: a Consul Geral (10 de Fevereiro de 1931).

Antonio de São Clemente: a Consul Geral (16 de Maio de 1931).

Transferido para o Corpo Diplomatico:

Protasio Baptista Gonçalves: como 1º Secretario (7 de Julho de 1931).

Removidos:

Amynthas de Lima: do Consulado de 1ª classe Philadelphia para Consulado de 1ª classe Cadiz: (2 de Janeiro de 1931);

Mario de Deus Fernandes: do Consulado de 1ª classe em Alexandria para o Consulado de 1ª classe em Dunkerque (2 de Janeiro de 1931).

Jorge William Chester: do Consulado de 1ª classe em Baltimore para o Consulado de 1ª classe em Manchester (2 de Janeiro de 1931).

Oscar Corrêa: do Consulado de 1ª classe em Glasgow para o Consulado de 1ª classe em Philadelphia (2 de Janeiro de 1931);

Henrique Shuller: Consul Adjunto: do Consulado Geral em Hamburgo para o Consulado Geral em Londres (2 de Janeiro de 1931).

Henrique Pinheiro de Vasconcellos: da Secretaria de Estado para o Consulado de 1ª classe em Bremen (9 de Abril de 1931).

Oscar Paranhos da Silva: do Consulado de 1ª classe em Bremen para a Secretaria de Estado.

Amynthas de Lima: do Consulado de 1ª classe em Cadiz para a Secretaria de Estado.

Luiz Carlos de Andrade Filho: da Secretaria de Estado para o Consulado de 1ª classe em Cadiz (15 de Maio de 1931).

Designados:

João Carlos Muniz: para servir no Consulado de 1ª classe em Baltimore (2 de Janeiro de 1931).

Aluizio Martins Torres: para o Consulado de 1ª classe em Constantinopla (2 de Janeiro de 1931).

Demetrio de Toledo: para o Consulado de 1ª classe em Alexandria (2 de Janeiro de 1931).

Mario Drolhe da Costa: para o Consulado de 1ª classe em Beyruth (2 de Janeiro de 1931).

Protasio B. Gonçalves: para o Consulado de 1ª classe em Athenas (2 de Janeiro de 1931).

Carlos Coelho Cintra: para o Consulado de 1ª classe em Porto Arthur (2 de Janeiro de 1931).

Eduardo de Aguiar Vallim: para o Consulado de 1ª classe em La Plata (2 de Janeiro de 1931).

João B. Borges Machado: para o Consulado de 1ª classe em Bahia Blanca (2 de Janeiro de 1931).

Milton Weguelin Vieira: para o Consulado de 1ª classe em Malaga (2 de Janeiro de 1931).

Carlos R. de Faria: para o Consulado de 1ª classe em Varsovia (2 de Janeiro de 1931).

Antonio F. de Souza Bastos: para o Consulado de 1ª classe em Swansea (2 de Janeiro de 1931).

João Philippe Mee: para o Consulado de 1ª classe em Oslo (2 de Janeiro de 1931).

Nestor de Braga Mello: para o Consulado de 1ª classe em Glasgow (2 de Janeiro de 1931).

Oswaldo Corrêa: para auxiliar do Secretario Geral, na Secretaria de Estado (20 de Maio de 1931);

Oscar Corrêa; para Chefe do Serviço de Communicações (20 de Maio de 1931).

Henrique Pinheiro de Vasconcellos: para Chefe do Serviço da Mappotheca.

Emilio de São Felix Simonsen: para o Consulado de 1ª classe em Captown (20 de Maio de 1931);

Alvaro de Magalhães: para a Secretaria de Estado (20 de Maio de 1931).

Francisco de Miranda Mascarenhas: para dirigir provisoriamente os Serviços Consulares (21 de Maio de 1931).

Oscar Corrêa: para Chefe do Serviço de Material, ficando sem effeito a portaria que o nomeava Chefe do Serviço de Communicações (16 de Junho de 1931).

Luiz Magalhães Tavares: para o Consulado de 1ª classe em Athenas (4 de Agosto de 1931).

Wenceslau de Souza Guimarães: para o Consulado de 1ª classe em Yokohama (25 de Setembro de 1931).

Moycir Ribeiro Briggs: para examinar o projecto do Regulamento de Passaportes (31 de Dezembro de 1931).

Aposentados:

Joaquim Maria Pedreira Junior: (15 de Janeiro de 1931).

Guilherme Fernandes da Silva: (31 de Março de 1931).

Carlos Carlton Coelho Cintra: (21 de Setembro de 1931).

Revertendo á actividade:

Emilio de São Felix Simonsen: (18 de Março de 1931).

CONSULES DE 2ª CLASSE

Nomeados:

Decio Martins Coimbra (17 de Julho de 1931).

Promovidos:

Luiz de Magalhães Tavares, a Consul de 1ª classe, por merecimento: (24 de Julho de 1931).

Wenceslau de Souza Guimarães: a Consul de 1ª Classe (21 de Setembro de 1931).

Fernando Lobo: a Consul de 1ª Classe (23 de Setembro de 1921).

Moycir Ribeiro Briggs: a Consul de 1ª Classe (15 de Dezembro de 1931).

Designados:

Raul Vachias: para o Consulado em New Port.

Elibiades Barboza Gonçalves: para o Consulado geral em Montevideu, como Consul-Adjunto (2 de Janeiro de 1931).

Renato de Macedo Sodré: para o Consulado geral em Liverpool, como Consul Adjunto (2 de Janeiro de 1931).

Alfredo Polzin: para o Consulado de 2ª Classe em Belgrado: (2 de Janeiro de 1931).

Hamilton Pires: para o Consulado de 2ª Classe em Aalborg (2 de Janeiro de 1931).

Caio Eugenio de Moraes Barros: para o Consulado de 2ª Classe em Jacksonville (2 de Janeiro de 1931).

José de Oliveira Almeida: para o Consulado de 2ª Classe em Dantzig (2 de Janeiro de 1931).

Ildefonso Falcão: para o Consulado de 2ª Classe em Colónai (2 de Janeiro de 1931).

Pedro de Alcantara N. de Abreu: para o Consulado de 2ª Classe em São Francisco (2 de Janeiro de 1931).

Manoel Moreira de Barros e Silva: para o Consulado de 2ª Classe em Las Palmas (2 de Janeiro de 1931).

Venicio da Veiga: para o Consulado de 2ª Classe em Savanaah: (2 de Janeiro de 1931).

Francisco G. de Oliveira: para o Consulado de 2ª Classe em Christiansund (2 de Janeiro de 1931).

Odon Sarmento: para o Consulado de 2ª Classe em Stockholm (2 de Janeiro de 1931).

Theodoro da Silva Ribeiro Junior: para servir como Consul Adjunto no Consulado Geral em Antuerpia (2 de Janeiro de 1931).

Antonio Carlos Moreira Telles: para o Consulado de 2ª Classe em Almeria (2 de Janeiro de 1931).

Antonio Brandão Mendes: para ficar á disposição do Ministerio da Agricultura (4 de Fevereiro de 1931).

Eduardo Agostini: para servir na Secretaria de Estado (4 de Abril de 1931).

Wencesláu de Souza Guimarães: para o Consulado de 2ª Classe em Terra Nova (25 Abril de 1931).

Heraclito H. de Vasconcellos: para o Consulado de 2ª Classe em Cobija (25 de Abril de 1931).

J. Baptista Barreto Leite: para exercer as funções de Consul Adjunto em Buenos Ayres (19 de Maio de 1931).

Moyceir Ribeiro Briggs: para dirigir provisoriamente o Serviço de Communicações (21 de Maio de 1931).

Moycir Ribeiro Briggs: para Secretaria da Comissão de Promoções e Remoções (20 de Maio de 1931).

Moycir Ribeiro Briggs: encarregado de serviço publico fóra do Ministerio (30 de Maio de 1931).

Fernando Lobo: Encarregado de Serviço Publico, fóra do Ministerio (30 de Maio de 1931.)

José Calmon da Gama: tornando sem effeito a portaria que o transferia para a Secretaria de Estado (20 de Junho de 1931).

João Baptista Barreto Leite: tornando sem effeito a portaria que o transferia para Buenos Ayres.

Decio Martins Coimbra: para o Consulado de 2ª Classe em Praga (4 de Agosto de 1931).

Phelippe Augusto Silviano Brandão: para servir na Secretaria de Estado (24 de Julho de 1931).

João Baptista Barreto Leite: para o Consulado em Dakar (9 de Setembro de 1931).

Affonso Lopes de Almeida: para o Consulado de 2ª Classe em Shanghai (1 de Outubro de 1931).

Removidos:

Antonio dos Santos Torres: do C. G. em Londres, para Hamburgo (P. 2 de Janeiro de 1931).

Ivan Galvão: da Secretaria de Estado para o Consulado de 2ª Classe em Livorno (11 de Março de 1931).

Mauro Pontes: da Secretaria de Estado, para servir como Consul Adjunto no Consulado Geral em Genova (4 de Abril de 1931).

José Calmon da Gama: do consulado Geral em Buenos Ayres para a Secretaria de Estado.

Horacio Sully de Souza: do Consulado de 2ª Classe em Praga para o Consulado Geral em Paris, como Consul Adjunto (4 de Agosto de 1931).

Osorio Dutra: do Consulado Geral no Porto para a Secretaria de Estado (15 de Agosto de 1931).

Benedicto Costa: do Consulado em Dakar para a Secretaria de Estado (5 de Dezembro de 1931).

Revertendo á actividade

Wencesláu de Souza Guimarães (22 de Abril de 1931).

Heraclito de Vasconcellos (24 de Abril de 1931).

Posto em disponibilidade:

Antonio Brandão Mendes (24 de Abril de 1931).

Aposentados:

Alfredo de Mesquita Bastos (9 de Março de 1931).

Alberto Gracie (9 de Março de 1931).

CONSULES DE 3ª CLASSE

Nomeados:

Carlos Martins Thompson Flores (21 de Setembro 1931).

João Luiz Guimarães Gomes (21 de Setembro de 1931).

João Coelho Lisboa (21 de Setembro de 1931).

Alfredo Tito Soares (21 de Setembro de 1931).

Oswaldo Tavares (21 de Setembro de 1931).

Hygas Chagas Pereira (21 de Setembro de 1931).

Mario Santos (23 de Setembro de 1931).

Acahy Paes (15 de Dezembro de 1931).

Promovidos:

Adolpho Cardozo de Alencastro Guimarães: a 2º Secretario (27 de Setembro de 1931).

Affonso Lopes de Almeida: a Consul de 2ª classe (8 de Setembro de 1931).

Orlando Guerreiro de Castro: a 2º Secretario (21 de Setembro de 1931).

Altamir de Moura: a 2º Secretario (21 de Setembro de 1931).

Perillo Gomes: a Consul de 2ª Classe (21 de Setembro de 1931).

Narcez de Lima Ferreira: a Consul de 2ª Classe (23 de Setembro de 1931).

José Gomide Junior: a Consul de 2ª Classe (15 de Dezembro de 1931).

Designados:

Zorayma de Almeida Rodrigues: para proceder á Revisão do Almanack do Pessoal e acompanhar a sua reimpressão (31 de Fevereiro de 1931).

Jayme Sloan Chermont: para servir no Gabinete do Ministro (26 de Junho de 1931).

Alfredo Tito Soares: Inspector dos Consulados Privativos na Fronteira da Argentina e Uruguay (26 de Junho de 1931).

Exonerado:

Celina Porto Carrero Slavinsk (26 de Maio de 1931).

AUXILIARES

Removidos:

Nivaldo C. Telles Ferreira: do Consulado Geral no Havre para o Consulado Geral em Paris (3 de Janeiro de 1931).

Raul Conrado: do Consulado Geral em Buenos Ayres para o Consulado Geral em Montevideo (3 de Janeiro de 1931).

Arthur Ferreira Machado Guimarães: do Consulado de 2ª Classe em Tampico para o Consulado Geral em Nova Orleans (3 de Janeiro de 1931).

Jorge Kirchoffer Cabral: do Consulado Geral em Hamburgo para o Consulado Geral em New York.

Francisco D'Alamo Louzada: do Consulado de 1ª Classe em Bruxellas para o Consulado de 1ª Classe em Baltimore (3 de Janeiro de 1931).

João Carlos de Mesquita Telles: do Consulado Geral em Amsterdam para o Consulado Geral em Nova York (3 de Janeiro de 1931).

Narcizo J. W. Braga: do Consulado de 2ª Classe em Livorno para o Consulado de 1ª Classe em Bahia Blanca (3 de Janeiro de 1931).

Heraldo Pederneiras: do Consulado Geral em Buenos Ayres para o Consulado Geral em Montevideo (3 de Janeiro de 1931).

Floriano Nunes Pereira: do Consulado de 1ª Classe em Cardiff para o Consulado de 1ª Classe em Bordeus.

Oscar Pires do Rio: do Consulado Geral em Lisboa para o Consulado Geral em Buenos Ayres (9 de Fevereiro de 1931).

José Caetano Bueno Horta: do Consulado Geral em Genova para o Consulado Geral no Havre (2 de Março de 1931).

Arnaldo Guimarães: do Consulado Geral em Nova Orleans para o Consulado de 1ª Classe em Glasgow (11 de Março de 1931).

Jorge de São Clemente: do Consulado em Rotterdam para o Consulado em La Plata (17 de Março de 1931).

Moysés Armando Laredo: do Consulado de 1ª Classe em Genebra para o Consulado Geral em Paris (28 de Março de 1931).

Adolpho de Camargo Neves: do Consulado Geral em Paris para o Consulado Geral em Nova York.

Alberto Rangel: do Consulado Geral em Londres, para o Consulado Geral em Paris.

Renato Ruis de Carvalho: do Consulado Geral em Londres, para o Consulado de 1ª Classe em Baltimore (16 de Maio de 1931).

Enéas Ferraz: do Consulado Geral em Berlim, para o de 1ª Classe em Dunkerque (16 de Maio de 1931).

Paulo de Souza Dantas: da Legação em Budapest onde exercia as funções consulares para o Consulado de 1ª Classe em Vienna (19 de Junho de 1931).

Arnaldo Guimarães: do Consulado em Bordéos, para o Consulado Geral em Antuerpia (13 de Junho de 1931).

Armando Braga Ruy Barboza: do Consulado Geral em Antuerpia, para o Consulado Geral em Southampton (15 de Agosto de 1931).

Nestor da Silveira Carneiro: do Consulado em Bremen, para o Consulado em Dantzig (15 de Agosto de 1931).

Alipio Dutra: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado de 1ª Classe em Cardiff (15 de Agosto de 1931).

Fernando Mendes de Almeida: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado em Cardiff (15 de Agosto de 1931).

E. Lopes Carneiro da Fontoura: do Consulado em Bordéos, para o Consulado Geral no Havre (15 de Agosto de 1931).

Luiz Damasio da Costa Moraes: do Consulado Geral em Barcelona, para o Consulado em Malaga (15 de Agosto de 1931).

Roberto Beltrão: do Consulado Geral em Antuerpia, para o Consulado Geral em Hamburgo (15 de Agosto de 1931).

Ruy Vianna Bandeira: do Consulado Geral em Antuerpia, para o Consulado Geral em Berlim (15 de Agosto de 1931).

Clovis Gurjão: do Consulado Geral em Londres, para o Consulado Geral em Hamburgo (15 de Agosto de 1931).

Elpidio de Brito Pereira: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado Geral em Londres (15 de Agosto de 1931).

Mario Wright Pacheco: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado em Athenas (15 de Agosto de 1931).

Ruy do Prado Marcondes: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado Geral em Assumpção (6 de Outubro de 1931).

Henrique Carlos Martins Pinheiro: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado em Manchester (15 de Agosto de 1931).

Armando Braga Ruy Barboza: do Consulado Geral em Southampton para o Consulado em Dantzig (31 de Agosto de 1931).

Heitor da Silveira Carneiro: fica sem effeito a portaria de 15 de Agosto removendo-o para Dantzig.

Henrique Carlos Martins Pinheiro: do Consulado em Manchester, para o Consulado Geral em Londres (1 de Outubro de 1931).

Waldemar Mendes de Almeida: do Consulado Geral em Paris, para o Consulado em Boulogne s/Mer.

Raul Gomes: do Consulado de 1ª Classe em Bremen, para o Consulado Geral em Berlim.

Claudionor Augusto de Campos: do Consulado Geral em Marselha, para o Consulado Geral em Lisbôa (30 de Dezembro de 1931).

Designados:

Annibal Xavier Rodrigues: para o Consulado Geral em Assumpção (3 de Janeiro de 1931).

Waldemar de Araujo: para dirigir o Consulado Honorario em Hong-Kong (14 de Fevereiro de 1931).

Eurico Costa: para dirigir o Consulado Honorario em Sevilha (14 de Fevereiro de 1931).

Ildefonso Navarro Leitão: para dirigir o Consulado Honorario em Alicante (14 de Fevereiro de 1931).

Arnaldo Guimarães: para servir em Bordéos (11 de Março de 1931).

Francisco D'Alamo Louzada: para ficar á disposição do Ministerio da Fazenda (20 de Março de 1931).

Alfredo Tito Soares: Designado para inspeccionar os Consulados Privativos nas fronteiras do Uruguay e Argentina (25 de Abril de 1931).

Carlos Escobeiro Fernandes: para dirigir o Consulado Honorario em Hull (25 de Abril de 1931).

Raul Conrado: para dirigir o Consulado Honorario em Puerto Mexico (25 de Abril de 1931).

Nicanor Damasio e Mello de Oliveira: para dirigir o Consulado Honorario em Halifax (25 de Abril de 1931).

Ignacio Soares Bulhões: para dirigir o Consulado Honorario em Malmo (21 de Abril de 1931).

Philippe de Santa Cruz Guimarães: para dirigir o Consulado Honorario em Dundee (25 de Abril de 1931).

José Maria De Lamare: para o Consulado Geral em New York (16 de Maio de 1931).

Paulo Vidal: para servir no Consulado de 1ª Classe em Swansea (20 de Maio de 1931).

Octavio Conrado: para servir em Rosario de Santa Fé (20 de Maio de 1931).

Honorio Bastos de Carvalho: para servir em Lisboa (17 de Junho de 1931).

Roberto de Vasconcellos: para o Consulado em Genova (19 de Junho de 1931).

Fernando Mendes de Almeida: [tornando sem effeito a portaria que o transferia para o Consulado em Genebra (23 de Outubro de 1931).

Alipio Dutra: para ficar á disposição do Instituto do Café de São Paulo.

Aposentados:

Jorge de São Clemente, em 14 de Setembro de 1931.

Narcizo Braga, em 26 de Outubro de 1931.

Paulo Coelho Rodrigues, em 21 de Dezembro de 1931.

Quintino Gramaxo, em 21 de Dezembro de 1931.

Mario Rowley Mendes, em 21 de Dezembro de 1931.

Joaquim Clington, em 21 de Dezembro de 1931.

Francisco Sebastian, em 21 de Dezembro de 1931.

Eugenio Raisin, em 21 de Dezembro de 1931.

Henrique Carlos Martins Pinheiro, em 21 de Dezembro de 1931.

Exonerados:

Colmar Daltro, (18 de Fevereiro de 1931).

João Godoy de Oliveira Rocha (9 de Março de 1931).

João Carlos de Mesquita Telles (28 de Maio de 1931).

Arthur F. M. Guimarães (28 de Maio de 1931).

Luiz Retumba, (9 de Junho de 1931).

Vicente Avelino, (25 de Julho de 1931).

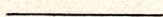
Arthur Iberê Lemos, (21 de Setembro de 1931).

João Luiz Guimarães Gomes, (22 de Setembro de 1931).

Alfredo Tito Soares, (22 de Setembro de 1931).

Alipio Dutra, (28 de Dezembro de 1931).

ANNEXO A



DOCUMENTOS DIVERSOS

FRONTEIRA BRASIL — GUYANA BRITANNICA

N. 1

Acta da Quarta conferencia da Comissão Mixta Brasileiro-Britannica
Demarcadora de Limites

Aos tres dias do mez de fevereiro do anno de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelencia o Sr. Doutor Getulio Dornellas Vargas e Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda e dos Dominios Britannicos de Ultra-Mar, Imperador da India, Sua Majestade George V, Ministro das Relações Exteriores do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Afranio de Mello Franco e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros The Right Honourable Sir Arthur Henderson, M. P., na Fazenda Conceição na fóz e margem direita do rio Mahú, reuniram-se em conferencia as Comissões Brasileira e Britannica, com o fim especial de estabelecer algumas regras sobre os trabalhos de demarcação, sendo por parte da Comissão Brasileira os Senhores Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, Chefe; Capitão de Corveta, Alfredo Miranda Rodrigues, Sub-Chefe; Rubens Nelson Alves, Ajudante; e Capitão Jonathas de Moraes Correia, Auxiliar Technico servindo de Secretario, e por parte da Comissão Britannica os Senhores William Cunningham,

Chefe; Augustus Joseph Cheong, Sub-Chefe Wellesley Lord, Tipographo e Calculador e Theodoro Orella, Guarda-Livros, Interprete, e Official de Transporte.

1. A informação technica dada á Comissão Britannica pelo Secretario de Estado de Sua Majestade Britannica para as colonias foi apresentada á conferencia e discutida do seguinte modo:

a. Ficou decidido continuar a marcar as posições astronomicas e collocar marcos ao longo da fronteira dos rios, porque a isso a Comissão Mixta é obrigada em virtude do art. 8 do Protocollo de Instrucções assignado em Londres no dia 18 de março de 1930; que os marcos da confluencia do Mahú ou Ireng com o Tacutú fossem construidos de maiores dimensões, de accordo com o § 3 letra (i) da Acta da Segunda Conferencia, sómente do lado Brasileiro, ficando o do lado Britannico de menor tamanho, porque a Comissão Britannica não considerou necessario marco maior.

b. Na fronteira terrestre os marcos serão da fôrma e tanto quanto possivel do tamanho constante do croquis junto. As datas

em que forem collocados os numeros e as palavras BRASIL-BRITISH GUYANA serão escriptos como determina o § 9º do Protocollo de Instrucções. As coordenadas astronomicas não serão escriptas nos marcos como resolvido na Segunda Conferencia para os marcos ao longo dos rios Mahú e Tacutú. Não haverá intervallos regulares entre os marcos; serão escolhidos de preferencia locais em que o Divisor de Aguas possa ser determinado com facilidade e precisão, devendo o afastamento entre dois consecutivos ser approximadamente de cinco milhas, ao longo do Divisor, conforme consta da Acta da Segunda Conferencia.

c. Com referencia a disparidade nos limites de concordancia nos valores da longitude e latitude, o Chefe da Comissão Brasileira disse que essa disparidade só foi aceita por elle em attenção ao Chefe da Comissão Britannica. O ultimo manteve o seu ponto de vista que havendo duas fontes de erro na determinação da longitude, respectivamente recepção dos signaes e determinação da hora local, o limite de concordancia deveria ser maior para longitude; disse mais que resultados em uma estação mostraram que para reduzir a differença permittida na longitude póde resultar em maiores periodos de tempo a serem gastos nas estações de observações astronomicas. O Chefe da Comissão Brasileira respondeu que, com os instrumentos e methodos adoptados por sua Comissão, na pratica os valores obtidos para a longitude tem sido mais precisos que os da latitude. Que o facto allegado pelo Chefe da Comissão Britannica n'uma das estações do rio Tacutú foi devido a um erro accidental, que foi corrigido depois, e não ao methodo. Foi decidido que nenhuma mudança seria feita, estando a Comissão Brasileira prompta a augmentar o numero de suas observações afim de obter a maior precisão compativel com os methodo e instrumentos empregados.

d. A Comissão Brasileira não pode concordar com a proposta que "O methodo de corrigir o levantamento não deve consistir em acceitar rigidamente o valor das observações astronomicas para correção do levantamento, porém, o ajustamento dos dois de um modo systematico de maneira a produzir a maior concordancia em todas as observações", com o fundamento que isto era contrariar os termos do § 7º do Protocollo.

e. Com referencia ao levantamento da fronteira terrestre o Chefe da Comissão Brasileira disse que o methodo de levantamento dependeria da natureza do terreno e não poderia ser rigidamente estabelecido com antecedencia, apenas delineado de um modo geral; que estava convicto que o trecho do monte Roraima á nascente do rio Mahú não poderá ser concluido em quatro mezes conforme o plano da Comissão Britannica. Picos inacessiveis que forem encontrados poderão ser fixados por triangulos. Que, afim de facilitar a demarcação do referido trecho, estava resolvido a enviar, em junho ou época mais conveniente, uma turma de matteiros para marcar as nascentes dos rios, abrir picada e localisar, tanto quanto possivel o Divisor de Aguas. Tendo o Chefe da Comissão Britannica perguntado se essa turma seria dirigida por algum official, o Chefe da Comissão Brasileira declarou que a natureza do trabalho não o exigia; que apenas tratava-se da abertura de piques que facilitem aos officiaes, quando em serviço de demarcação, a verificação e identificação dos varios rios e do Divisor de Aguas. Foi resolvido que n'este e casos semelhantes a pessoa encarregada da turma teria uma autorisação por escripto assignada pelo Chefe ou Sub-Chefe da Comissão que envia a turma certificando que a mesma é empregada em serviço da Comissão de Limites. O Chefe da Comissão Britannica disse mais que cada detalhe nos desenhos da Comissão deve ter a responsabilidade de um

dos officiaes da mesma; no que toca á Commissão Britannica isto sómente pôde ser feito se o proprio official tiver visto o local. O Chefe da Commissão Brasileira, respondendo, disse que do mesmo modo todos os detalhes no desenho de sua Commissão terão a responsabilidade dos que assignarem o referido desenho. O Chefe da Commissão Britannica apresentará ao Chefe da Commissão Brasileira um memorandum ao Sub-Chefe da Commissão Britannica indicando o methodo de estabelecer a fronteira terrestre e o modo de dividir o trabalho das duas Comissões.

f. Com referencia ao uso do aeroplano, o Chefe da Commissão Brasileira disse que não tinha presentemente proposta alguma a fazer. Por accôrdo entre a Commissão Brasileira e Venezuelana as informações estão sendo obtidas pelo Chefe da Commissão Venezuelana, na Europa. Se qualquer cousa prática resultar para a Commissão Brasileira ou Venezuelana, o Chefe da Commissão Brasileira comunicará ao Chefe da Commissão Britannica.

2. Ficou resolvido que no levantamento do rio Ireng ou Mahú as Comissões Brasileira e Britannica esperariam uma a outra em cada estação de verificação até que os planos e observações astronomicas tenham sido comparados e ajustados.

3. Ficou resolvido que a Commissão Brasileira terminaria o seu trabalho de campo, na presente estação, no dia 31 de março de 1931, depois de comparar e ajustar o trabalho de levantamento já concluído; porém que a Commissão Britannica poderia continuar o levantamento por si até 30 de abril, comtanto que seu trabalho seja comparado e ajustado com o da Commissão Brasileira quando o levantamento fôr reencetado pela Commissão Mixta n'esse local.

4. Ficou resolvido que a data para encontro das duas Comissões no monte Roraima será no dia 1 a 10 de setembro de

1931; que o logar de encontro será na maloca do Paulo, no rio Kukenaan, na parte sudoeste do monte Roraima; que depois do dia 10 uma das Comissões deixando de comparecer a outra procederá a demarcação da fronteira começando, se possível, no vertice do monte Roraima e que os resultados serão obrigatorios para ambos os paizes; ficando, entretanto, claramente estabelecido que a fronteira é e será o Divisor de Aguas quando terrestre e o "thalveg" quando pelos rios.

5. O Chefe da Commissão Brasileira disse como a Commissão deixou de concordar sobre o braço do Tacutú que deve constituir a fronteira e em outros pontos na visinhança do monte Wamuriaktawa, julga necessario enviar em setembro de 1931 um official da Commissão Brasileira para fazer levantamentos no local, de modo a apresentar os seus factos correctamente ao seu Governo, conforme consta da Acta da Terceira Conferencia da Commissão Mixta. O Chefe da Commissão Britannica disse que não podia prometter mandar um official em setembro ao monte Wamuriaktawa porque não tinha fundos necesarios para esse fim; que esta decisão do Chefe da Commissão Brasileira era contraria ao § 3º lettra (e) da Acta da Segunda Conferencia e ao § 11 do Protocollo e que, portanto, trabalho feito por uma turma Brasileira podia não ser considerado pelo Governo Britannico como trabalho da Commissão de Limites; que entretanto elle considerava que a informação já colhida pela Commissão mixta era sufficiente para que os dois Governos chegassem a uma decisão e não pôde affirmar se no caso da Commissão Brasileira fazer mais levantamentos, por exemplo, nivelamentos e medição de corrente com vista á arbitragem, que não seria necessária a uma turma Britannica verificar os seus resultados; que um plano do local foi mandado ao seu Governo e uma cópia seria dada á Commissão Brasileira na esperanza de um

entendimento poder ser alcançado pelos dois Governos sobre os factos como prova o plano. e maior gasto n'esse trecho será evitado, O Chefe da Comissão Brasileira respondendo declarou que o trabalho acima referido em nada contraria os §§ 3 letra (e) da Segunda Conferencia e 11 do Protocollo porque não se trata de demarcação da fronteira e sim de uma exploração para a Comissão Brasileira adquirir todos os elementos que o Chefe da Comissão Britannica diz já ter; que, do mesmo modo não pôde garantir que seu Governo accete o trabalho enviado pelo Chefe da Comissão Britannica como sendo da Comissão Mixta.

6. Com relação á discussão entre as duas Comissões sobre a necessidade de estabelecer regras fixas para escolha do formador principal de um rio que terminou com o officio do Sub-Chefe da Comissão Brasileira ao Chefe da Comissão Britannica, datado de 8 de novembro de 1930, um pedido foi feito pelo Chefe da Comissão Britannica, que fosse apresentado ao Governo Britannico a monografia "Rios, seus affluentes, contribuição para o estudo da determinação da nascente principal pelo Capitão de Fragata Antonio Alves Ferreira da Silva" que contem as regras que foram adoptadas, de commum accôrdo, pela Comissão Mixta de Limites entre o Brasil e o Perú, da qual o Sub-Chefe da Comissão Brasileira extrahiu o resumo contido em seu officio de 23 de outubro de 1930, de modo que pudesse saber até que ponto estas regras poderiam ser applicadas na Comissão de Limites Brasil Guyanna Britannica. — O Chefe da Comissão Brasileira concordou e foi combinado, com o fim de economisar tempo, que enviaria a monographia pelos canaes competentes ao Foreing Office da Gran-Bretanha. O Chefe da Comissão Brasileira considerou entretanto que ellas não poderão ser applicadas aos rios Tacutú, Ireng ou Mahú, porque o ramo que

deve constituir fronteira está claramente estabelecido no Laudo de Roma, que é tambem a opinião do Chefe da Comissão Britannica já expressa no n. 2 de seu officio ao Sub-Chefe da Comissão Brasileira, datado de 6 de novembro de 1930.

7. O Chefe da Comissão Brasileira disse que desejava suspender a demarcação do divisor de aguas quando o levantamento se approximasse da bacia do Mahú ou Ireng ou Mahú do rio Timão para cima, porque só era possivel decidir sobre o braço que servirá de fronteira quando subindo o rio. Concordou-se trabalhar do Roraima para Este ao longo do Divisor de Aguas até se chegar ás aguas da bacia do Mahú ou Ireng e d'ahi seguir para Chimepir no Mahú ou Ireng, subir até a nascente do braço escolhido para a fronteira e d'ahi pelo Divisor de Aguas até o ponto em que a demarcação fôr suspensa. O Chefe da Comissão Brasileira reservou o direito de considerar qualquer braço do Mahú ou Ireng cujaf óz fique acima ou abaixo do Chimepir, como constituindo a fronteira, caso esse braço satisfaza as condições do Laudo de Roma.

8. Tendo sabido que o Chefe da Comissão Brasileira deveria partir, logo que terminasse esta Conferencia, para encontrar o representante do Governo Hollandez para a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Guyana Hollandeza, o Chefe da Comissão Britannica indagou se o Chefe da Comissão Brasileira tinha alguma informação a dar a respeito, á vista do facto que quando o ponto de encontro dos tres territorios Brasil, Guyana Britannica Guyana Hollandeza tiver de ser definido, será necessario uma turma Britannica estar presente. O Chefe da Comissão Brasileira respondeu que nenhum programma tinha sido ainda combinado, porém esperava que tão depressa quanto tivesse conferenciado com o representante hollandez, estaria habilitado a fornecer á Comissão Britannica a necessaria informação.

Esgotado o assumpto que deu logar á convocação da presente conferencia, declarou-se esta encerrada, lavrando-se a respectiva Acta, em dois exemplares, cada um nos idiomas portuguez e inglez, pelos respectivos Secretarios, a qual, depois de lida, foi assignada por todos os membros da Commissão Mixta, que estavam presentes.

BRAZ DIAS DE AGUIAR,
CHEFE DA COMMISSÃO BRASILEIRA;
ALFREDO MIRANDA RODRIGUES,
SUR-CHEFE DA COMMISSÃO BRASILEIRA;
RURENS NELSON ALVES,
AJUDANTE DA COMMISSÃO BRASILEIRA;
JONATHAS DE MORAES CORREIA,
AUXILIAR TECHNICO, SERVINDO DE SECRETARIO.
WILLIAM CUNNINGHAN,
CHIEF OF THE BRITISH COMMISSION;
A. J. CHEONG,
DEPUTY CHIEF OF THE BRITISH COMMISSION;
W T. LORD,
RELIEF SURVEYOR COMPUTER-BRITISH COMMISSION;
THEODORE ORELLA,
INTERPRETER AND TRANSPORT OFFICER OF THE BRITISH COMMISSION;

PROPOSTA PAPA DETERMINAR O THALVEGUE DO RIO QUE FORMA O LIMITE ENTRE O BRASIL E A GUYANA BRITANNICA

N. 2

(Tradução)

Foreign Office, S. W. 1, 6 de junho de 1931. — N. A. 3470/433/6.

MEU CARO EMBAIXADOR,

Não deixámos de consultar as repartições competentes do Governo de sua Majestade sobre o *memorandum* que teve a bondade de enviar ao Senhor Knox em 16 de outubro ultimo, a respeito do *thalvegue* do rio que forma o limite entre a Guyana britannica e o Brasil, mas foi inevitavel a demora em virtude da difficuldade de communicação com os Commissarios.

Depois de maduro exame, suggeriram as autoridades competentes varias emendas e accrescimos ao seu *memorandum* acima mencionado. Essas emendas foram agora incorporadas num *memorandum* revisto, do qual lhe remetto a inclusa copia. Gratos ficariamos se mandasse uma copia delle ao Governo brasileiro para que o examine, e suggerimos que, se este convier nos seus termos, os nossos dois Governos enviem copias aos seus respectivos Commissarios com instrucções para procederem de accôrdo com as suas disposições.

Ao mesmo tempo desejaria fazer as seguintes observações sobre algumas propostas contidas no incluso *memorandum*.

Relativamente ao n. (1), não será necessario situar presentemente o *thalvegue*, excepto nos casos em que isto fôr indispensavel para determinar o dominio das ilhas. Tornará isto, occasionalmente, mais baratos e mais

rapidos a demarcação e o levantamento de plantas. Relativamente aos ns. (2) e (3) entende-se que a questão da possível mudança de domínio das ilhas ou do território é um assumpto de importancia consideravel e que é desejavel seja o accôrdo moldado de maneira a estatuir:

- a) que haja a menor mudança possível de dominio;
 - b) que, sempre que fôr inevitavel uma mudança de dominio, se chegue a uma solução rapida, que não possa causar nenhum prejuizo a qualquer dos territorios;
 - c) que as possíveis causas de divergencias sejam reduzidas ao minimo.
- Observe-se que o *thalwegue* pode deslocar-se:

a) em virtude de causas graduaes, e. g. o deposito de alluvião e a erosão das margens e,

b) em virtude de causas subitas, e. g. desmoronamento de terra ou enxurrada, que possa provocar uma deslocação completa do curso do rio ou do braço, que contém o *thalwegue* ou linha mediana, e o abandono do antigo leito pelo novo.

No caso de serem graduaes as causas, considera-se que a ambas as partes seja licito effectuar trabalhos locais para prevenir taes alterações, ao passo que no ultimo caso se entende que ao Estado prejudicado pela perda de territorio devam:

a) ser concedidos quatro annos para effectuar trabalhos com o objectivo de forçar o rio a voltar ao seu antigo curso, ou,

b) quando tal medida não fôr praticavel ou desejavel, ser reconhecido o direito ao pagamento por parte do outro Estado de uma compensação, cujo montante seria assumpto de accôrdo mutuo.

Recommenda-se a adopção da proposta da clausula (1) do *memorandum*, embora o principio mais geralmente acceito mande (como no caso do limite Mexico-Estados Unidos da America, no Rio Grande) que o rio permaneça como limite emquanto fôr gradual a sua alteração, mas que, se abandonar o seu antigo leito e abrir um novo, o limite continue na linha do ultimo *thalwegue*, não perdendo o Estado pelo qual segue o novo curso o territorio assim mutilado. Todavia, encontra-se o precedente para a adopção da solução proposta na clausula (1) na Convenção de limites, de 8 de Agosto de 1843, entre a Belgica e os Países-Baixos. Nessa Convenção, as secções XI (1) e XI (2) e (3) fornecem um precedente do periodo de quatro annos para fazer voltar o rio ao seu primitivo leito. Attentas as condições de viagem etc., no norte da America do Sul, tal periodo não parece indevidamente longo. Posto que nenhum precedente se tenha encontrado para a clausula de compensação proposta, parece ter sido acceita na pratica.

A suggestão da clausula (5), no sentido de que certos casos sejam submettidos a um tribunal ajustado, visa prever a possibilidade de uma mudança de dominio abranger uma área rica de mineraes ou, por qualquer outro motivo, de valor especial, quando a alternativa de fazer voltar o rio ao seu primitivo leito fôr impraticavel.

Accrescentarei, em conclusão, que entendemos deverem as disposições do *memorandum* junto, que está redigido em termos de applicação geral, ficar sujeitas ás modificações que a Comissão Mixta julgue necessarias para satisfazer ás condições particulares locais.

Gratos ficariamos em saber, no devido tempo, se o Governo brasileiro concorda em que o *memorandum* seja agora communicado aos nossos respectivos Commissarios, para sua orientação.

Creia-me, meu caro Embaixador, etc.

R. L. CRAIGIE.

A Sua Excellencia o Senhor Raul Regis de Oliveira, etc., etc., etc.

N. 2 A

MEMORANDUM

Propõe-se que os seguintes principios sejam acceitos pelo Governo de Sua Majestade no Reino Unido e pelo Governo brasileiro para sua adopção pela Comissão Mixta de alimentação das áreas ribeirinhas da fronteira entre a Guyana britannica e o Brasil.

1. A linha de fronteira em qualquer momento determinado será o *thalvegue* do rio onde quer que o *thalvegue* possa ser situado nesse momento. Fica assente que a agua, e não o leito do rio, será o limite. Quando, em virtude de saltos ou de qualquer outra causa, não fôr possivel determinar a posição do *thalvegue*, será o limite a linha mediana do canal que offerecer o curso mais favoravel para a navegação rio abaixo.

2. O dominio das ilhas será determinado pela sua situação em relação ao *thalvegue* no momento da demarcação, ou a linha mediana nas extensões em que esta forme o limite. As ilhas pertencerão ao Estado, em cujo lado da fronteira estiverem situadas.

3. Não se pode confiar em que a posição do *thalvegue* permaneça constante, em virtude da acção natural das aguas, e. g. o deposito gradual de

alluvião, enchendo de lodo e ás vezes mesmo obstruindo canaes. A questão da mudança de dominio das ilhas por motivo do deslocamento do *thalvegue*, em razão de taes causas, será solucionadoa como se segue:

a) Quando, em virtude do deslocamento gradual do *thalvegue*, uma ilha, situada no momento da demarcação em um lado delle, passar, num momento subsequente qualquer, a ficar situada no lado opposto do *thalvegue* e continuar a ser uma ilha, o seu dominio não mudará.

b) Quando, em virtude do deslocamento gradual do *thalvegue* ou do deposito de alluvião ou de outras causas graduaes e naturaes, uma ilha, situada no momento da demarcação no territorio de um Estado, se unir ao territorio do outro Estado, o seu dominio mudará.

c) Quando, em virtude da acção gradual e natural do rio, duas ilhas de dominio differente se unirem e formarem uma só ilha, o dominio da ilha menor passará ao da maior, seja qual fôr a posição do *thalvegue*.

d) Entender-se-á que uma ilha se uniu a outra ilha ou ao continente quando o nivel do leito intermedio houver subido a uma altura maior do que a da agua em periodos que não os de enxurradas nessa parte do rio.

e) Quando, em virtude do deposito de alluvião ou de outras causas graduaes e naturaes, se formar uma ilha nova, attingindo uma altura maior do que a da agua em periodos que não os de enxurradas nessa parte do rio, onde, antes, nenhuma terra existia, pertencerá ella ao Estado em cujo lado do *thalvegue* estiver situada, seja qual fôr o lugar do *thalvegue* na occasião do apparecimento da ilha.

f) Cada Estado terá o direito tanto de proteger as suas proprias margens e ilhas contra a acção gradual e natural do rio como de effectuar trabalhos no seu proprio territorio para prevenir qualquer desvio local do curso da corrente principal, ou de qualquer braço do rio, comtanto que em ambos os casos esses trabalhos não causem por sua vez taes desvios em qualquer outra parte.

4. Se o rio soffrer completa deslocação do seu curso, em virtude de qualquer phenomeno natural repentino, de modo a abandonar o seu leito e a abrir outro, a linha de fronteira continuará a ser o *thalvegue* do rio. Em tal caso, o Estado prejudicado pela perda de territorio terá o direito de forçar a volta do rio ao leito abandonado, dentro do espaço de quatro annos, a contar da data em que a mudança do curso tiver chegado ao seu conhecimento.

5. Entretanto, em todos os casos em que a mudança de dominio da terra estiver envolvida, os direitos de propriedade da população serão observados, e o Estado prejudicado pela perda de territorio terá o direito a uma indemnização razoavel por parte do outro Estado, devendo o montante ser fixado por mutuo accôrdo. Dado o caso que os dois Estados não cheguem a accôrdo sobre a importancia da indemnização, será a divergencia submettida ao arbitramento da Côte de Justiça Internacional, a cuja decisão ambos os Estados terão que sujeitar-se.

6. O rio será aberto á livre navegação e á pesca de ambos os Estados, de uma extremidade á outra da parte limitrophe, mas só serão permittidas as obras que visem apenas manter o rio no seu curso actual e não envolvam risco algum de alterar esse curso, excepto com o mutuo consentimento das partes contractantes; e qualquer trabalho como canalização, irrigação ou o desenvolvimento de força electrica só será emprendido mediante o mutuo consentimento de ambos os Estados marginaes.

FOREING OFFICE, S. W. 1. — 5 de Junho de 1931.

OFFICIO DO CHEFE DA COMMISSÃO DEMARCADORA DAS FRONTEIRAS DO SECTOR NORTE AO MINIS- TERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

N. 3

Resumo dos trabalhos na Guyana Britannica e fronteira na região das
cabeceiras dos rios

Rio de Janeiro, 14 de Julho de 1931.— N. 28.

SENHOR MINISTRO,

Temos a honra de communicar a Vossa Excellencia o resumo dos trabalhos na fronteira da Guyana Britannica, no periodo de Abril de 1930 a 31 de Março do corrente anno.

2. A Commissão Mixta fez o levantamento do rio Tacutú desde a Confluencia do Mahú até a dos braços Tacutú e Wamuriak, e do rio Mahú desde sua foz até o campo do Lameiro, a cerca de 120 kilometros da foz.

3. Construiu 12 marcos ao longo do rio Tacutú, sendo seis na margem esquerda (brasileira) e seis na margem direita (britannica); cinco marcos no rio Mahu, sendo tres na margem direita (brasileira) e dois na margem esquerda (britannica).

4. Os trabalhos de campo foram suspensos em Abril afim de preparar a expedição ao monte Roraima, marcada para Setembro proximo.

5. Não foi possivel continuar a demarcação do rio Tacutú além da confluencia dos dois braços Tacutú e Wamuriak ou Muriape, pois as duas commissões não chegaram a accôrdo sobre o rumo que dahi por deante deveria assinalar a fronteira.

6. Esses dois braços em que se divide o rio Tacutú depois de receber o seu affluente Sonie-Wua, apresentam-se com volumes d'agua approximadamente iguaes (medição em 22-Set.-930).

7. A Commissão Britannica apezar disto não os reconheceu como formadores do rio Tacutú, considerando o braço Tacutú uma continuação do rio do mesmo nome, e o Wamuriak, apenas um affluente. Assim, a esta Commissão, a identidade de denominações bastava para derimir as duvidas da escolha.

8. A Commissão Brasileira, entretanto, mantinha-se na sua attitude inicial, achando que, no caso, cabia fazer cuidadosa investigação, de modo a ajustar á realidade dos factos, as determinações do Laudo de Roma e do Tratado de 1926.

9. O Laudo de Roma diz:

«No caso em que os rios se dividirem em varios braços, a fronteira seguirá o "thalweg" do braço mais oriental" e o Tratado de 1926, feito "para rectificar inexactidões do Laudo de Roma", designa o rio Tacutú até a sua nascente no monte Wamuriaktawa como linha de fronteira da qual esse monte ficou sendo um ponto obrigatorio. »

10. Dessa forma, procedia a questão suscitada pela Commissão Brasileira que na defesa dos interesses do seu Paiz, não podia concordar sem mais delongas, com a proposta britannica que lhe parecia não interpretar fielmente aquelles dois instrumentos, além de prejudicar o Brasil numa certa extensão do seu territorio.

11. Entre as duas opiniões, continuava de pé a indicação brasileira, para se effectuarem as observações indispensaveis ao esclarecimento do assumpto afim de que pudessem proseguir os trabalhos de demarcação. Esse alvitre foi sempre recusado pela Commissão Britannica que, nem por isso, trazia á discussão documentos (mappas, *croquis*, etc.) que satisfizessem cabalmente.

12. A Commissão Brasileira consultou nesse momento o Ministerio das Relações Exteriores que respondeu com a seguinte declaração: em caso de divergencia entre o tratado de 1926 e o Laudo de Roma, aquelle deve prevalecer.

13. As successivas conferencias realizadas pela Commissão Mixta, não conseguiram uma solução conciliatoria aos importantes interesses em causa que ficam aguardando a decisão final.

14. Resumindo: Para harmonizar o Laudo e o Tratado em relação na Zona em litigio, a Comissão Brasileira entendeu que se deveria procurar um formador de Wamuriak que tivesse origem naquelle monte. Com essa orientação não concordou a Comissão Britannica, não querendo considerar o braço Wamuriak ou Muriape, porque não o reputava formador do rio Tacutú e sim apenas affluente deste.

15. A Comissão Britannica entende que não se deve tomar como braço formador de um rio, qualquer corrente que nelle se lance, enquanto o rio conservar o seu nome, sendo pois affluentes todos os que se vão reunir.

16. A determinação da nascente principal ou do braço principal de um rio é um dos problemas mais difficeis a resolver durante o curso da demarcação de uma fronteira, porque não existem regras fixas *universalmente acceitas*, para orientar o demarcador.

17. No caso particular da fronteira com a Guyana Britannica, é ainda mais difficil, embora pareça o contrario, pois não se trata de braço principal e sim de braço mais oriental, conforme o Laudo.

18. Mas como distinguir um affluente de um braço formador? Varios têm sido os criterios adoptados até agora pelas nossas Comissões de Limites, de modo que não temos ainda uma doutrina definitiva.

19. O astrónomo Liais, escrevendo em 1681 as instruções para solucionar os diversos problemas relativos a limitação de nossa fronteira com o Perú, ao tratar da determinação do braço principal do rio Javary diz:

« Si não se pode achar na região a prova de que um dos seus braços conserva o nome de Javary e que o outro braço tem um outro nome, é preciso explorar os dois braços e comparar seu comprimento e, se fôr preciso, o numero de seus affluentes e o volume de suas aguas para fixar qual é o braço principal que então receberá o nome de Javary ».

Dahi se deduz que o *elemento antropogeographico* deve predominar sobre todos os outros.

20. O mesmo não se deu na nossa fronteira com o Paraguay. Na demarcação do rio Apa o Senhor Barão de Maracajú sustentou que a fronteira deveria seguir pelo braço “Estrella” e não pelo braço “Apa” por ser aquelle principal, ao passo que o Senhor Commissario do Paraguay defendia a these de não se procurar braço formador enquanto o rio conservar o seu nome.

21. O caso foi submettido á apreciação dos dois Governos que, depois de longa discussão, chegaram a accordo, sendo adoptado o braço Estrella, como fronteira, aqui, o elemento antropogeographico foi relegado para segundo plano.

22. Essa doutrina foi ainda adoptada pelo Senhor Almirante Guillobel, Chefe da Commissão de Limites com a Bolivia, no caso da demarcação de nossa linde no *igarapé Bahia*, sustentando ahi, que o braço mais occidental conhecido com a denominação “Floresta” era o “principal”, portanto continuador do tronco, emquanto que o braço chamado “Bahia” deveria ser considerado secundario.

23. Em seu relatorio, apresentado em 1915, aquelle Almirante diz no paragrapho “Estudo dos rios”:

«Para reconhecer ou distinguir dentre as cabeceiras dos formadores de um rio qual a que merece ser qualificada de “principal” devem ser determinados: o volume dagua com que cada um desses fornecedores concorre para a massa das aguas do *curso mestre*, a extensão de seu curso, a altitude das respectivas nascentes, a area das terras regadas pelos seus formadores secundarios ou de sua bacia hydrographica, o argumento geologico ou a historia do curso dagua, que pode ser revelado pelo estudo das superposições dos sedimentos depositados em seu valle, estudo esse do qual se pode vir a conhecer a idade relativa, podendo-se assim saber qual dos valles o mais antigo e por conseguinte qual delles representa a continuação primitiva do rio; e finalmente a tradição e a razão historica ».

24. Mais adeante diz:

«Em conclusão, o volume dagua, extensão do curso e area da bacia hydrographica do Floresta mostram ser esse braço o principal e continuador do Igarapé Bahia e sua nascente principal a desse igarapé ».

25. Com essas conclusões não concordou a Commissão Boliviana que defendia a these de ser o braço Bahia a continuação do rio, ao passo que o Floresta era um affluente, predominando assim, o elemento antropogeographico.

26. As duas Commissões não podendo chegar a um accôrdo, os trabalhos de demarcação dessa parte de nossa fronteira foram suspensos e o caso submettido ao julgamento dos dois governos.

27. Pelo Tratado de 1928 entre o Brasil e a Bolivia foi reconhecido ser o braço “Floresta” o ramo principal do “Bahia”, sendo então modificada a redação do Tratado de Petropolis na parte referente, que ficou assim:

«Art. 1º. A linha de fronteira descripta no tratado de 17 de Novembro de 1903, no trecho comprehendido entre a nascente

principal do rio Rapi ran e o igarapé Bahia, seguirá da referida nascente, em linha recta, á foz do rio Chipamanu; dahi continuará pelo Chiparamu acima, até a sua nascente principal, de onde proseguirá em linha recta, até a nascente do braço oriental do igarapé Bahia. Dessa nascente a linha divisoria baixará pelo mesmo igarapé Bahia, até sua foz no rio Acre ».

28. O Almirante Ferreira da Silva, Chefe da Commissão de Limites do Brasil com o Perú, no trabalho que apresentou a esse Ministerio sobre “Estudo da determinação da nascente principal dos rios”, também adopta o mesmo criterio de relegar o elemento antropogeographico para plano secundario. Nesse estudo diz:

«A indicação da nascente principal, assim considerada pelas pessoas da localidade, é, a nosso ver, um elemento preciosissimo, uma informação valiosa, que o explorador deve procurar obter e jamais desprezar; mas acceital-a como condição *única* para a sua determinação, é um procedimento scientíficamente criminoso ».

29. Reunindo suas conclusões, apresenta as regras que devem ser estabelecidas para escolha do braço principal de um rio, nas quaes em primeiro lugar está a da conservação da direcção geral do rio; em segundo lugar a condição de maior extensão; terceiro, o volume dagua; depois a da altitude e finalmente a condição antropogeographica.

30. Vemos, pois, que não acha o *elemento antropogeographico* decisivo para a determinação do braço principal de um rio, e ao contrario colloca-o em ultimo lugar na lista das suas conclusões.

31. Aquellas regras foram adoptadas pela Commissão Mixta Brasileiro-Peruana durante o curso da demarcação de nossa fronteira com o Perú.

32. Já do mesmo modo não pensa o Senhor Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, actual chefe da Commissão Demarcadora das Fronteiras do Sector Oeste, pois em seu trabalho sobre a nascente do rio Parnahyba, quando chefe da Commissão de Limites entre os Estados do Maranhão e Piauí, analisando as condições estabelecidas pelo Almirante Ferreira da Silva, diz que a tradição não pode ser relegada para ultimo plano, *quando já adquiriu consistencia e se enraizou numa população estavel*, de modo a tornar-se historica; mormente se o rio é conhecido da cabeceira á foz por uma só denominação e *nesse presuppuesto* foi assignado algum convenio de limites » (O grypho é nosso).

33. Mais adeante escreve ainda:

«Apreciando, agora, á luz destas idéas o caso do rio Par-nahyba, logo se percebe que a discussão relativa á sua nascente principal fica circumscripta ao seu esgalhamento superior, acima da confluencia dos rios Agua Quente e Carriola, onde o seu nome ainda não predomina, visto como, dahi para baixo, desde os mais remotos tempos, elle sempre foi conhecido pela denominação de Par-nahyba, e a clausula terceira do convenio de 8 de Julho de 1920, apenas estipula a determinação da nascente principal do rio assim denominado ».

34. Confirmando esse modo de pensar, a Commissão Mixta Brasileiro-Colombiana na 6ª conferencia, realizada em 13 de Janeiro do corrente anno, acaba de estabelecer as normas que devem ser seguidas para elucidar essas questões, á frente das quaes se acha a “condição antropogeographica ou tradicional”. Essa clausula, porem, está sujeita na acta redigida do seguinte modo:

«Considera-se como primeira condição a conservação do nome do rio, sempre que nas suas margens tenham existido habitantes de domicilio constante e que entre elles se conserve tradicionalmente o nome do rio. Em caso de duvida, deve-se prescindir desta condição. »

35. Eis ahi, como se têm manifestado os diversos technicos do Ministerio do Exterior sobre o problema da escolha do braço principal de um rio.

36. Analysando attentamente essas opiniões, verificamos, que o elemento antropogeographico ora é collocado em primeiro lugar, ora em posição secundaria, mas nos dois casos não deixam de considerar o outro rio como braço formador ou braço secundario. Ainda mais, que os referidos technicos têm na sua maioria adoptado o criterio de abandonar aquelle factor, pois até mesmo no caso da fronteira com a Colombia, elle será regeitado em caso de duvida.

37. Na circumstancia particular da nossa fronteira no rio Tacutú a Commissão Brasileira reconhece que o *Wamuriak* não é o principal dos braços, mas apenas um delles, a que se refere o Laudo de Roma, ao passo que a Commissão Britannica quer consideral-o como um simples affluente.

38. Admittir o braço Tacutú como continuador do rio e o *Wamuriak* como affluente, apenas pela conservação do nome, não nos parece justo, por-

que o referido rio ainda não tem *tradição*, nem *moradores fixados em suas margens acima de sua confluencia*. Além disso, essas denominações são posteriores ao Laudo de Roma, pois, para os indigenas o Tacutú só tinha este nome da confluencia do Mahú até a foz do Urubú (Uataua) e dahi em diante o chamavam Podaua (Água Preta).

39. O tratado de 22 de Abril de 1926 diz que a fronteira “sobe pelo Tacutú até a sua nascente, situada não no monte Vindaua, como se suppunha, mas sim no monte Wamuriaktawa, que fica cerca de tres milhas acima, ao nordeste da mesma *serra*. (Decisão arbitral dada em Roma, a 6 de Junho de 1904 e mappa annexo á mesma Decisão e convenção entre o Brasil e a Grã-Bretanha de 22 de Abril de 1926.)”

40. A fixação da nascente do rio Tacutú no monte Wamuriaktawa foi baseada na informação prestada pelo Governo Britannico em nota sob o numero 10, de 16 de Fevereiro de 1912, a qual se firma, por sua vez, no relatório apresentado pelo topographo C. Wilgress Anderson, em 8 de Dezembro de 1911, depois da exploração feita em toda região de nossa fronteira.

41. O artigo do Tratado de Limites diz que o monte Wamuriaktawa fica a tres milhas ao nordeste do Vindaua e na mesma *serra*, o que não é exacto. Como se vê do *croquis* junto fornecido pela propria Commissão Britannica, o Vinduaa é um monte isolado e entre elle e o Wamuriaktawa passa um dos galhos do Tacutú.

42. Mas a que nascente do Tacutú se refere aquelle artigo? A’ nascente principal? Não deve ser: primeiro, porque o braço principal vem muito ao sul; depois, porque o Laudo de Roma ahi invocado diz que “no caso em que os rios se dividirem em varios braços a fronteira seguirá o “*thalweg*” do braço mais oriental”.

43. Por uma cópia do mappa de Mr. Anderson, verificamos que esse topographo abandonou o braço principal do Tacutú para entrar num outro secundario, porém mais oriental, conforme o espirito do Laudo de Roma e que o levou ao monte Wamuriaktawa. O mesmo se deduz do *croquis* que nos offereceu a Commissão Britannica e no qual vêm assignalados os marcos que aquelle topographo deixou ao longo da fronteira, sendo o ultimo no Wamuriaktawa.

44. Esses marcos foram encontrados pela Commissão Brasileira, com excepção do de n. 1, que pelo *croquis* devia estar na foz do rio Wamuriak

45. As informações dos moradores do Tacutú e mesmo do rio Branco, são que o Senhor Anderson subiu o braço Wamuriak. Acrescentam que os marcos foram mais tarde, depois do seu fallecimento, retirados por um Se-

nhor Melville e collocados no outro igarapé (o qual para poder ser melhor referido denominamos agora de “igarapé de Mr. Anderson”), onde se encontram actualmente.

46. Este rio, porém, é muito pequeno, um simples igarapé que secca quasi completamente no verão e muito menor que o outro em sua confluencia com o Tacutú, para ser considerado braço formador e não um simples affluente.

47. A area comprehendida entre esse rio “Mr. Anderson” e o “Wamuriak ou Muriape” é de 40 km, 2 mais ou menos.

48. A Commissão Britannica allega tambem, para não acceitar a fronteira pelo braço Wamuriak, que este rio não nasce no monte Wamuriaktawa.

49. E' verdade que o braço principal do Wamuriak não nasce no Wamuriaktawa, como tambem lá não nasce o principal do Tacutú, que vae muito ao Sul, mas ahi têm origem muitos galhos de ambos.

50. Do relatorio apresentado pelo Senhor Capitão de Corveta Alfredo Miranda Rodrigues, Chefe da turma brasileira que trabalhou nessa região, transcrevemos o seguinte:

« O Chefe da Commissão Britannica procura sustentar tambem que só deve ser considerado “Monte Wamuriaktawa” a parte mais elevada do massiço e por meio de uma confusão entre nascente e vertente, quer dar como nascente do “igarapé de Mr. Anderson” e do que agora escolheram o ponto mais alto da montanha. No tratado de 1926 está escripto “Monte Wamuriaktawa” como querendo se referir a ponto determinado no massiço. A elevação do massiço do Wamuriaktawa é perfeitamente definida do lado Sul, onde elle desce a pique até um grande valle, sendo que para o lado Norte desce em pequenas ondulações, sendo difficil dizer até que ponto se estende. Sustentei a opinião que a elevação acima do valle póde fornecer a côta para a curva de nivel que limita o monte Wamuriaktawa. Com isto não concordou o Chefe da Commissão Britannica, pois assim ficaria incluída a nascente do Muriape no monte Wamuriaktawa. A falta dagua que impedio maior demora no local não permittiu uma exploração á nascente principal do Wamuriak de modo a certificar-nos se a mesma se encontra no divisor de aguas Amazonas-Essequibo. A nascente principal do Tacutú, porém, temos a certeza que se encontra bem affastada do referido divisor. Sendo talvez esta a causa de ter o topographo Mr. Anderson abandonado o ramo principal do Wamuriak e ido procurar um

affluente que tivesse suas nascentes no divisor de modo a tornar exequível um tratado que já havia sido tão favoravel ao Governo Britannico ».

51. Pelas duas photographias junto vê-se bem que o monte Wamuria-ktawa não pode ser apenas o ponto em que está o triangulo negro, assignando o marco deixado por Mr. Anderson e sim todo o conjuncto. O lugar onde está o triangulo claro é inicio do divisor de aguas Amazonas-Essequibo e na sua base nasce um dos braços o Wamuriak.

52. A difficuldade que a Commissão Brasileira encontrou para fixação da fronteira na região as nascentes do rio Tacutú, fazem prever que se repetirão quando o serviço se approximar das cabeceiras do rio Mahú.

53. Pelo mappa de Mr. Anderson do qual juntamos copia, vê-se que o rio Mahú se divide em dois galhos, sendo o oriental denominado Socobi o occidental Mahú. E' possivel que o braço Mahú seja muito maior em volume dagua e extensão, de modo que o outro ramo seja um simples affluente; mas no caso de serem approximadamente iguaes ou ainda que o Socobi seja superior ao outro ramo, ficaremos na mesma situação creada nas nascente do Tacutú.

54. No Mahú o Tratado de 1926 não fixou ponto algum para nascente de modo a tornar obrigatoria a passagem por elle da linha da fronteira. Tambem não podemos procurar a nascente principal e sim o formador mais oriental. Em seu "Tratado de Geographia" o Senhor H. Wagner estudando os rios no paragrapho "Formadores" diz:

«Os cursos dagua de igual importancia, que se vão encontrar, sem que qualquer dos respectivos valles represente o prolongamento collector, tomam o nome de *formadores*; de facto, o rio principal tem seu inicio no ponto onde aquelles se reúnem. Por isso não raramente, nesse ponto, o rio muda de nome ».

55. Pela carta referida os dois braços Socobi e Mahu perdem as suas direcções geraes quando se reúnem para formar o rio Mahu, restando verificar se são approximadamente iguaes em volume dagua, largura e extensão.

56. Concluindo nossa exposição, vemos que de um lado a Commissão Brasileira entende que de accôrdo com o Laudo de Roma, desde que um rio se divide em braços, mais ou menos iguaes, a fronteira deve seguir o mais oriental; de outro lado a Commissão Britannica é de parecer que não devemos procurar formadores enquanto o rio conservar o seu nome.

57. Muito estimariamos que Vossa Excellencia nos orientasse de modo a podermos proseguir os trabalhos de demarcação sem difficuldades.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos de minha respeitosa consideração.

BRAZ DIAS DE AGUIAR,

Capitão de Mar e Guerra, Chefe da Commissão.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

FRONTEIRA BRASIL-COLOMBIA

N. 4

Acta da Quinta Reunião da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana de Limites

Na cidade do Rio de Janeiro, capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil, aos cinco dias de janeiro de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio do Brasil, o Senhor Doutor Getulio Dornellas Vargas e Presidente da Republica da Colombia, o Senhor Doutor Enrique Olaya Herrera, reuniu-se, ás 14 horas a Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana de Limites, cabendo a presidencia ao Senhor Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Chefe da Comissão Brasileira. Estavam presentes além do presidente, o Tenente Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil, sub-chefe, e Doutor Renato Almeida, secretario da Comissão Brasileira; e os senhores Doutores Belisario Ruiz Wilches, Dario Roza M., e Luiz Humberto Salamanca, respectivamente chefe, sub-chefe e secretario da Comissão Colombiana.

Pelo Senhor Doutor Luiz Humberto Salamanca foi lida a acta da quarta reunião e sem debate unanimemente approvada.

Por proposta do Senhor Chefe da Comissão Colombiana discutiu-se o valor que se devia dar ás coordenadas que figuram no Tratado de 1907, especialmente ás lon-

gitudes referidas a Bogotá e ao Rio de Janeiro, e concordou-se que ellas ficavam sujeitas ás variações que os novos valores achados para as duas capitães pudessem causar-lhes e ás variações provenientes da maior precisão dos methodos que hoje se empregam para determinar coordenadas. O Coronel Renato Rodrigues Pereira julga que em caso de desaccôrdo entre as coordenadas geographicas que figuram no Tratado e o accidente natural nelle citado, deve prevalecer este, determinando-se novamente suas coordenadas, pois que a Comissão Mixta actual dispõe de methodos e instrumentos mais aperfeiçoados do que os usados nas commissões anteriores. O Chefe Colombiano concorda, de um modo geral, com a opinião do Chefe Brasileiro, sob a condição porém, de que a differença entre as novas coordenadas e as antigas seja pequena. O Tenente Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil disse que haverá na nova determinação de coordenadas, assim como na ampliação dos levantamentos topographicos, grande interesse scientifico e será notavel serviço prestado á geographia de ambos os paizes.

O Chefe da Comissão Colombiana fez ver que a secção fronteira entre o rio Capury e o Taraira está sujeito a que o segmento do meridiano que a forma passe pela nascente do Capury e esteja proximo ao meridiano de $69^{\circ}30'$ a oeste de Greenwich e propoz que para maior simplicidade se adoptasse o meridiano de $69^{\circ}30'$, que poderia muito bem satisfazer as duas condições, mas que em todo caso satisfaria amplamente a uma dellas. Depois de largo debate, por proposta da Comissão Brasileira concordou-se que a Comissão Mixta verificará si a nascente do rio Capury se acha, mais ou menos, a $69^{\circ}30'$ de longitude a oeste de Greenwich e si o meridiano dessa nascente corta o rio Taraira, e que no caso de não serem satisfeitas estas condições a Comissão Mixta submeterá aos respectivos Governos a solução do caso.

O Senhor Chefe da Comissão Colombiana declarou que, com o fim de facilitar os trabalhos, não achava inconveniente em acceitar como bom o criterio da Comissão Brasileiro-Venezuelana ao fixar os marcos

das cabeceiras dos rios Macacuny, Tomo e Memachi. O Chefe Brasileiro disse que nada terá a oppor, uma vez que pelo reconhecimento do terreno se verifique que os marcos das cabeceiras dos rios Macacuny, Tomo e Memachi, se acham effectivamente naquellas cabeceiras.

Se estiverem, serão adoptados como marcos divisorios, reconstruidos e determinadas novamente suas coordenadas geographicas.

Após o Chefe Brasileiro propoz normas convencionaes que facilitem o reconhecimento das cabeceiras principaes dos rios. O Chefe Colombiano, afim de estudal-as, propoz que se adiasse o assumpto para a proxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente levantou a sessão e marcou o proximo dia 13 do corrente para a sexta sessão. A presente acta foi lavrada em quatro exemplares, dois em lingua portugueza e dois em lingua hespanhola, pelos respectivos secretarios e firmada por todos os membros da Comissão Mixta.

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA.

THEMISTOCLES PAES DE SOUZA BRASIL.

RENATO ALMEIDA.

BELISARIO RUIZ W.

DARIO ROZO M.

LUIZ HUMBERTO SALAMANCA.

N. 5

Acta da Sexta Sessão da Commissão Mixta Brasileiro-Colombiana
Demarcadora de Limites

Na cidade do Rio de Janeiro, capital dos Estados Unidos do Brasil, aos treze dias do mez de janeiro do anno de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio do Brasil, o Senhor Doutor Getulio Dornellas Vargas, e Presidente da Republica da Colombia o Doutor Enrique Olaya Herrera, reuniram-se no Palacio Itamaraty ás duas horas da tarde as Commissões colombiana e brasileira, com o fim de effectuar a sexta sessão da Commissão Mixta Demarcadora.

Presidiu a sessão, porque lhe correspondia, o Doutor Belisario Ruiz Wilches, Chefe da Delegação colombiana.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior.

O Doutor Belisario Ruiz Wilches, Chefe da Commissão Colombiana, manifestou que, como na sessão anterior fôra adiada a definição das cabeceiras de um rio, permitia-se apresentar ao estudo da Commissão um projecto escripto, o qual, depois de estudado e discutido, foi approvedo pela Commissão Mixta na forma seguinte:

As normas que devem ser seguidas para elucidar sobre qual ha. de ser a cabeceira de um rio, serão estas:

I) Condição antropogeographica ou tradicional.— Considera-se como primeira condição a conservação do nome do rio, sempre que nas suas margens tenham existido habitantes de domicilio constante e que entre elles se conserve tradicionalmente o nome do rio. Em seguida, em caso de duvida, deve-se prescindir desta condição.

II) Maior volume de aguas — Esta condição será attendida na falta da primeira; tomar-se-á como continuação do rio que se tenha em consideração o confluyente que tenha maior volume de agua aos tempos normaes, para o que se tomarão medidas por processos expeditos.

III) — Direcção geral — Quando não forem sufficientes as duas anteriores condições, levar-se-á em conta a direcção geral e tornar-se-á como continuação ou cabeceira do rio que se estuda, o confluyente que conservar a direcção geral do rio ou della mais se approximar, apresentando menor deflexão em relação ao tronco.

IV) — Extensão do curso — Se as condições enunciadas antes não se apresentarem, attender-se-á á extensão do rio, tomando-se por principal o que a tenha maior.

V) — Altitude — Por ultimo attender-se-á a maior altitude das nascentes, se as anteriores condições não bastarem.

Em resumo, as condições serão estas: tradição, descarga, direcção, extensão e altitude.

A ordem de consideração destas normas será a que apparece para o tempo de estiagens; nas épocas de chuvas e crescentes, inverter-se-á a ordem das condições II e III.

Em seguida foram declaradas encerradas as sessões da Commissão Mixta que deviam effectuar-se no Rio de Janeiro, segundo o estabelecido no accordo constante da troca de notas, realizado em Bogotá, entre o Ministerio das Relações Exteriores da Colombia e a Legação do Brasil em Bogotá e que ficaram transcriptas na acta da

primeira sessão, e ficou convocada a Comissão Mixta para reunir-se na cidade de Manáos, Estado do Amazonas na segunda quinzena do mez de Março proximo futuro.

Escripta a presente acta em quatro exem-

plares, dois em lingua hespanhola e dois em lingua portugueza, pelos respectivos secretarios, foi assignada por todos os membros da Commissão Mixta e foi encerrada a sessão ás quatro horas da tarde.

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA.

THEMISTOCLES PAES DE SOUZA BRASIL.

RENATO ALMEIDA.

BELISARIO RUIZ W.

DARIO ROZO M.

LUIZ HUMBERTO SALAMANCA.

N. 6

Acta da Septima Sessão da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana
Demarcadora de Limites

Na cidade de Manáos, capital do Estado do Amazonas, aos vinte e quatro dias do mez de junho do anno de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Doutor Getulio Dornelles Vargas e Presidente da Republica da Colombia o Senhor Doutor Enrique Olaya Herrera, reuniram-se na séde da Comissão Colombiana, situada na Avenida Joaquim Nabuco, ás quatro horas e trinta minutos da tarde, os representantes brasileiros e colombianos, com o fim de effectuar a setima sessão da Comissão Mixta Demarcadora dos Limites entre os dois paizes.

Achavam-se presentes por parte do Brasil os Senhores Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, chefe; Tenente-Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil, sub-chefe; Major Polydoro Corrêa Barbosa, ajudante; Capitão Frederico Augusto Rondon, auxiliar tecnico; Primeiro Tenente Doutor Ernestino Gomes de Oliveira, medico; e Primeiro Tenente José Guimard Santos, auxiliar-secretario. Por parte da Colombia, os Senhores Doutor Belisario Ruiz Wilches, chefe; Doutor Dario Roza M., sub-chefe; Doutor Humberto Bruno, primeiro engenheiro adjunto; Doutor Gonzalo Arboleda, segundo engenheiro adjunto; Senhor Guillermo Ruiz Riva, economo; e Doutor Hernando Aparicio G., engenheiro secretario.

De accordo como estabeleci do anteriormente e porque lhe tocasse a vez, assumiu a presidencia de reunião, o Senhor Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, chefe bra-

sileiro que pronunciou as seguintes palavras: “Esta reunião assignala o proseguimento dos nossos trabalhos. E’ grande a minha satisfação por tal acontecimento e por me rever entre os meus distintos collegas colombianos. Coube-me, por gentileza da Comissão Colombiano, presidir no Rio de Janeiro á sessão de instalação da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana, e neste momento a ordem de sucessão, combinada, dá-me novamente a honra da presidencia desta memoravel conferencia, em que pela primeira vez a Comissão Mixta se apresenta completa para encetar a fase definitiva dos seus trabalhos. Confesso-vos, senhores, que é agora maior a minha commoção do que na sessão inaugural do Rio de Janeiro, porque a proximidade da realização do nosso programma me faz sentir melhor o peso das minhas responsabilidades.

E’ sobretudo de nós, da nossa cordealidade, das nossas mutuas transigencias que depende o exito dos nossos trabalhos. E’ com esta disposição de espirito que dou as boas vindas aos novos membros da Comissão Colombiana aqui presentes e declaro aberta a septima conferencia da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana”.

Falou depois o Senhor Doutor Belisario Ruiz Wilches, agradecendo assim as palavras do chefe da Comissão Brasileira: “Es motivo para mi de grande regocijo estar de nuevo con los distinguidos jefes de la Comisión Brasileira por quienes tan viva simpatía tuvimos en Rio de Janeiro asi como por presentar la bienvenida a los demas colegas de esta agrupación, tan cumplidos caballeros todos ellos que con la

sincera amistad que ya nos une será liviano el penoso trabajo que nos está encomendado.

Animado del mayor espiritu de cordialidad, tengo completa fé en que con la honorabilidad y simpatía que distinguen a nuestros colegas Brasileiros nuestros trabajos habrán de tener completo éxito y habrán de estrechar mas los vinculos de amistad entre nuestros dos paises”.

Em seguida os representantes recém-nomeados Doutor Humberto Bruno, Doutor Gonzalo Arboleda, Doutor Arturo Vergara Gonzalo, Doutor Arturo Vergara Uribe, Senhor Guillermo Ruiz Rivas, Doutor Hernando Aparicio G., todos da Comissão Colombiana e o majór Polydoro Corrêa Barbosa, Capitão Frederico Augusto Rondon, Primeiro Tenente Doutor Ernestino Gomes de Oliveira e Primeiro Tenente José Guiomar Santos, por parte do Brasil, apresentaram os seus titulos de nomeação, expedidos pelos dois Governos, titulos que foram achados em boa e devida fórma.

Passando á ordem do dia ficou resolvido, então, que a Comissão Mixta fosse dividida em duas turmas ou partidas, correspondentes ao segundo e terceiro grupos de demarcação, constante da quarta sessão, realisada no Rio de Janeiro em trinta de dezembro do anno findo, não se formando, o primeiro por deficiencia de pessoal tecnico.

Em consecuencia foram approvadas ainda as deliberações seguintes para o corrente anno:

1º) Que o segundo grupo de demarcação se comporá do Tenente-Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil, como chefe e do Major Polydoro Corrêa Barbosa, como ajudante por parte do Brasil e do Primeiro Engenheiro Humberto Bruno e Segundo dito Gonzalo Arboleda, por parte da Colombia. Sua missão é fazer o levantamento do rio Uaupés, fixando ahi os marcos de fronteira e o inicial do meridiano da desembocadura

do Kerary. Em seguida deverá executar o levantamento do Capury até as suas cabeceiras cerca de 69°30' de Longitude Oeste de Greenwich ou até aonde fôr possivel no corrente anno. Acompanhará este grupo o medico brasileiro Doutor Ernestino Gomes de Oliveira.

2º) O terceiro grupo será chefiado pelos proprios chefes da Comissão do Brasil e da Colombia, e delle farão parte o Doutor Dario Roza M., Doutor Arturo Vergara Uribe, Doutor Hernando Aparicio G., por parte da Colombia e Capitão Frederico Augusto Rondon, Primeiro Tenente José Guiomar Santos por parte do Brasil. Tem por missão demarcar a linha Apaporis-Tabatinga, fazer o levantamento do Apaporis até a confluencia do Taraira, collocar os respectivos marcos lindeiros e levantar o Taraira até onde for possivel no corrente anno.

3º) Os chefes de grupo procederão nos trabalhos technicos de accordo com o estipulado na acta da segunda sessão da Comissão Mixta realisada no Rio de Janeiro em 18 de dezembro de mil novecentos e trinta; entretanto, em casos excepcionaes poderão augmentar, ou diminuir a distancia de quarenta kilometros fixada para espaçamento dos pontos cujas coordenadas geographicas devem ser determinadas, como, por exemplo, quando pouco além, ou pouco aquem estiver localizado um accidente importante do terreno.

Tratando do transporte dos grupos de demarcação de Manáos para a fronteira, propõe o Senhor Coronel Renato Rodrigues Pereira que no grupo dos Uapés as turmas brasileira e colombiana lancem mão de seus recursos proprios. O Doutor Humberto Bruno encarregado por parte da Colombia daquelle grupo offerece á Comissão Brasileira o transporte na lancha pertencente á Comissão Colombiana. O Coronel Renato Rodrigues Pereira responde que as embarcações brasileiras sendo menores, julga que

terão mais facilidade para navegar na região. E assim conviria que cada turma seguisse nas suas embarcações, auxiliando-se mutuamente em casos de embaraços sempre possíveis. Foi aprovada a proposta do chefe brasileiro. Quanto ao grupo que se destina ao Sector de Tabatinga ficou estabelecido que o seu transporte seja feito no vapor *Narino* da Comissão Colombiana e posto á disposição da Comissão Brasileira, pelo Chefe colombiano, que manifestou o grande prazer que teria em transportar a Comissão Brasileira. O chefe da Comissão Brasileira declarou aceitar agradecido o cordeal offerecimento do seu collega, mas pedia que as despesas de transporte fossem divididas pelas duas commissões. O chefe colombiano declarou concordar, em vista das razões apresentadas, na repartição das despesas de transporte, salientando comtudo quanto lhe seria agradável se o seu offerecimento fosse aceito sem nenhuma restrição. Ainda relativamente ao transporte nas lanchas e embarcações menores resolveu a Comissão Mixta que as despesas fossem divididas sempre que uma das commissões occupasse por largo tempo as embarcações da outra, viajando, ou trabalhando em conjuncto.

O Coronel Renato Rodrigues Pereira declarou em seguida, que dispondo a Comissão Brasileira de regular numero de embarcações, bem como de motores, muito proprios á navegação nos rios pequenos, offerecia esse material para ser repartido entre as duas commissões de accordo com as necessidades de cada uma.

O Chefe da Comissão Brasileira disse ter informações de que a subida do Uaupés é difficil em batelões carregados por causa das suas innumeradas cachoeiras. Neste caso, seria conveniente que o segundo grupo subisse o Içana e aproveitasse o varadouro que o liga ao Uaupés, que seria levantado na descida. Para isso enquanto a turma subisse o Içana seriam enviadas embarcações vãs pelo proprio Uaupés até o

encontro do varadouro. Na travessia do varadouro que é de doze kilometros approximadamente a carga seria transportada pelo pessoal contractado. O chefe colombiano Senhor Doutor Belisario Ruiz Wilches e o Doutor Humberto Bruno declaram que vão obter novas informações para decidirem em definitivo sobre tal assumpto.

Trata-se em seguida dos marcos e da distribuição da despeza com a sua construcção. Manifesta-se o Doutor Humberto Bruno sobre as vantagens do marco de cimento, ou concreto armado. O Coronel Renato Rodrigues Pereira concorda, mas suscita a hypothese da falta de pedra, ou areia e a difficuldade do seu transporte nas marchas por terra e aventa a idéa do emprego dos marcos construidos com cantoneiras de ferro zincado. O Doutor Bruno disse que a difficuldade de condução deste é tambem muito grande e talvez maior. Depois de ligeira discussão ficou combinado que o Doutor Humberto Bruno e o Major Polydoro Corrêa Barbosa estudassem o assumpto e apresentassem parecer na proxima reunião. Resolveu-se, porém, de commum accordo que os marcos mais importantes tenham construcção especial de modo a serem mais imponentes. Assim devem ser considerados os marcos extremos da linha geodesica Apaporis-Tabatinga, os da intercessão do Iça com a mesma linha e outros situados em logares posvoado, ou transitados.

O Senhor Tenente-Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil lembra a conveniencia de instrucções tendentes a uniformisar os trabalhos das differentes turmas. O chefe brasileiro propõe fossem os subchefes das duas commissões encarregados de estudar o assumpto e redigir as instrucções para discussão na proxima conferencia. Foi aprovada a proposta do chefe brasileiro.

Resolveu-se ainda que os medicos das duas commissões entrassem em entendi-

mento quanto á organização das ambulancias.

O Senhor Doutor Belisario Ruiz Wilches fala ainda sobre a data da nova reunião e da partida. Combinou-se então que a proxima reunião terá logar logo que os encarregados de dar parecer sobre os marcos, as instrucções do serviço e as ambulancias, apresentem os trabalhos de que se acham incumbidos, e que a partida será nos primeiros dias de julho. Designou-se para

ordem do dia da proxima conferencia a discussão dos pareceres e fixação do dia da partida.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, lavrando-se a presente acta em quatro exemplares, dois em portuguez, e dois em hespanhol, pelos respectivos secretarios, a qual, lida e achada conforme, vae assignada por todos os membros da Commissão Mixta.

CORONEL RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA.

TENENTE CORONEL THEMISTOCLES

PAES DE SOUZA BRASIL.

MAJOR POLYDORO CORREA BARBOSA.

CAP. FREDERICO AUGUSTO RONDON.

PRIMEIRO TENENTE DR. ERNESTINO GOMES DE OLIVEIRA.

PRIMEIRO TENENTE JOSÉ GUIOMAR SANTOS.

BELISARIO RUIZ WILCHES.

DARIO ROZO M.

HUMBERTO BRUNO.

GONZALO ARBOLEDA.

ARTURO VERGARA URIBE.

GUILLERMO RUIZ RIVAS.

HERNANDO APARICIO G.

N. 7

Acta da oitava sessão da comissão mixta Brasileiro-Colombiana
demarcadora de Limites

Na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos oito dias do mez de Julho do anno de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Doutor Getulio Dornelles Vargas e Presidente da Republica da Colombia o Senhor Doutor Enrique Olaya Herrera, reuniram-se na séde da Comissão Colombiana, situada na Avenida Joaquim Nabuco, ás quatro horas da tarde, os representantes brasileiros e colombianos com o fim de effectuar a oitava conferencia da COMISSÃO MIXTA DEMARCADORA DOS LIMITES entre os dois Paizes.

Presidiu a sessão o Chefe Colombiano Doutor Belisario Ruiz Wilches.

Achavam-se presentes por parte do Brasil os Senhores Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Chefe; Tenente Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil, Sub-Chefe; Major Polydoro Corrêa Barbosa, Ajudante; Capitão Frederico Augusto Rondon, Auxiliar-technico e primeiro Tenente José Guimard Santos, Auxiliar-secretario. Por parte da Colombia os Senhores Doutores Belisario Ruiz Wilches, Chefe; Dario Roza M., Sub-Chefe, Humberto Bruno, primeiro engenheiro adjunto; Gonzalo Arboleda, Segundo engenheiro adjunto; Arturo Vergara Uribe, Medico e Hernando Aparicio G., engenheiro-secretario.

O Senhor Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil e o Senhor Dario Roza M. apresentaram um projecto sobre instrucções para os trabalhos technicos o qual, depois de lido pelo secretario brasileiro, foi aprovado sem nenhuma modificação. Devi-

damente assignado pelos autores o projecto referido está assim redigido:

Projecto de instrucções para os trabalhos technicos:

Em virtude dos artigos 10 e 11 do "Accordo para a demarcação da Fronteira Brasileira-Colombiana de Março de 1930" e do convencionado nas actas do Rio de Janeiro, a COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO-COLOMBIANA, resolve adoptar as seguintes instrucções para adoptar como norma á qual procurar-se-á ajustar os trabalhos astronomicos, topographicos e de dezenho.

ASTRONOMIA

Art. 1º. Procurar-se-á dotar cada turma de um grupo de operadores de astronomia e outro de topographia. As operações astronomicas poderão ser feitas conjunctamente por operadores brasileiros e colombianos ou separadamente.

Art. 2º. Os processos astronomicos a empregar serão escolhidos á vontade pelos operadores. As longitudes serão obtidas, pelo menos, com tres recepções de signaes horarios para os pontos de referencia topographica e com cinco para os marcos lindeiros que assignalem pontos das linhas de fronteira, sendo necessarios resultados concordantes na serie de cada observador. Os resultados serão accetaveis se o erro médio da media adoptada é, no maximo, igual a *um quarto de segundo de tempo* nas longitudes e a *quatro segundos sexagesimales* nas latitudes. Para tirar a média dos resultados obtidos separadamente pelo dois grupos de observadores, será necessario que as diferenças não excedam de 0,4 (quatro de-

cidos) de *segundo de tempo* nas longitudes e 6'' (seis) *segundos sexagesimales* nas latitudes. (Veja-se Acta n. 2 da Comissão Mixta, do Rio de Janeiro).

TOPOGRAPHIA

Art. 3º. Os levantamentos serão feitos conjunctamente por operadores colombianos e brasileiros de modo que se obtenha um trabalho total unico em que tenham tomado parte membros de ambas as Comissões, seja trabalhando em conjuncto, seja alternadamente, digo seja trabalhando em commum, seja alternadamente. Fica ao criterio dos operadores o modo de proceder.

Art. 4º. Todos os levantamentos topographicos se approximarão, tanto quanto possivel, do character regular, quer quanto ás medições angulares, quer quanto ás lineares, podendo ser empregados tacheometros, theodolitos, bussolas, telemetros ou lunetas stadimetricas, conforme prévio accordo entre os operadores brasileiros e colombianos que tenham de trabalhar juntos, tendo em consideração a natureza topographica da zona de operações. Poderão tambem ser usados nos levantamentos velocidades e rumos de bussola. (Veja-se Acta n. 2 do Rio de Janeiro).

Art. 5º. No caso de emprego de tacheometros ou theodolitos, a approximação das medidas angulares será de um minuto sexagesimal ou dois minutos centesimales.

Quando forem empregadas bussolas, os azimuths serão estimados, no minimo, a um quarto de gráo ou quinze minutos.

Art. 6º. Quer com o emprego de tacheometros ou theodolitos, quer com bussolas, o levantamento será feito por orientação, isto é, será, em cada estação zero do circulo azimuthal, dirigido para o norte magnetico; desse modo o angulo dado pelos instrumentos para cada ponto visado será um azimuth magnetico, ob-

tendo-se, pelo calculo, os angulos da polygonal.

Art. 7º. Sempre que a natureza do terreno permittir, serão medidos os azimuths avante e a ré de cada alinhamento, como verificação, que deverá ser feita em cada estação, do instrumento para evitar possiveis enganos de leitura.

Art. 8º. As distancias serão avaliadas com a approximação exigida para o desenho na escala a empregar, adoptando-se o erro graphico de um quarto de millimetro.

Art. 9º. Os levantamentos serão ligados sempre a estações astronomicas de 40 em 40 kilometros, mais ou menos.

Nessas estações, alem das coordenadas geographicas, será determinada a declinação magnetica mediante processos astronomicos.

Art. 10. Será feito o nivelamento barometrico do levantamento topographico, empregando barometros aneroides devidamente comparados com barometros de mercurio ou com hypsometros.

Art. 11. Todos os instrumentos empregados devem ser cuidadosamente rectificados e estalonados aquelles que se destinam a medidas lineares.

Art. 12. Na medição do volume d'agua, descarga dos rios, empregar-se-á o processo dos fluctuadores ou utilizar-se-á molinetes para a determinação das velocidades, ficando a escolha do processo ao criterio dos operadores.

DEZENHOS

Art. 13. Todos os desenhos serão feitos em folhas de papel do mesmo tamanho, que será de 70 por 50 centimetros, adoptando-se o lado maior para a direcção das parallelas, deixando-se uma margem de quatro centimetros em todos os lados.

Art. 14. Os desenhos geraes dos levantamentos serão feitos na escala de... 1:50.000; os de conjuncto na de 1:200.000; os de detalhe na de 1:2000 ou em outra

que melhor convenha ao caso; o desenho de conjunto de todos os trabalhos, na de 1:1250.000.

Art. 15. Será adoptada a projecção polyconica internacional, escolhendo-se para meridiano central o de 69° de Greenwich e para elypsoide de referencia o de Hayford (1909).

CALCULOS GEODESICOS

Art. 16. Nos calculos em que intervenham as dimensões da terra, serão empregadas as deduzidas do elypsoide de Hayford (1909).

Manaus 8 de Julho de 1931.

(a) Themistocles Paes de Souza Brazil
Dario Rozo M.

Combinou-se, em seguida, por proposta do Chefe brasileiro, Senhor Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, que, caso as cabeceiras do rio Capury não estejam mais ou menos aos 69° e 30 segundos de longitude Oeste de Greenwich, este rio seria levantado até um pouco mais alem daquelle meridiano com o objectivo de dar informações completas aos Governos para que estes resolvam o que julgarem mais conveniente.

A respeito do Taraira, combinou-se tambem em que seja levantado até um pouco mais do meridiano de 69° grãos e 30 segundos de longitude Oeste de Geenwich.

Depois, o Senhor Doutor Humberto Bruno e o Major Polydoro Correa Barbosa apresentaram um projecto sobre os marcos, o qual foi aprovado. Este projecto diz assim:

Projecto para Construcção de Marcos Divisórios.

De accordo com o convencionado na sessão de 24 de Junho de 1931, a Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana resolve adoptar os tres typos de marcos abaixo descriptos.

Esses marcos serão construidos de concreto armado, com materiaes que ga-

rantam a sua perfeita solidez em proporções determinadas no local da construcção, de accordo com a natureza dos elementos componentes.

A profundidade das fundações será tambem determinada no local.

MARCO DE 1ª ORDEM

Este marco terá a altura total de 3 metros acima do solo e será constituido das seguintes partes — 1ª, socco-formado por um prisma recto de 20 cm. de altura, com base quadrada de 88 cm. de lado; 2ª, pedestal — em forma de prisma rectangular de base quadrada com 68 cms. de largura e 60 de altura; 3ª, fuste — formado por um tronco de pyramide regular de 2 m. de altura e bases quadradas e paralelas tendo a inferior 56 cms. de lado e a superior 40 cms.; 4ª, entablamento — em forma de pyramide regular com 20 cms. de altura e base quadrada de 40 cms. de lado.

MARCO DE 2ª ORDEM

Será composto de tres partes distinctas: 1ª, pedestal — em forma de prisma recto com 40 cms. de altura e base quadrada de 60 cms. de lado; 2ª, fuste — constituido por um tronco de pyramide regular com 144 cms. de altura e bases paralelas e quadradas, tendo a inferior 50 cms. de lado e a superior 40 cms. Este marco será encimado por uma pyramide regular de 16 cms. de altura e base quadrada de 40 cms. de lado. A altura total deste marco será de 2 metros.

MARCO DE 3ª ORDEM

O marco de 3ª ordem será constituido de um prisma recto de 90 cms. de altura tendo, por sessão normal um quadrado de 32 cms. de lado; este solido assentará sobre um pedestal prismatico rectangular com altura de 10 cms. e base quadrada de

40 cms. de lado. O marco terminará na parte superior por uma pyramide regular de 10 cms. de altura e 32 cms. de lado. A altura total deste marco será de 110 cms.

Conforme o estabelecido na sessão acima referida são apresentados dois typos de marcos especiaes para serem erigidos em Tabatinga e outros pontos importantes e que serão adoptados de accordo com a natureza do local e serão descriptos nos termos respectivos.

Manaus, 8 de Julho de 1931.

(a) Major Polydoro Corrêa Barbosa.
Humberto Bruno.

Para a construcção dos marcos resolveu-se que a Commissão brasileira tomaria a seu cargo conseguir os elementos e o pessoal

necessarios, sendo as despesas, repartidas pela metade.

A sahida da Commissão foi fixada para o dia 15 do corrente mez.

Fallou, em seguida, o Senhor Doutor Arturo Vergara Uribe, Medico da Commissão Colombiana e disse que elle e seu collega brasileiro Doutor Ernestino Gomes de Oliveira já tinham promptas as ambulancias.

Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a sessão, escrevendo-se a presente acta em quatro exemplares, dois em Hespanhol e dois em Portuguez, pelos respectivos secretarios a qual foi lida e achada conforme por todos os presentes membros da COMMISSÃO MIXTA que assignam abaixo.

RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA

FREDERICO AUGUSTO RONDON

JOSE GUIOMARD SANTOS

BELISARIO RUIZ W.

DARIO ROZO M.

A. VERGARA URIBE.

HERNANDO APARICIO G.

N. 8

Termo de inauguração de um marco levantado na embocadura do rio Taraira

Aos trinta e um dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Doutor Getulio Dornelles Vargas, e Presidente da Republica da Colombia, o Excellentissimo Senhor Doutor Enrique Olaya Herrera, reuniram-se na embocadura do rio Taraira, com o fim de inaugurar o marco levantado nesse mesmo lugar, os representantes da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana Demarcadora de Limites.

Achavam-se presentes. por parte da Comissão Brasileira, os Senhores Coronel Renato Rodrigues Pereira e 1º Tenente José Guimard de Santos, respectivamente Chefe e Secretario da mesma; por parte da Comissão Colombiana, os Senhores Dr. Belisario Ruiz Wilches e Dr. Dario Roza M., seus respectivos Chefes e Sub-Chefe.

Logo em seguida foi inaugurado o marco recém-construido, proximo da confluencia do rio Taraira com o Apaporis, na margem direita do primeiro, em territorio colombiano, lugar julgado mais conveniente por ser o mais alto na cercania da dita confluencia.

Acha-se distante da bocca 141 metros no rumo verdadeiro de 17°10' — Noroeste (N. O.).

Foi construido com alvenaria de tijolo e argamassa de cimento, e tem as caracte-

risticas do marco de segunda ordem estabelecido pela Comissão Mixta, em sua conferencia de oito de julho de 1931, e que são as seguintes: marco composto de tres partes distinctas:

1ª, pedestal em forma de prisma recto com 40 cms. de altura e base quadrada de 60 cms. de lado;

2ª, fuste — constituido por um tronco de pyramide regular com 144 cms. de altura e bases paralelas e quadradas, tendo a inferior 50 cms. de lado e a superior 40 cms. Este marco é encimado por uma pyramide regular de 16 cms. de altura e base quadrada. de 40 cms. de lado. A altura total do marco é de dois metros.

Na face voltada para o Brasil foi collocada uma placa de bronze com a palavra "Brasil" em alto relevo, na face voltada para a Colombia outra do mesmo metal, com a palavra "Colombia" tambem em alto relevo. Na face Norte outra placa de bronze com os seguintes dizeres que se referem á boca do Taraira: Coordenadas — Lat. 1º 04' — 10" S. Long. 69º — 26' — 57;" O — de G. Agosto 31 1931.

E para que conste a todo tempo foi lavrado o presente termo em quatro exemplares, dois em portuguez e dois em hespanhol, o qual depois de lido e aprovado, vae assignado pelos membros presentes da Comissão Mixta.

a) CORONEL RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA

1º TENENTE JOSÉ GUIOMARD SANTOS.

DR. BELISARIO RUIZ WILCHES.

DR. DARIO ROZA M.

Confere com o original.

Apaporis, 3 — VIII — 1931.

a) JOSÉ GUIOMARD DE SANTOS.

N. 9

Termo de inauguração de um marco levantado na embocadura do rio Apaporis

Aos vinte e nove dias do mez de Setembro do anno de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Excellentissimo Senhor Dr. Getulio Dornelles Vargas e Presidente da Republica da Colombia o Excellentissimo Senhor Dr. Enrique Olaya Herrera, reuniram-se na embocadura do rio Apaporis, com o fim de inaugurar o marco levantado nesse mesmo lugar, os representantes da Comissão Mixta Brasileiro-Colombiana Demarcadora de Limites.

Achavam-se presentes, por parte da Comissão Brasileira, os senhores Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Chefe; Capitão Frederico Augusto Rondon, auxiliar-tecnico e 1º Tenente José Guimard Santos, auxiliar-secretario. Por parte da Comissão Colombiana, os senhores Dr. Belisario Ruiz Wilches, chefe; Dr. Dario Roza M., sub-chefe; Dr. Arturo Vergara Uribe, medico e Dr. Hermano Aparicio G., engenheiro-secretario.

Logo em seguida foi dado como inaugurado o marco recém-construido, que se acha na embocadura do rio Apaporis, com o rio Japurá, na margem esquerda do primeiro, territorio brasileiro, e em lugar alto e seco.

Foi construido com alvenaria de tijolo e argamassa de cimento, e tem as características do marco de primeira ordem estabelecido pela Comissão Mixta, em sua conferencia de oito de Julho de 1931, e que são as seguintes: marco de altura total de tres metros acima do solo, constituido das

seguintes partes: — 1ª Socco, formado por um prisma recto de 20 cms. de altura, com base quadrada de 88 cms. de lado; 2ª — Pedestal, na forma de prisma rectangular de base quadrada com 68 cms. de largura e 60 cms. de altura; — 3ª Fuste formado por um tronco de pyramide regular de dois metros de altura e bases quadradas e paralelas, tendo a inferior 56 cms. de lado e a superior 40 cms.; 4ª — Entablamento, em forma de pyramide regular com 20 cms. de altura e base quadrada de 40 cms. de lado.

Na parte voltada para o Brasil foi colocada na parte alta uma placa de bronze com a palavra "Brasil" em alto relevo, e sessenta centimetros abaixo da placa, um escudo do mesmo metal, com as armas brasileiras. Na face voltada para a Colombia tambem foram colocados placa e escudo de bronze com as armas da Colombia; a placa fica com a sua correspondencia do lado brasileiro a cerca de sessenta centimetros do escudo e tem inscripta a palavra "Colombia" em alto relevo.

Na face Sul, ainda se colocou uma placa do metal acima referido e que tem os seguintes dizeres, referentes ao meio da boca do Apaporis:

"Boca Apaporis Lat. 1º—22' — 42", 8S.

Long. 29º—25'—20" O de G. Set. 19 31".

E para que conste a todo tempo foi lavrado o presente termo, em quatro exemplares, dois em portuguez e dois em hespanhol, o qual, depois de lido e aprovado, vae assignado pelos membros da Comissão Mixta.

a) RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA.

FREDERICO AUGUSTO RONDON.

JOSÉ GUIMARD SANTOS.

BELISARIO RUIZ W.

DARIO ROZA M.

A. VERGARA URIBE.

HERNANDO APARICIO G.

Confere com o original. Apaporis, 3-IX-1931. a) JOSÉ GUIMARD SANTOS

FRONTEIRA BRASIL-URUGUAY

N. 10

Acta da Duodecima Conferencia da Commissão mixta de limites e caracterização da fronteira Brasil-Uruguay

Em Livramento-Rivera aos vinte e um dias do mez de julho de mil novecentos e trinta e um, sendo Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil Sua Excellencia o Doutor Getulio Dornellas Vargas, Presidente da Republica Oriental do Uruguay Sua Excellencia o Doutor Gabriel Terra; Ministro das Relações Exteriores do Brasil Sua Excellencia o Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores do Uruguay Sua Excellencia o Doutor Juan Carlos Blanco; reunidos Sua Excellencia o Senhor Major de Engenharia Leopoldo Nery da Fonseca Junior, Delegado Chefe do Brasil e Sua Excellencia o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, Delegado Chefe do Uruguay, assistidos pelo Capitão Omar Furtado de Azambuja e Capitão Julio Velasquez, respectivamente, que actuam como Secretarios *ad-hoc*, celebram esta duodecima conferencia de Delegados Chefes, com o fim de adoptar, em commun, as medidas necessarias para a continuação das operações da Commissão Mixta de Limites e Caracterização da

En Rivera-Livramento a los veinte y un dias del mes de julio de mil novecientos treinta y uno, siendo Presidente de la Republica Oriental del Uruguay Su Excelencia el Doctor Gabriel Terra; Jefe del Gobierno Provisional de la Republica de los Estados Unidos del Brasil Su Excelencia el Doctor Getulio Dornellas Vargas, Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay su Excelencia el Doctor Juan Carlos Blanco; Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil, Su Excelencia el Doctor Afranio de Mello Franco; reunidos Su Excelencia el Senor Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario Virgilio Sampognaro, Delegado Jefe del Uruguay; y Su Excelencia el Senor Major de Ingenieria Leopoldo Nery da Fonseca Junior, Delegado Jefe del Brasil assistidos por el Capitan Julio Velasquez y Capitan Omar Furtado de Azambuja, respectivamente, quienes actuan como Secretarios *ad-hoc*, celebran esta duodecima conferencia de Delegados Jefes, con el objecto de adoptar, en comun, las medidas necessarias para la continuación de las operaciones de la Comision Mixta de

Fronteira Brasil-Uruguay, interrompidas por proposta do Governo do Brasil, e que vão continuar, agora, por proposta também do Governo do Brasil. Começou o Senhor Major Nery da Fonseca por exhibir o Decreto do Governo Provisorio do Brasil pelo qual se nomeia Chefe da Comissão Mixta de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguay e declarou que, por disposição do seu Governo, é ao funcionario referido a quem corresponde desempenhar as funções de Delegado Chefe na Comissão Mixta, pelo que o documento mencionado foi achado em bôa e devida fôrma e reconhecido o Senhor Major de Engenharia Leopoldo Nery da Fonseca Junior Delegado Chefe do Brasil na Comissão Mixta de Limites e Caracterização da Fronteira do Brasil-Uruguay, em substituição ao cessante Senhor Marechal Gabriel de Souza Pereira Botafogo. O Delegado Chefe do Uruguay, Ministro Sampognaro, declarou então sua alta satisfação pela dupla resolução tomada pelo Illustre Governo Brasileiro de preencher com rapidez o cargo e de fazel-o com a mui relevante personalidade tecnica e militar do Major Nery da Fonseca, o que destata a importancia que tão justamente concede a occupação ininterrupta do posto e ás superiores qualidades que exige do titular desse importante serviço internacional; accrescentou o Delegado Chefe Uruguayo que, em cumprimento de instruções precisas de seu Governo, concordantes com seu sentimento, se esforçava para facilitar em tudo que esteja em seu alcance, o desenvolvimento feliz do comettido, dentro da maxima cordialidade, como corresponde a agentes de povos irmãos, e á obtenção do maior rendimento nas operações, acatando aos desejos de ambas as Chancellarias. O Delegado Chefe do Brasil, Major Nery da Fonseca, declarou que tinha instrucções formaes de seu Governo, além de sua expon-

Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil, interrumpidas, a propuesta del Gobierno del Brasil y que se van a reanudar, ahora, a propuesta tambien del Gobierno del Brasil. Empezó el Senor Major Nery da Fonseca por exhibir el Decreto del Gobierno Provisional del Brasil, por el qual se le nombra Jefe de la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil y manifestó que por disposición de su Gobierno es al funcionario referido a quien corresponde desempenar las funciones de Delegado Jefe de la Comisión Mixta, por lo qual el documento mencionado fué hallado en buena y debida forma y reconocido el Senor Major de Ingenieria Leopoldo Nery da Fonseca Junior, Delegado Jefe del Brasil, en la Comisión Mixta de Límites y Caracterización de la Frontera Uruguay-Brasil en substitución del cesante Senor Marisca Gabriel de Souza Pereira Botafogo. El Delegado Jefe del Uruguay, Ministro Sampognaro, expresó entonces su alta complacencia por la doble resolución tomada por el Ilustre Gobierno Brasileiro, al lenar con rapidez el cargo y al hacerlo con la muy relevante personalidad técnica y militar del Major Nery da Fonseca, lo que destaca la importancia que tan justamente concede a la ocupación ininterrumpida del puesto y a las superiores cualidades que exige del titular de ese importante servicio internacional; agregó el Delegado Jefe Uruguayo, que en cumplimiento de instrucciones precisas de su Gobierno, concordantes con sus sentimientos, se esforzará por facilitar en todo lo que esté a su alcance, el desarrollo feliz del cometido dentro de la maxima cordialidad, cuál corresponde a Agentes de pueblos hermanos, y para obtener el mayor rendimiento en las operaciones en acatamiento a los deseos de ambas Cancillerias. El Delegado Jefe del Brasil,

tanea sympathia por tudo que se refere á Nação irmã, de conduzir as combinações e trabalhos da Comissão Mixta dentro de uma franca cordialidade concordante com os antecedentes historicos de Ambas, procurando encaminhar os serviços de modo a obter o maximo possivel de rendimento, e, continuando, propôz o seguinte plano de trabalho: a) rebocar immediatamente os marcos construidos na ultima campanha por ambas as commissões e que ainda carecem deste complemento indispensavel; e b) continuar nos primeiros dias do proximo mez de outubro a caracterização da divisoria, trabalho que comprehende a erecção de marcos no trecho já estudado e o trabalho planimetrico e altimetrico, reduzido este ao indispensavel (como seja um perfil transversal em cada vertice) afim de projectar a localização dos marcos restantes, ou seja a determinação dos vertices de inflexão da divisoria, e, uma vez approvedo o dito projecto, proceder á construcção correspondente. O Delegado Chefe do Uruguay apressurou-se a aceitar a proposta de seu preclaro collega e formulou a seguinte indicação: em vista de não se estabelecer no plano apresentado nenhuma operação, de rigor, os marcos novos ficariam sem a fixação que requer o conhecimento da posição de cada um delles; pois bem, se essa operação de rigor se realizar, em breve prazo, não haverá inconveniente nisso, porém se não é presumivel que assim seja, talvez fosse util effectuar, ao mesmo tempo, um levantamento trigonometrico de quarta ordem o que permitiria para cada marco as suas coordenadas. Ao que o Delegado Chefe do Brasil declarou: que a sua proposta foi feita tendo em vista o proseguimento posterior dos serviços geodesicos, conforme está previsto nos instrumentos que regulam os trabalhos a Comissão Mixta, e que então poderiam fornecer as coordenadas dos marcos intermedios com a

Major Nery da Fonseca, declarou que tenia instrucciones formales de su Gobierno, además de su espontanea sympathia por todo lo que se refiere a la Nación hermana, de llevar los acuerdos y trabajos de la Comisión Mixta dentro de una franca cordialidad concordante con los antecedentes historicos de Ambas, procurando encaminar los servicios de modo á obtener el máximo possible de rendimiento, y a continuación, propuso el siguiente plan de trabajo: a) revocar de inmediato los marcos construidos en la última campana por ambas comisiones y que aún carecen de este complemento indispensable; y b) reanudar en los primeros dias del próximo mes de octubre la caracterización de la divisoria; trabajo que comprende la erección de marcos en el trecho ya estudiado y el trabajo planimétrico y altimétrico, reducido este á lo indispensable (como sea un perfil transversal en cada vértice) afín de proyectar la localización de los marcos restantes, o sea la determinación de los vértices de inflexión de la divisoria, y una vez aprobado dicho proyecto, proceder a la construcción correspondiente. El Delegado Jefe del Uruguay se apresuró a aceptar la propuesta de su preclaro colega y formuló la siguiente indicación: en vista de no establecerse en el plan presentado ninguna operación de rigor, los marcos nuevos quedarian sin la fijación que requiere el conocimiento de la posición de cada uno de ellos; ahora bien, si esa operación de rigor se realisace en breve plazo no habria inconveniente en ello, pero si no és presumible que asi sea, talvez fuera útil efectuar, al mismo tiempo un relevamiento trigonométrico de quarta orden el que permitise calcularle a cada marco sus coordenadas. A lo qual Delegado Jefe del Brasil declaró que su propuesta fué hecha teniendo en vista la arosecución posterior de los servicios

maxima precisão; accrescentou mais que, para a identificação de um novo marco, o levantamento previo poderia fornecer suas coordenadas em relação aos eixos coordenados que tivessem para centro um marco extremo, e, terminando, declarou que, no entretanto, acceitara a indicação de seu preclaro e eminente collega o Delegado Chefe do Uruguay, no sentido de se proceder a um levantamento trigonometrico de quarta ordem, no qual fiquem amarrados os novos marcos intermediarios. Concordando com isso o Delegado Chefe do Uruguay, ficou assim combinado, como tambem em acceitar, de pleno e commum accôrdo, o plano acima expresso, exposto, como se disse, pelo Delegado Chefe do Brasil, com o qual se declarou a Comissão Mixta reinstalada na actividade de seus serviços, e, felicitando-se, por isso, ambos os Delegados Chefes reciprocamente, resolveram lavrar a presente acta da Duodecima Conferencia, que para constar, depois de lida e achada conforme, foi por elles firmada. Eu, Omar Furtado de Azambuja, Capitão Auxiliar Technico da Comissão Mixta e Secretario *ad-hoc* o certifico. Leopoldo Nery da Fonseca Junior. V. Sampognaro. Omar Furtado de Azambuja e Capitão Julio Velasquez. Está conforme com o original. Capitão Omar Furtado de Azambuja.

geodésicos, conforme está acentuado, digo, previsto en los instrumentos que rejen los trabajos de la Comisión Mixta, y que entonces podrian proporcionar las coordenadas de los marcos intermedios con la máxima precisión; agregó en que para la identificación de un nuevo marco, el levantamiento previo podria proporcionar sus coordenadas en relación a los ejes coordenados que tuviesen como centro un marco extremo y terminando declaró que mientrestanto aceptara la indicación de su preclaro y eminente collega el Delegado Jefe del Uruguay, en el sentido de procederse a un levantamiento trigonométrico de cuarta orden, mediante el cual queden amarrados los nuevos marcos intermediarios concordando con ello el Delegado Jefe del Uruguay quedó asi convenido, como también en aceptar de pleno y común acuerdo el plan arriba expresado, expuesto, como se ha dicho, por el Delegado Jefe del Brasil con lo cual se declaró la Comisión Mixta reinstalada en la actividad de sus servicios, y felicitandose por ello ambos Delegados Jefes reciprocamente, resolvieran labrar la presente Acta de la Duodécima Conferencia, que para constancia, después de leída y hallada conforme fué por ellos firmada; y yo Julio Velasquez, Capitán Segundo Auxiliar técnico de la Comisión Mixta y Secretario *ad-hoc*, lo certifico. Leopoldo Nery da Fonseca Junior. V. Sampognaro. Omar Furtado de Azambuja e Capitán Julio Velasquez. Está conforme o original. Capitão Omar Furtado de Azambuja.

COMMISSÃO MIXTA PARA A DEMARCAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAY

Nota da Legação do Brasil em Assumpção ao Governo Paraguay

N. 11

Legação do Brasil.— Assumpção, 30 de Novembro de 1931.— N. 39.

SENHOR MINISTRO,

Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o meu Governo me autorizou a acceitar a data de 15 de Maio de 1932 para a reunião da Comissão Mixta demarcadora brasileiro-paraguaya, ficando, assim, respondida a suggestão da Nota n. 1.627, que Vossa Excellencia se dignou de me dirigir em 29 de Outubro proximo findo.

2. Peço a Vossa Excellencia o favor de accusar o recebimento desta Nota, para que ambas possam ser publicadas pelo Governo brasileiro como complementares do Protocollo de 9 de Maio de 1930.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

LUCILLO BUENNO.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Geronimo Zubizarreta, Ministro das Relações Exteriores.

N. 11 A

Nota do Governo Paraguay á Legação do Brasil em Assumpção

Ministerio de Relaciones Exteriores.— República del Paraguay.— Asunción, Diciembre 9 de 1931.—N. 1822.

SENOR MINISTRO,

Tengo el agrado de acusar recibo de su Nota n. 39, de fecha 30 de Noviembre último, en la que Vuestra Excelencia ha tenido a bien comunicar a esta Cancilleria que su Gobierno le autoriza a aceptar la fecha del 15 de Mayo de 1932 para la reunión de la Comisión Mixta demarcadora de limites paraguayo-brasileira, sugerida por este Ministerio.

Aprovecho esta oportunidad para saludar a Vuestra Excelencia con mi más alta y distinguida consideración.

G. ZUBIZARRETA, MINISTRO.

A S. E. el E. E. E. y Ministro Plenipotenciario del Brasil, DOCTOR DON LUCILLO ANTONIO DA CUNHA BUENNO.— Presente.

ACCÔRDO RELATIVO DO PROTOCOLLO DE INSTRUÇÕES PARA A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E A GUYANA HOLLANDEZA

N. 12

Nota da Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro ao Governo
Brasileiro

(Tradução)

Rio de Janeiro, 22 de Setembro de 1931. — N. 1.130/40.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o protocollo relativo á demarcação da fronteira entre o Surinam e o Brasil, tal como foi assignado, em dois exemplares, a 27 de Abril ultimo, pelos representantes dos Paizes-Baixos e do Brasil, a saber, o Senhor C. H. de Goeje e o Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, e do qual um exemplar se acha no Ministerio de Vossa Excellencia e o outro exemplar foi transmittido para a Haya, acaba de ser estudado e aprovado, na integra, pelo Governo neerlandez.

O meu Governo incumbe-me, além disso, de participar ao Governo brasileiro que elle não conta fazer uso da clausula, constante do dito protocollo, que o autoriza a começar os trabalhos de demarcação antes que a expedição brasileira tome parte nos mesmos.

Grato ficaria a Vossa Excellencia se quizesse ter a bondade de me comunicar o assentimento do Governo brasileiro ao mencionado protocollo, afim de que o seu contexto possa ser considerado como definitivo e a com-

missão mixta neerlandezo-brasileira para a demarcação das fronteiras possa iniciar os seus trabalhos.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos reiterados da minha mais alta consideração.

J. B. HUBRECHT.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros. — Rio de Janeiro.

N. 12 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro

Em 22 de Setembro de 1931.— LA/38/2/(42). (86b)31

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota n. 1.130/40, desta data, pela qual Vossa Excellencia me communica que o seu Governo acaba de estudar e approvar, na integra, o protocollo relativo á demarcação da fronteira entre a Colonia do Surinam (Guyana hollandeza) e o Brasil, tal como foi assignado, em dois exemplares, a 27 de Abril ultimo, pelos representantes do Brasil e da Hollanda, a saber, os Senhores Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar e C. H. de Goeje, e do qual um dos exemplares se achã neste Ministerio e o outro foi transmittido para a Haya.

2. Accrescenta Vossa Excellencia que o seu Governo o incumbe de participar ao Governo brasileiro que elle não conta fazer uso da clausula, constante do dito protocollo, que autoriza a commissão hollandeza a começar os trabalhos de demarcação antes que a expedição brasilcira tome parte nos mesmos.

3. Deseja, por fim, Vossa Excellencia que o Governo brasileiro manifeste o seu assentimento ao mencionado protocollo, afim de que o seu contexto possa ser considerado como definitivo e a commissão mixta brasileiro-neerlandeza para a demarcação da fronteira possa iniciar os seus trabalhos.

4. Em resposta, é-me grato declarar a Vossa Excellencia que o Governo brasileiro está de pleno accôrdo com o protocollo acima referido e que tambem

não conta prevalecer-se da alludida clausula, segundo a qual a commissão brasileira poderia executar trabalhos de demarcação sem a presença da commissão hollandeza.

Approveito a opportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor J. B. Hubrecht, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade a Rainha dos Paizes-Baixos.

(ANNEXO)

PROTOCOLLO DE INSTRUÇÕES PARA A DEMARCAÇÃO DA FRONTEIRA ENTRE
O BRASIL E A GUYANA HOLLANDEZA

§ 1. Cada um dos dois Governos nomeará uma Commissão, constituida de um Chefe, um Sub-Chefe, e tantos Ajudantes e outros auxiliares quantos julgar necessarios.

§ 2. Cada Governo notificará ao outro a nomeação de sua Commissão, assim como qualquer alteração ulterior.

§ 3. Uma vez feita a troca de notas sobre a nomeação das Commissões, considerar-se-á constituida a Commissão Mixta Demarcadora, entrando os dois Chefes em communicação para execução dos trabalhos.

§ 4. Cada Commissão estará provida dos instrumentos necessarios aos levantamentos topographicos e observações astronomicas,apparelhos radiotelegraphicos para recepção de signaes e demais instrumentos indispensaveis ao desempenho de sua missão.

§ 5. Cada Commissão proverá ao transporte e abastecimento, tanto para a viagem, afim de alcançar a fronteira, como para a estrada nessa região. Mas, no caso de um membro da Commissão Brasileira (Neerlandeza) se reunir, com alguns homens, á Commissão Neerlandeza (Brasileira), para fazer operações de verificações ou para participar dos trabalhos, a Commissão Neerlandeza (Brasileira) proverá á sua alimentação e transporte.

§ 6. Os trabalhos de demarcação serão os seguintes:

a) Fazer exploração de toda a linha do divisor de aguas mencionado no Tratado de 5 de maio de 1906, verificando a sua continuidade;

b) A intervallos de 30 a 40 kilometros será traçada uma linha transversal que corte a cadeia de montanhas. Esta linha estender-se-á dos dois lados da fronteira, pelo menos até qualquer curso de agua, que se tenha verificado pertencer á bacia de um rio do mesmo lado da fronteira;

c) Nas linhas transversaes mencionadas em b) e também a intervallos de 10 kilometros, mais ou menos, será determinado, de uma maneira exacta um ponto da linha de fronteira.

§ 7. A Commissão Mixta considerará como linha do divisor de aguas a linha do divisor de aguas topographico real, isto é, a linha que se obtém (supposta a terra impermeavel), ligando todos os pontos onde a agua se divide no terreno para se lançar em cada uma das duas bacias dos cursos de agua adjacentes. Onde essa linha fôr pouco pronunciada, a Commissão tomará uma linha média, evitando, tanto quanto possivel, as pequenas sinuosidades, e prestando attenção para que a linha adoptada não corte cursos de agua (com excepção de pequenos corregos que ficam sem agua na estação secca), e que a linha-fronteira possa ser facilmente traçada no terreno e, de futuro, não venha a dar lugar a qualquer difficuldade.

§ 8. Será feito um levantamento da picada que segue o divisor de aguas com bussola e corda ou tachymetro (por isto não se entende um levantamento de precisão). Será feito também o perfil da linha-fronteira e transversaes, determinando-se as altitudes por observações barometricas. Os pontos da fronteira mencionados na letra c) do § 6 serão ligados a uma rêde de triangulação nos cumes das montanhas proximas, estendendo-se sobre toda a fronteira. A mencionada rêde será, tanto quanto possivel, ligada ás rêdes de triangulação dos dois paizes e dos paizes limitrophes. Todavia se em qualquer parte da fronteira o terreno não se prestar a este processo, ou se fôr muito difficil ou muito cara a sua applicação ahi, poder-se-ão ligar esses pontos aos de posições fixadas astronomicamente. Fica entendido que a triangulação referida não será feita por operações geodesicas de precisão, construcção de signaes geodesicos etc., por isto acarretaria grande despesa e demora excessiva, mas com estações de theodolito. Os angulos serão medidos dos pontos de facil acesso, donde serão visados os picos inacessiveis, de modo a localizá-los por intersecção.

§ 9. A Commissão Mixta collocará marcos nos pontos da fronteira cortados pelas linhas transversaes mencionadas no § 6, letra b), e sendo conveniente, quando praticavel, também nos outros pontos da fronteira que tiverem sido determinados por ella. Em cada marco serão inscriptos, de maneira indelevel, o numero do mesmo marco e os nomes Brasil e Surinam dos lados dos dois paizes. Está assentado entre os Governos que os

pontos onde estiverem collocados esses marcos serão reconhecidos como pontos da fronteira, e que, nos intervallos entre estes pontos, a fronteira será constituida pelas linhas adoptadas pela Commissão Mixta em virtude do poder que lhe foi conferido no § 7, e, na sua falta, pela linha do divisor de aguas topographico real.

§ 10. Ao collocar cada marco, lavrar-se-á um “Termo” circunstanciado em que se descreva a natureza da construcção e se indique a sua posição geographica, acompanhada de uma carta com a descripção minuciosa dos seus arredores, a qual permita determinar facilmente esse ponto, mesmo no caso de desaparecer o marco. Além dos “Termos” de collocação e inauguração dos marcos será lavrada, no fim dos trabalhos, uma Acta Geral descriptiva de toda a fronteira demarcada.

§ 11. Afóra os documentos mencionados no § 10, serão lavrados os seguintes documentos:

- a) Um relatorio geral sobre os trabalhos de demarcação;
- b) Uma carta geral da fronteira e de seus arredores, onde se achem indicados tambem todos os pontos fora dessa região que serviram para a triangulação;
- c) Cartas de detalhes e perfis, com descripções.

§ 12. Em todas as cartas, o titulo, a legenda, os nomes, etc. serão em portuguez e em neerlandez; os “Termos”, as “Actas” e as descripções escriptos nas duas linguas. Para cada um dos dois Governos será tirado um exemplar em portuguez de todas as cartas, assim como dos “Termos”, das “Actas” e das descripções, e outro em neerlandez. Todos esses exemplares serão examinados e assignados pelos dois Chefes da Commissão, ou por substitutos autorizados. Se fôr muito difficil ou muito caro fazer estes documentos no proprio local, bastará organizar cartas e descripções provisórias. Todavia esses documentos provisorios devem conter todos os dados e ser constituidos de tal modo que não haja possibilidade de duvida e possam servir, quando necessario, como documentos definitivos. Também as cartas e os outros documentos referentes a uma certa parte do terreno serão examinados e assignados antes de a Commissão se afastar definitivamente desse lugar. Geralmente, quando se terminar uma parte do trabalho, serão apresentados aos dois Governos os documentos respectivos.

§ 13. Os methodos a seguir, a ordem dos trabalhos e a parte que nelles tomam os membros das duas Commissões com o seu pessoal serão estabelecidos de commum accôrdo, pelos Chefes das duas Commissões. A menos que os dois Chefes tomem outra deliberação a ordem geral dos trabalhos será a seguinte:

a) Exploração da região da fronteira com as vias de acesso de comunicação mais vantajosas para os trabalhos; reconhecimento da possibilidade de uma triangulação da linha do divisor de aguas e dos côrtes transversaes; desenho de uma carta provisoria;

b) Fazer o levantamento da picada que segue o divisor de aguas e dos cortes transversaes, triangulação e observações astronomicas (§ 8);

c) Determinar a fronteira, erigir os marcos, decidir a respeito das cartas e das descripções.

§ 14. As Commissões, caso necessario, poderão suspender e reatar as operações de demarcação, mediante accôrdo entre os dois Chefes. Os trabalhos, porém, serão levados de tal maneira que a parte da fronteira compreendida entre Litani-Mapaoni e Wanamá (Wanamú)-Aramatau seja feita em três annos no maximo, incluindo-se os periodos de repouso.

§ 15. As duas Commissões devem achar-se na região da fronteira promptas para começar os trabalhos, no maximo, a primeiro de outubro de 1932.

Se uma das duas Commissões deixar de comparecer, salvo caso de força maior claramente estabelecido, naquella data, á região da fronteira a outra procederá, por si só, aos trabalhos de demarcação, de accôrdo com as presentes “Instrucções”, e o resultado de suas observações será obrigatorio para ambos os paizes.

§ 16. A Comissão Brasileira dará começo á exploração mencionada no § 13 a), na região situada entre a linha Wanamá-Aramatau e o ponto de 2°15' de latitude Norte e 56°03' de longitude Oeste, segundo a carta neerlandeza, dirigindo-se para lá pelo Perú occidental e Marapi, eventualmente pelo Wanamá ou outros rios. Se os Chefes das duas Commissões julgarem vantajoso combinar com esta exploração os trabalhos do § 13 b) ou mesmo os trabalhos definitivos do § 13 c), tomarão de commum accôrdo as providencias necessarias. A Comissão Neerlandeza procederá do mesmo modo na região entre as nascentes do Litani-Marowini-Mapoani e o caminho do Palumeu ao Parú oriental, subindo o Marowini e seu ramos. Fica assentado que ella poderá, em vista da natureza do terreno, fazer combinadamente os trabalhos do § 13 b) com o reconhecimento. Então o Chefe da Comissão Brasileira terá o direito de verificação; se esta verificação necessitar, porém, de novos transportes, cabe-lhe providenciar a este respeito.

§ 17. Cada Governo notificará ao outro, o mais cedo possivel, em que data a sua Comissão partirá para o interior e qual o caminho que se propõe seguir. Os dois Chefes combinarão, pelo radio ou por outros meios de comunicação, o primeiro encontro na região da fronteira. Fica estabelecido

que, no caso de falhar esta comunicação, haverá um encontro entre 1 e 10 de outubro de 1932, no rio Parú occidental (Parú do Cuminá) a Oeste do Pico Ricardo Franco (Cantani). Se, em 10 de outubro de 1932, não tiver chegado nenhuma pessoa da Commissão Neerlandeza, a Commissão Brasileira mandará procurá-la no alto Palumeu, dirigindo-se ahi pelo caminho que passa ao Sul da montanha Alimimuni. Cabe á Commissão Neerlandeza providenciar para que, desde 10 de outubro de 1932, se encontre, no embarcadouro do Palumeu, uma canôa com as indicações do local onde se achar a referida Commissão, assim como um pequeno deposito de viveres.

§ 18. No caso de uma das Commissões ter avançado muito o seu serviço, poderá a mesma retardá-lo ou diminuir o seu pessoal, de maneira que a outra faça quantidade de serviço proximamente igual.

§ 19. Durante os trabalhos de demarcação, as Commissões, seu pessoal e material terão livre accesso ás vias terrestres e fluviaes do outro paiz, e não estarão sujeitas ao pagamento de direitos aduaneiros ou qualquer outro imposto.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1931.

BRAZ DIAS DE AGUIAR,
Capitão de Mar e Guerra, Chefe da Commissão.
C. H. DE GOEJE.

PERDA DE NACIONALIDADE POR EMPREGO OU PENSÃO
SEM AUTORIZAÇÃO DO PAIZ DE ORIGEM

N. 13

Carta do Encarregado de Negocios da Grã-Bretanha ao Secretario Geral
do Ministerio das Relações Exteriores

Petropolis, August 14 th., 1931 — N. 592.54.

MY DEAR MINISTER,

Recently in a conversatinon with Dr. Gracie in connection with dual ationality we discussed the possible case of a dual who came to Brasil as al member of the British Diplomatic or Consular Service.

According to the Municipal Law of some States, the fact that a citizen enters into foreign civil or military service, without the permission of his sovereign, deprives him of his nationality (see Oppenhiem "International Law" — Volume 1, Chapter III, Section 302).

I see that according to Titulo IV, Article 71, § 6 (sic) of the Brazilian Constitution, a Brazilian citizen loses his rights of citizenship if he accepts employment or pension from a forreign Gouvernement without the permission of the Federal Executive. Does not this stipulation cover the case in question? If a man of dual nationality entering the service of the Brithis Government loses his rights as a Brasillian citizen, he presumably then would not be liable for Brazilian military service. I should be much obligep f I might have your views on this point.

Yours sincerely,

E. KEELING.

N. 13 A

Resposta do Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores ao
Encarregado de Negocios de Sua Magestade Britanica

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1931.

MEU CARO SENHOR KEELING,

Em carta de 14 do corrente, consultou-me Vossa Senhoria sobre si a estipulação do art. 71 § 2, da Constituição da Republica se applica ao caso da pessoa em quem concorram duas nacionalidades, uma destas sendo a brasileira, e que venha ao Brasil em serviço diplomatico ou consular da outra nação.

Em resposta, venho informal-o de que á pessoa em taes condições tem applicação o dito dispositivo, cujos termos são os seguintes:

«Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem nos casos aqui particularizados:

.....
Perdem-se:

.....
b) por acceitação de emprego ou pensão de governo estrangeiro, sem licença do Poder Executivo Federal ».

Havendo perdido, por essa forma, os direitos de cidadão brasileiro quem estiver em taes condições não fica obrigado ao serviço militar neste paiz.

Aproveito o ensejo para apresentar-lhe os protestos da distincta consideração, com que me subscrevo

De Vossa Senhoria

CAVALCANTI DE LACERDA,
Secretario Geral.

N. 13 B

Parecer do Consultor Juridico do Ministerio das Relações Exteriores, professor Clovis Bevilacqua

Rio de Janeiro, 24 de Agosto de 1931.

EXMO. SR. SECRETARIO GERAL,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia o meu parecer acerca do caso proposto pela Embaixada britannica.

O individuo que, por conflicto de legislação, é brasileiro, em virtude de disposição de lei nossa, é estrangeiro por determinação de lei de outro paiz, se acceta função deste, de caracter militar ou civil, consular ou diplomatico, perde a qualidade de brasileiro.

E' certo que esse individuo, achando-se no Brasil, seria brasileiro, por um principio, que a conveniencia dos povos impõe e o direito internacional hodierno consagra. Mas, pelo facto de ter accedido emprego de Governo estrangeiro, sem licença do Executivo Federal, perdeu a nacionalidade brasileira (Constituição, art. 71, § 2, b). Perdendo-a, é um estrangeiro do paiz, que o considerava seu nacional em concorrência com o Brasil.

Se tivesse de vir chefiar missão diplomatica do seu governo, poderia não ser considerado persona grata, mas em qualquer função, para a qual não se solicita a opinião do Governo junto ao qual o estrangeiro vem servir perdeu a qualidade de brasileiro aqui se achar, não como chefe de missão, ou de consulado, mas exercendo funções sob as ordens de um chefe, nada ha que se lhe oppor.

O dec. n. 569, de 7 de Junho de 1899, art. 2, determina que o Poder executivo Federal, conhecendo dos casos de perda de nacionalidade, materia de sua competencia, se pronuncie por decreto. Entretanto, é bem de ver que a perda de nacionalidade, sendo comminada pela Constituição, o decreto do Executivo vale apenas para a publicação do facto. Se, por ventura, dados os casos previstos na Constituição, art. 71, § 2, o Governo deixar de publicar o decreto pronunciando a perda de nacionalidade, nem por isso poderão os individuos, que incorreram na sanção constitucional, continuar da posse da qualidade de brasileiro. Os preceitos constitucionaes não dependem de actos executivos ou legislativos posteriores para imperar a não ser que assim o determinarem. E é de observar que a Constituição, art. 71, § 3º, declara que uma lei federal determinará as condições de reacquirição

dos direitos de cidadão brasileiro, mas não se refere á necessidade de um decreto do Executivo para effectividade da perda de nacionalidade.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.

CLOVIS BEVILAQUA.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Cavalcanti de Lacerda, Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores.

N. 13 C

Proclamação do Dia Pan-Americano pelo Presidente dos Estados Unidos da America

(Tradução)

Considerando que o Conselho Director da União Pan-Americana na sessão realizada na quarta-feira, 7 de maio de 1930, approvou uma resolução do seguinte teor:

Considerando que seria conveniente recommendar a designação de uma data para ser observada como "O Dia Pan-Americano" em todas as Republicas da America e estabelecida como symbolo commemorativo da soberania das nações americanas e da união voluntaria de todas ellas em uma comunidade continental;

Considerando que o dia 14 de Abril é a data da adopção da resolução que creou a União Pan-Americana;

O Conselho Director da União Pan-Americana

RESOLVE:

Recommendar aos Governos membros da União Pan-Americana que designem como "O Dia Pan-Americano" o dia 14 de Abril, fazendo hastear nesta data o pavilhão nacional.

Portanto, eu, Herbert Hoover, Presidente dos Estados Unidos da America, com o fim de fazer entrar em vigor a resolução approvada pelo Conselho Director da União Pan-Americana, proclamo por esta, o dia 14 de Abril como "O Dia Pan-Americano", ordeno que nessa data o pavilhão dos

Estados Unidos seja desfraldado em todos os edificios do Governo e convido as escolas, associações civicas e o povo, em geral, a observar o dia com as devidas cerimoniaes, dando assim expressão ao espirito de solidariedade continental e aos sentimentos de cordialidade e amizade que o Governo e o povo dos Estados Unidos nutrem para com os povos e Governos das outras Republicas do continente americano.

Em testemunho de que, assigno esta proclamação e nella faço appôr o sello dos Estados Unidos.

Feita na Cidade de Washington, aos 28 dias de Maio do anno de mil e novecentos e trinta, centesimo quinquagesimo quarto da Independencia dos Estados Unidos.

HERBERT HOOVER.

Pelo Presidente:

H. L. STIMSON,
Secretario de Estado.

ACCÔRDO ENTRE O BRASIL E A AUSTRIA RELATIVO A SUPPRESSÃO DO "VISTO" EM PASSAPORTES

N. 14

Nota da Legação da Austria no Rio de Janeiro ao Govêrno Brasileiro

Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1931. — N. 1.542.

SENHOR MINISTRO

Com referencia ás negociações havidas entre esse Ministerio de Estado e esta Legação a proposito de um accôrdo a ser firmado entre o Brasil e a Austria, relativo á suppressão reciproca do "visto" em passaportes, tenho a subida honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que fui autorizado pelo meu Governo a concluir o alludido accôrdo por meio de notas reversaes e mediante as seguintes condições:

1^a. Os cidadãos de cada um dos dois paizes, que não sejam immigrantes, podem em qualquer tempo penetrar no territorio do outro paiz e retirar-se do mesmo pelos portos e nos pontos da fronteira oficialmente reconhecidos, comtanto que se achem munidos de um passaporte nacional valido, que prove incontestavelmente a nacionalidade do portador, sem que para isso seja necessario o "visto" do agente diplomatico ou consular do outro Estado. Sómente os portadores de passaportes nacionaes beneficiarão deste favor, que não será concedido ás pessoas munidas de passaportes para estrangeiros (Reisepasse fuer Auslaender).

2^a. O presente accôrdo em nada affectará as disposições em vigor nos territorios dos dois paizes e concernentes ás respectivas leis de immigração e da saude publica, ao fechamento dos portos e

fronteiras, aos viajantes suspeitos, ás declarações devidas pelos estrangeiros á Policia e ao impedimento, permanencia e expulsão dos mesmos.

A isenção do “visto” em passaportes não exclue os seus portadores da obrigação de apresentarem, para a legalização consular gratuita, qualquer outra documentação imposta pelos regulamentos de cada um dos dois paizes contractantes.

3ª. Cada um dos dois Governos reserva-se o direito de modificar estas disposições, por meio de uma simples troca de notas diplomaticas, desde que a providencia se imponha em face das experiencias feitas.

4ª. O presente accôrdo entrará em vigor no dia 1º de Agosto de 1931, podendo ser revogado por qualquer um dos Governos mediante notificação com tres mezes de antecedencia.

Pedindo a Vossa Excellencia, Senhor Ministro de Estado, que me faça chegar ás mãos uma nota analoga á presente, afim de estabelecer de modo formal o accôrdo sobre a materia acima referida, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e distinctissima consideração.

RETSCHKE.

A Sua Excellencia o Sr. Dr. Afranio de Mello Franco, DD. Ministro de Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

N. 14 A

Nota do Govêrno Brasileiro á Legação da Austria no Rio de Janeiro

Em 6 de Julho de 1931. — SP/23/511.10 (82)

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota que Vossa Excellencia, sob n. 1.542, me dirigiu em 3 do corrente, sobre um accôrdo entre o Brasil e a Austria, mediante troca de notas, relativo á suppressão reciproca do visto em passaportes.

2. Tenho a satisfação de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Governo federal brasileiro congratula-se com o da Austria pelo feliz entendimento e está de accôrdo com as seguintes regras, constantes da nota de Vossa Excellencia que ora respondo:

1ª. Os cidadãos de cada um dos dois paizes, que não sejam immigrantes, podem em qualquer tempo penetrar no territorio do outro paiz e retirar-se do mesmo pelos portos e nos pontos da fronteira officialmente reconhecidos, comtanto que se achem munidos de um passaporte nacional valido, que prove incontestavelmente a nacionalidade do portador, sem que para isso seja necessario o visto do agente diplomatico ou consular do outro Estado.

Sómente os portadores de passaportes nacionaes beneficiarão deste favor, que não será concedido ás pessoas munidas de passaportes para estrangeiros (*Reisepaesse fuer Auslaender*).

2ª. O presente accôrdo em nada affectará as disposições em vigor nos territorios dos dois paizes e concernentes ás respectivas leis de immigração e de saude publica, ao fechamento dos portos e fronteiras, aos viajantes suspeitos, ás declarações devidas pelos estrangeiros á Policia e ao impedimento, permanencia e expulsão dos mesmos.

A isenção do visto em passaportes não exclue os seus portadores da obrigação de apresentarem, para a legalização consular gratuita, qualquer outra documentação imposta pelos regulamentos de cada um dos dois paizes contractantes.

3ª. Cada um dos dois Governos reserva-se o direito de modificar estas disposições, por meio de uma simples troca de notas diplomaticas, desde que a providencia se imponha em face das experiencias feitas.

4ª. O presente accôrdo entrará em vigor no dia 1 de Agosto de 1931, podendo ser revogado por qualquer um dos Governos mediante notificação com tres mezes de antecedencia.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Anton Retschek, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Austria.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A GRAN-BRETANHA

N. 15

CONCLUIDO NO RIO DE JANEIRO, POR TROCA DE NOTAS DATADAS DE 11
DE SETEMBRO DE 1931

Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britanica no Rio de Janeiro

Em 11 de setembro de 1931. — N EC/154/8/(42). (60)8

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Havendo o Governo do Brasil e o de Sua Magestade britannica no Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte manifestado o desejo de concluir, por troca de notas identicas, um accôrdo destinado a facilitar e regular as relações commerciaes entre os dois paizes, tenho a honra de confirmar a Vossa Senhoria que o Governo do Brasil approva um accôrdo nos seguintes termos:

a) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados, do Brasil, importados no Reino Unido (seja para consumo, reexportação ou transito), receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, de qualquer outro paiz estrangeiro;

b) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados, do Reino Unido, importados no Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito), receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, de qualquer outro paiz estrangeiro;

c) Tratamento igual será concedido no Brasil aos artigos, producto-naturaes ou manufacturados, de qualquer colonia ou protectorado britannico ou de qualquer territorio onde Sua Majestade britannica exerce um mandato, nos quis os artigos brasileiros recebem tratamento não menos favoravel do que aquelle concedido aos artigos dos paizes estrangeiros mais favorecidos.

2. O accôrdo constituido pela presente troca de notas entrará em vigor immediatamente e continuará a vigorar durante três annos, e, dahi em diante, até seis mezes a contar da data da denuncia por qualquer das duas partes.

3. Fica convencionado que as disposições acima de tratamento reciproco da nação mais favorecida não são extensivas ás vantagens já conferidas, ou que venham a ser conferidas, a paizes vizinhos para facilitar o trafico de fronteiras, nem ás vantagens concedidas a outro paiz, em virtude de uma união aduaneira já concluida ou que venha a sê-lo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

Ao Senhor Edward Allis Keeling, Encarregado de Negocios interino da Gran-Bretanha.

N. 15 A

Nota da Embaixada Britanica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Traducção)

Embaixada britannica, Rio de Janeiro — 11 de setembro de 1931 —
N. 178

SENHOR MINISTRO,

Havendo o Governo de Sua Majestade britannica no Reino Unido da Gran-Bratenha e Irlanda do Norte e o Governo brasileiro manifestado o desejo de concluir, por troca de notas identicas, um accôrdo destinado a facilitar e regular as relações commerciaes entre os dois paizes, tenho a honra de, por instrucções do Principal Secretario de Estado dos Negocios Estran-

geiros, de Sua Majestade, confirmar a Vossa Excellencia que o Governo de Sua Majestade approva um accôrdo nos seguintes termos:

(1) a) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados, do Brasil, importados no Reino Unido (seja para consumo, reexportação ou transito), receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, de qualquer outro paiz estrangeiro;

b) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados, do Reino Unido, importados no Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, de qualquer outro paiz estrangeiro;

c) Tratamento igual será concedido no Brasil aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, de qualquer colonia ou protectorado britannico ou de qualquer territorio onde Sua Majestade britannica exerce um mandato nos quaes os artigos brasileiros recebem tratamento não menos favoravel do que aquelle concedido aos artigos dos paizes estrangeiros mais favorecidos.

(2) O accôrdo constituido pela presente troca de notas entrará em vigor immediatamente e continuará a vigorar durante três annos, e dahi em diante, até seis mezes a contar da data da denuncia por qualquer das duas partes.

(3) Fica convencionado que as disposições acima de tratamento reciproco da nação mais favorecida não são extensivas ás vantagens já conferidas, ou que venham a ser conferidas, a paizes vizinhos para facilitar o trafico de fronteiras, nem ás vantagens concedidas a outro paiz, em virtude de uma união aduaneira já concluida ou que venha a sê-lo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

E. KEELING.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros — Rio de Janeiro.

N. 15 B

Nota da Embaixada britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro
(Tradução)

Embaixada britannica, Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1931.—
N. 179.

SENHOR MINISTRO,

Com referencia á minha nota n. 178, datada de hoje, tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que não foi possível consultar os Governos de Sua Majestade britannica nos *Dominions* nem o Governo da India, sobre os seus pontos de vista em relação ao tratamento a ser dado pelo Governo brasileiro aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, desses *Dominions* e da India. Presumo, entretanto, que, no caso de qualquer desses Governos, em cujos territorios os artigos brasileiros recebem tratamento não menos favoravel do que o concedido aos artigos dos paizes estrangeiros mais favorecidos, desejar que os artigos desses *Dominions* ou da India recebam igual tratamento no Brasil, o Governo brasileiro estaria disposto a tomar, em relação a esse Governo, um compromisso nesse sentido.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

E. KEELING.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros — Rio de Janeiro.

N. 15 C

Nota do Governo Brasileiro á Embaixada britannica no Rio de Janeiro

Em 11 de Setembro de 1931 — EC/155/8(42)60)8.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota adicional apresentada por essa Embaixada, juntamente com a que foi trocada entre os

Governos do Brasil e de Sua Majestade britannica para regular as relações commerciaes entre os nossos dois paizes.

2. Nella Vossa Senhoria me informa de que não foi possivel consultar os Governos de Sua Majestade britannica nos *Dominions* nem o Governo da India, sobre os seus pontos de vista em relação ao tratamento a ser dado pelo Governo brasileiro aos artigos, productos naturaes ou manufacturados, desses *Dominions* e da India. Presume, entretanto, Vossa Senhoria que, no caso de qualquer desses Governos, em cujos territorios os artigos brasileiros recebem tratamento não menos favoravel do que o concedido aos artigos dos paizes estrangeiros mais favorecidos, desejar que os artigos desse *Dominion* ou da India recebam igual tratamento no Brasil, o Governo brasileiro estaria disposto a tomar, em relação a esse Governo, um compromisso nesse sentido.

3. Em resposta, cabe-me informar Vossa Senhoria de que, effectivamente, o Governo brasileiro concorda em conceder igual tratamento aos artigos da India ou de qualquer dos *Dominions* britannicos em cujo territorio os artigos brasileiros receberem tratamento não menos favoravel do que o concedido a qualquer paiz estrangeiro.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

Ao Senhor Edward Allis Keeling, Encarregado de Negocios interino da Gran-Bretanha.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E OS PAIZES-BAIXOS

N. 16

Nota da Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Tradução)

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1931 — N. 978/38.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que, aguardando a celebração e a entrada em vigor de um Tratado de Commercio e de Navegação entre os Paizes-Baixos e o Brasil, cujas negociações serão dentro em pouco entabuladas, o meu Governo consente em conceder ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação á classificação e interpretação das tarifas e ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser subordinadas as operações de despacho alfandegario.

Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios ou provenientes de cada uma das partes contratantes não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza, originarios ou provenientes de qualquer outro paiz.

Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes, com destino ao territorio

da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

Todas as vantagens, favores, privilegios e immuniidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro por uma das duas partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios ou provenientes de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios ou provenientes da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes vizinhos, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem de uma união aduaneira, já celebrada, ou que possa ser celebrada, de futuro, por uma das partes contratantes.

Fica convencionado que o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, como acima definido, será igualmente applicavel, com reciprocidade, entre as Indias hollandezas, a Guyana hollandeza e Curaçau de uma parte e o Brásil da outra parte.

O presente accôrdo deixará, *ipso facto*, de produzir effeito no dia em que entrar em vigor o supracitado Tratado de Commercio e de Navegação.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos reiterados da minha mais alta consideração.

J. B. HUBRECHT.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

N. 16 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação dos Paizes-Baixos no Rio de Janeiro

Em 16 de Setembro de 1931 — EC/36/8 (42) 8 (86)

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excellencia me informa de que, aguardando a celebração e a entrada em vigor de um

Tratado de Commercio e de Navegação entre o Brasil e os Paizes-Baixos, cujas negociações serão dentro em pouco entabuladas, o Governo do seu paiz consente em conceder ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação á classificação e interpretação das tarifas e ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser subordinadas as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios ou provenientes de cada uma das partes contratantes não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza, originarios ou provenientes de qualquer outro paiz.

3. Da mesma forma, os productos naturaes ou fabricados exportados do territorio de cada uma das partes contratantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contratantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios ou provenientes de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios ou provenientes da outra parte contratante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes vizinhos, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem de uma união aduaneira, já celebrada, ou que possa ser celebrada, de futuro, por uma das partes contractantes.

6. Fica convencionado que o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, como acima definido, será igualmente applicavel, com reciprocidade, entre o Brasil de uma parte, e as Indias hollandezas, a Guyana hollandeza e Curaçau de outra parte.

7. O presente accôrdo deixará, *ipso facto*, de produzir effeito no dia em que entrar em vigor o supracitado Tratado de Commercio e de Navegação.

8. Em resposta, levo ao seu conhecimento que o Governo brasileiro está de accôrdo com a proposta do Governo de Sua Majestade a Rainha dos Paizes-Baixos e acceita os compromissos compendiados na nota de Vossa Excellencia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor J. Hubrecht, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade a Rainha dos Paizes-Baixos.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E O ESTADO LIVRE DA IRLANDA

N. 17

Nota da Embaixada britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Traducção)

Embaixada Britannica, Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1931. — N.209

SENHOR MINISTRO,

Afim de regular as relações commerciaes entre o Estado Livre da Irlanda e o Brasil, tenho a honra de, a pedido do Governo de Sua Majestade no Estado Livre da Irlanda, informar Vossa Excellencia de que esse Governo está apto a concluir um accôrdo para os seguintes effeitos:

a) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Brasil, importados no Estado livre da Irlanda (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de quaesquer outros paizes.

b) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Estado Livre da Irlanda, importados no Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de quaesquer outros paizes.

c) As disposições deste accôrdo não attingirão, comtudo, o direito do Governo do Estado Livre da Irlanda de modificar, manter ou estender o tratamento preferencial concedido a qualquer Estado do *Commonwealth* britannico de Nações.

d) Fica convencionado que as disposições acima de tratamento reciproco da nação mais favorecida não são extensivas ás vantagens já conferidas a paizes vizinhos para se facilitar o trafico de fronteiras, ou ás vantagens concedidas a outro paiz em virtude de uma união aduaneira já concluida ou que venha a sê-lo.

e) A presente nota e a nota em que Vossa Excellencia confirme a accettazione do accôrdo pelo Brasil constituirão um accôrdo entre os dois Governos, que entrará em vigor immediatamente e continuará a vigorar até seis mezes após a data da denuncia por qualquer das partes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

EDWARD KEELING.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Rio de Janeiro.

N. 17 A

Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica no Rio de Janeiro

Em 16 de Outubro de 1931. — EC/175/8/ (42). (60) 8.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Senhoria dá a conhecer que, com o fim de regular as relações commerciaes entre o Brasil e o Estado Livre de Irlanda, e de accôrdo com instrucções do Governo de Sua Magestade no Estado Livre da Irlanda, esse Governo deseja concluir um accôrdo, para os seguintes effeitos:

a) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Brasil, importados no Estado Livre da Irlanda (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer outro paiz.

b) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Estado Livre da Irlanda importados no Brasil (seja para consumo, reexportação ou tran-

sito) receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer outro paiz.

c) As disposições deste accôrdo não attingirão, comtudo, o direito do Governo do Estado Livre da Irlanda de modificar, manter ou entender o tratamento preferencial concedido a qualquer Estado do *Commonwealth* britannico de Nações.

d) Fica convencionado que as disposições acima de tratamento reciproco da nação mais favorecida não são extensivas ás vantagens já conferidas a paizes vizinhos para se facilitar o trafico de fronteiras, ou ás vantagens concedidas a outro paiz, em virtude de uma união aduaneira já concluida ou que venha a sê-lo.

e) A presente nota de acceitação pelo Governo brasileiro e a nota em que Vossa Senhoria submette a proposta do Governo de Sua Magestade no Estado Livre da Irlanda constituirão um accôrdo entre os dois Governos, o qual entrará em vigor immediatamente e continuará a vigorar até seis mezes a contar da data da denuncia por qualquer das duas partes.

2. Em resposta, cabe-me communicar-lhe, que o Governo brasileiro acceita a proposta submettida por Vossa Senhoria e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

Ao Senhor Edward Allis Keeling, Encarregado de Negocios interino da Grã-Bretanha.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A SUECIA

N. 18

Nota da Legação da Suecia no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Traducção)

Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1931.— N. 17.

SENHOR MINISTRO,

Com referencia ás negociações entabuladas entre nós a respeito da regulamentação das relações commerciaes entre a Suecia e os Estados Unidos do Brasil, tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que o Governo sueco, sob condição de reciprocidade e enquanto aguarda a conclusão de um tratado de commercio definitivo entre a Suecia e o Brasil, se compromette em relação ao Brasil a applicar as estipulações seguintes:

As altas partes contractantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo que se refere aos direitos aduaneiros e quaesquer direitos accessorios ao modo de perecepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos, a que possam ser subordinadas as operações de despacho alfandegario.

Consequentemente, os productos naturaes, ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

Da mesma forma, os productos naturaes, ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras e formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

Todas as vantagens, favores, privilegios e imunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes, ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante ou destinados ao territorio dessa parte.

Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente ajuste, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos aos paizes escandinavos, e os que se destinam a facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem de uma união aduaneira já celebrada, ou que possa ser celebrada, de futuro, por uma das partes contractantes.

Este accôrdo entrará em vigor na data da troca das notas e poderá ser denunciado mediante notificação prévia de tres mezes.

Esperando a confirmação da acceitação deste accôrdo pelo Governo do Brasil, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

JOHAN PAUES.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Extrangeiros.

N. 18 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Suecia no Rio de Janeiro

Em 16 de Outubro de 1931. — EC/10/8(42). (78)8.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excelencia me informa de que, com referencia ás negociações entabouladas a respeito da regulamentação das relações commerciaes entre os Estados Unidos do Brasil e a Suecia, o Governo sueco, aguardando a conclusão de um tratado de commercio definitivo, se compromette, sob condição de reciprocidade, a applicar, em relação ao Brasil, as estipulações seguintes:

As partes contractantes consentem em conceder reciprocamente o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos aduaneiros e quaesquer direitos accessorios ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que possam ser subordinadas as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes, ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos ques são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

3. Da mesma fórmula, os productos naturaes, ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados, nem a regras e formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidas ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, ori-

ginarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos aos paizes escandinavos, e os que se destinam a facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem de uma união aduaneira já celebrada ou que possa ser celebrada, de futuro, por uma das partes contratantes.

6. Este accôrdo entrará em vigor na data da troca das notas, e poderá ser denunciado mediante notificação prévia de tres mezes.

7. Em resposta, levo ao seu conhecimento que o Governo brasileiro está de accôrdo com a proposta do Governo sueco e acceita os compromissos resultantes dessa proposta e constantes da nota de Vossa Excellencia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Johan Theodor Paues, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Rei da Suecia.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A ALLEMANHA

N. 19

Nota da Legação da Alemanha no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Tradução)

Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1931.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de notificar a Vossa Excellencia que o Governo do Deutsches Reich, desejoso de regular as relações commerciaes entre os nossos dous paizes, propõe ao Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, após as negociações entabuladas, um accôrdo commercial, nas seguintes bases:

1. As partes contractantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.
2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.
3. Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao ter-

ritorio da outra parte, não serão em caso algum sujeitos nas mesmas relações a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immuniidades, já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes vizinhos, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras assim como os favores que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida de futuro por uma das partes contractantes.

6. O presente accôrdo obedecerá, no tocante á sua ratificação, ás normas de cada uma das partes contractantes, e entrará em vigor pelo prazo de dois annos no dia seguinte ao da data em que o Governo allemão notificar ao Governo brasileiro a sua ratificação. Expirado esse prazo, continuará o tratado em vigor até que uma das partes contractantes o denuncie com seis mezes de antecedencia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

(a) HUBERT KNIPPING.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores — Palacio Itamaraty.

N. 19 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Allemanha no Rio de Janeiro

Em 22 de Outubro de 1931. — EC/122/8 (42). (81) 8.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excellencia me informa de que o Governo do Deutsches Reich, desejoso de regular

as relações commerciaes entre os nossos dois paises, propõe ao Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, após as negociações entabouladas, um accôrdo commercial nas seguintes bases:

1) As partes contractantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accesorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

2) Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

3) Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos nas mesmas relações a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunities já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contratante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5) Exceptuam-se, contudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes vizinhos, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes.

6) O presente accôrdo obedecerá no tocante á sua ratificação, ás normas de cada uma das partes contractantes, e entrará em vigor, pelo prazo de dois annos, no dia seguinte ao da data em que o Governo allemão notificar ao Governo brasileiro a sua ratificação. Expirado esse prazo, continuará o tratado, em vigor, até que uma das partes contractantes o denuncie com seis mezes de antecedencia.

2. Em resposta, apraz-me communicar-lhe que o Governo brasileiro accêita a proposta transmittida por Vossa Excellencia e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Hubert Knipping, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Allemanha.

N. 19 B

Nota da Legação da Allemanha no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Traducção)

Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1931.

SENHOR MINISTRO,

Considerando que de conformidade com as leis allemãs o accôrdo commercial hoje firmado precisa ser ratificado para entrar em vigor e que por outro lado o Governo allemão está desejoso de applicar desde já o estipulado neste accôrdo, tenho a honra, em nome do meu Governo, de declarar que até que entre em vigor o mencionado accôrdo o Governo allemão concederá ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento illimitado e incondicional da nação mais favorecida, tal como até agora e na forma estabelecida pelo accôrdo supracitado.

Aproveito tambem a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

(a) HUBERT KNIPPING.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores — Palacio Itamaraty.

N. 19 C

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Allemanha no Rio de Janeiro

Em 22 de Outubro de 1931. — EC/123/8/(42). (81) 8

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excellencia dá a conhecer que, aguardando a entrada em vigor do accôrdo commercial hoje firmado entre os nossos dois paizes, o qual, de conformidade com as leis allemãs, precisa de ratificação para produzir effeitos, o Governo allemão concederá ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento illimitado e incondicional da nação mais favorecida, segundo a fórmula estabelecida no alludido accôrdo.

2. Em resposta, cabe-me declarar a Vossa Excellencia que o Governo brasileiro, por sua vez, está também disposto a conceder á Allemanha, até que entre em vigor o supracitado accôrdo commercial, e mediante reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Hubert Knipping, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Allemanha.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A SUISSA

N. 20

Nota da Legação da Suissa no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

Circulaire 628. 8 (42). 8 — 29 octobre 1931.— X. 1-48/74 RJ.

MONSIEUR LE MINISTRE,

J'ai l'honneur d'informer Votre Excellence que dans le but de faciliter et de développer les relations commerciales entre la Suisse et le Brésil mon Gouvernement m'a autorisé à conclure avec le Gouvernement des Etats-Unis du Brésil un accord commercial sur les bases suivantes:

a) Les Hautes Parties contractantes conviennent de s'accorder réciproquement le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisé pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous droits accessoires, le mode de perception des droits, ainsi que pour les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dédouanement pourraient être soumises.

b) En conséquence, les produits naturels ou fabriqués, originaires de chacune des parties contractantes ne seront en aucun cas assujettis sous le rapports susvisés à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originaires d'un pays tiers quelconque.

c) De même, les produits naturels ou fabriqués exportés du territoire de chacune des parties contractantes à destination du territoire de l'autre partie ne seront en aucun cas assujettis, sous les mêmes rapports, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les mêmes produits destinés au territoire d'un autre pays quelconque.

d) Tous les avantages, faveurs, privilèges et immunités qui ont été ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux parties contractantes, dans la matière susdite, aux produits naturels ou fabriqués originaires d'un autre pays quelconque ou destinés au territoire d'un autre pays quelconque, seront, immédiatement et sans compensation, appliqués aux produits de même nature originaires de l'autre partie contractante ou destinés au territoire de cette parité.

e) Sont exceptées, toutefois, des engagements formulés au présent article les faveurs actuellement accordés ou qui pourraient être accordées ultérieurement à d'autres Etats limitrophes pour faciliter le trafic frontière, ainsi que celles résultant d'une union douanière déjà conclue ou qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des parties contractantes.

f) Le présent accord entrera immédiatement en vigueur. Il est conclu pour un an; ensuite, il sera prorogé par voie de tacite reconduction, chaque Partie se réservant alors le droit de le dénoncer à tout moment pour lui faire prendre fin trois mois après.

Je saisis avec empressement cette occasion pour Vous renouveler, Monsieur le Ministre, l'assurance de ma plus haute considération.

(a) GERTSCH.

Son Excellence Monsieur le Dr. Afranio de Mello Franco, Ministre d'Etat des Relations Extérieures.

(Tradução)

Circular 628. 8 (42). 8 — 29 de Outubro de 1931. — X. 1-48/74 R.J.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que, no intuito de facilitar e desenvolver as relações commerciaes entre a Suissa e o Brasil, o meu Governo me autorizou a concluir com o Governo dos Estados Unidos do Brasil um accôrdo commercial nas seguintes bases:

a) As altas partes conctratantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás

regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

b) Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contratantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quais são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

c) Da mesma forma, os productos naturaes ou fabricados, exportado do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitas, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

d) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

e) Exceptuam-se, contudo, dos compromissos formulados no presente ajuste, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a outros paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes.

f) O presente accôrdo entrará immediatamente em vigor. E' concluido por um anno; ficará, em seguida, prorrogado tacitamente, reservado então a cada parte o direito de o denunciar, em qualquer tempo, para lhe pôr termo tres mezes após.

Aproveito com prazer a oportunidade para lhe renovar, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

(a) GERTSCH.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 20 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Suissa no Rio de Janeiro

Em 29 de Outubro de 1931. — EC/57/8 (42). 8

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excelencia me informa de que o Governo da Suissa, no intuito de facilitar e desenvolver as relações commerciaes entre a Suissa e o Brasil, o autorizou a concluir com o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil um accôrdo commercial nas seguintes bases:

a) As altas partes contratantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras-formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

b) Consequentemente os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contratantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

c) Da mesma forma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contratantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos na mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

d) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

e) Exceptuam-se, contudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes vizinhos, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira já concluída ou que possa ser concluída, de futuro, por uma das partes conctratantes.

f) O presente accôrdo entrará immediatamente em vigor, pelo prazo de um anno; expirado o qual, ficará prorogado tacitamente, até que uma das partes contratantes o denuncie em qualquer época com tres mezes de antecedencia.

2. Em resposta, apraz-me communicar-lhe que o Governo brasileiro acceita a proposta transmittida por Vossa Excellencia e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Albert Gertsch, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Confederação Suissa.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A FINLANDIA

N. 21

Nota da Legação da Finlândia no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

Légation de Finlande. — Rio de Janeiro, le 26 novembre 1931. — N. 646.

MONSIEUR LE MINISTRE,

J'ai l'honneur d'informer Votre Excellence que dans le but de régler et de développer les relations commerciales entre la Finlande et le Brésil, mon Gouvernement, m'a autorisé à conclure avec le Gouvernement de la République des Etats-Unis du Brésil un accord commercial sur les bases suivantes:

a) Les Hautes Parties contractantes conviennent de s'accorder réciproquement le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous droits accessoires, le mode de perception des droits, ainsi que pour les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dédouanement pourraient être soumises;

b) En conséquence, les produits naturels ou fabriqués, originaires de chacune des parties contractantes ne seront en aucun cas assujettis, sous les rapports susvisés, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originaires d'un pays tiers quelconque;

c) De même, les produits naturels ou fabriqués exportés du territoire de chacune des parties contractantes à destination du territoire de l'autre partie ne seront en aucun cas assujettis, sous les mêmes rapports, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités plus oné-

reuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les mêmes produits destinés au territoire d'un autre pays quelconque;

d) Tous les avantages, faveurs, privileges et immunités qui ont été ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux parties contractantes, dans la matière susdite, aux produits naturels ou fabriqués originaires d'un autre pays quelconque ou destinés au territoire d'un autre pays quelconque, seront, immédiatement et sans compensation, appliqués aux produits de même nature originaires de l'autre partie contractante ou destinés au territoire de cette partie;

e) Sont exceptées, toutefois, des engagements formulés au présent accord, les faveurs actuellement accordées ou qui pourraient être accordées ultérieurement aux Etats limitrophes pour faciliter le trafic frontière, ainsi que celles résultant d'une union douanière qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des parties contractantes;

f) En outre, il est convenu que la Finlande se réserve le droit d'accorder un traitement spécial à l'Estonie, à la Lettonie et à la Lithuanie pour la conservation du commerce traditionnel avec ces pays;

g) En ce qui concerne la ratification, le présent accord, conclu pour trois ans, sera soumis aux règles particulières de chaque partie contractante et entrera en vigueur le jour suivant à la date où le Gouvernement finlandais aura notifié sa ratification au Gouvernement brésilien. S'il n'a pas été dénoncé par l'une des parties contractantes six mois avant l'expiration du dit délai de trois ans, il continuera à produire ses effets jusqu'à l'expiration de six mois à partir du jour où il a été dénoncé par l'une des parties contractantes.

Veuillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma plus haute consideration.

T. O. VAHERVUORI.

A Son Excellence le Docteur Afranio de Mello Franco, Ministre d'Etat des Relations Extérieures.

(Tradução)

Rio de Janeiro, 26 de Novembro de 1931. — N. 646.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que, com o fim de regular e desenvolver as relações commerciaes entre a Finlandia e o Brasil, o

meu Governo me autorizou a concluir com o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil um accôrdo commercial nas seguintes bases:

a) As Altas Partes contractantes convem em conceder reciprocamente o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario;

b) Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes não serão em caso algum sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas, ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz;

c) Da mesma forma, os productos naturaes ou fabricados exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte não serão em caso algum sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos produtos destinados ao territorio de qualquer outro paiz;

d) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos ou que venham a ser concedidos de futuro por uma das duas partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante ou destinados ao territorio dessa parte;

e) Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente accôrdo, os favores actualmente concedidos ou que venham a ser concedidos ulteriormente aos Estados limitrophes para se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os resultantes de uma união aduaneira que possa ser concluida de futuro por uma das partes contractantes;

f) Fica convencionado, além disso, que a Finlandia se reserva o direito de conceder um tratamento especial á Estonia, á Lettonia e á Lithuania para a conservação do commercio tradicional com esses paizes;

g) No tocante á ratificação, o presente accôrdo, concluido por três annos, obedecerá ás normas particulares de cada parte contractante e entrará em vigor no dia seguinte á data em que o Governo finlandez notificar ao Governo Brasileiro a sua ratificação. Se não fôr denunciado por uma das partes

contractantes seis mezes antes da expiração do dito prazo de três annos, continuará a produzir os seus effeitos até a expiração de seis mezes a contar do dia em que fôr denunciado por uma das partes contractantes.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

(a) T. O. VAHERVUORI.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

N. 21 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Finlândia no Rio de Janeiro

Em 26 de Novembro de 1931. — EC/12/8 (42). (71) 8

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Senhoria me informa de que o Governo da Finlândia, desejoso de regular e desenvolver as relações commerciaes entre os nossos paizes, o autorizou a concluir com o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil um accôrdo commercial nas seguintes bases:

a) As altas partes contractantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario;

b) Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão em caso algum, sujeitos nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos de mesma natureza originarios de qualquer outro paiz;

c) Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações,

a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qual-quer outro paiz;

d) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contrac-tantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, origi-narios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos de mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte;

e) Exceptuam-se, contudo, dos compromissos formulados no presente accôrdo, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulterior-mente concedidos a paizes vizinhos, com o fim de se facilitar o trafico de fron-teiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes;

f) Fica convencionado, além disso, que a Finlandia se reserva o direito de conceder um tratamento especial á Esthonia, á Lethonia e á Lithuania, para conservação do seu commercio tradicional com esses paizes;

g) O presente accôrdo obedecerá, no tocante á sua ratificação, ás normas particulares de cada uma das partes contractantes, e entrará em vigor, pelo prazo de tres annos, no dia seguinte ao da data em que o Governo finlandez notificar ao Governo brasileiro a sua ratificação. Expirado esse prazo de tres annos sem que uma das partes contractantes o tenha denunciado, mediante notificação prévia de seis mezes, continuará o tratado em vigor, até que uma dessas partes o denuncie com seis mezes de antecedencia.

2. Em resposta, apraz-me communicar-lhe que o Governo brasileiro acceita a proposta transmittida por Vossa Senhoria e assume os compro-missos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os pro-testos da minha mui distincta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

Ao Senhor Oskar Vahervuori, Encarregado de Negocios da Fin-landia.

1875

Received of the Hon. Secy of the Interior
for the sum of \$100.00
the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00

For the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00

for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00

for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00

for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00
for the sum of \$100.00

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A TCHECOSLOVAQUIA

N. 22

Nota da Legação da Tchecoslovaquia no Rio de Janeiro ao Governo
Brasileiro

(Traducção)

Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1931.

SENHOR MINISTRO.

Tenho a honra de confirmar a Vossa Excellencia, para esse fim devidamente autorizado, que as relações economicas entre a Republica tchecoslovaca e a Republica dos Estados Unidos do Brasil serão reguladas pelo seguinte accôrdo:

a) As altas partes contractantes convêm em conceder reciprocamente o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario:

b) consequentemente os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão em caso algum sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras diferentes ou mais onerosas de que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz;

c) da mesma forma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão em caso algum sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz;

d) todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte;

e) exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente accôrdo, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a Estados limitrophes para se facilitar o tráfico de fronteiras, bem como os resultantes de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes;

f) o presente accôrdo entrará em vigor 30 dias após a assignatura e ficará em vigor durante dois annos. Depois de expirado este prazo continuará em vigor até que fôr denunciado por uma das altas partes contractantes, não devendo essa denuncia produzir os seus effeitos sinão após a expiração de um prazo de seis mezes.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

(a) VANICEK.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Rio de Janeiro.

N. 22 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Tchecoslovaquia no Rio de Janeiro

Em 27 de Novembro de 1931. — EC/40/8(42).(80e) 8.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que, devidamente autorizado pelo seu Governo, Vossa Excellencia confirma que as relações economicas entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica da Tchecoslovaquia serão reguladas pelo accôrdo seguinte:

a) as altas partes contractantes consentem em conceder, reciprocamente, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais fãvorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario;

b) consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz;

c) da mesma fórmula, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz;

d) todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte;

e) exceptuam-se, contudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes visinhos com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma reunião aduaneira já concluida, ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes;

f) o presente accôrdo entrará em vigor pelo prazo de dois annos, trinta dias após a sua assignatura. Expirado esse prazo, continuará o accôrdo em vigor até que seja denunciado por uma das Altas Partes contractantes com seis mezes de antecedencia.

2. Em resposta, apraz-me communicar a Vossa Excellencia que o Governo brasileiro acceita as disposições do accôrdo acima transcripto, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Vojtech Vanicek, Enviado Extraordinario Ministro Plenipotenciario da Tchecoslovaquia.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A DINAMARCA

N. 23

Nota da Legação da Dinamarca no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

(Traducção)

Em 30 de Novembro de 1931.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de informar Vossa Excellencia de que, aguardando a conclusão e a entrada em vigor de um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo entre a Dinamarca e o Brasil, o meu Governo concorda em conceder ao Brasil, mediante reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação á classificação e a interpretação das tarifas e ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações do despacho alfandegario.

Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão em caso algum sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão em caso algum sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e

formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

Todas as vantagens, favores, privilegios e immuniidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos á Islandia, em virtude da lei de união de 30 de Novembro de 1918, á Noruega ou á Suecia, ou a esses tres paizes, assim como os que se destinem a facilitar o trafico de fronteiras ou os resultantes de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes.

Fica convencionado que o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, como acima definido, será igualmente applicado aos productos originarios da Groenlandia importados no Brasil e aos productos originarios do Brasil importados na Groenlandia.

O presente accôrdo entrará immediatamente em vigor e continuará a vigorar até que seja substituido por um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo ou denunciado por uma das partes contractantes, mediante notificação prévia de seis mezes.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos reiterados da minha mais alta consideração.

(a) БОЕЦК.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro de Negocios Estrangeiros.

N. 23 A

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Dinamarca no Rio de Janeiro

Em 30 de Novembro de 1931. — EC|14|8 (42). (76) 8.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excelencia me informa de que, aguardando a celebração e a entrada em vigor de um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo entre o Brasil e a Dinamarca, o Governo do seu paiz consente em conceder ao Brasil, mediante reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação á classificação e á interpretação das tarifas e ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidos as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes, ou mais elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

3. Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidas, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou designados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, contudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos á Islandia, em virtude da lei de união de 30 de Novembro de 1918, á Noruega ou á Suecia, ou a esses tres paizes, assim como os favores que se destinem a facilitar o tráfico de fronteiras ou os que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes.

6. Fica convencionado que o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, como acima definido, será igualmente applicado aos productos originarios do Brasil importados na Groenlandia e aos productos originarios da Groenlandia importados no Brasil.

7. O presente accôrdo entrará immediatamente em vigor e continuará a vigorar até que seja substituido por um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo ou denunciado por uma das partes contractantes, mediante notificação prévia de seis mezes.

8. Em resposta, apraz-me communicar a Vossa Excellencia que o Governo brasileiro acceita as disposições do accôrdo acima transcripto, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

(a) MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Frantz Christoffer Bianco Boeck, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Magestade o Rei da Dinamarca.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E O
CANADÁ

N. 24

Nota da Embaixada Britannica no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

*(Traducção.)*Embaixada Britannica — Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1931.—
N. 252.

SENHOR MINISTRO,

Afim de regular as relações commerciaes entre o Canadá e o Brasil, tenho a honra de, por instrucções do Governo de Sua Magestade no Canadá, informar Vossa Excellencia de que esse Governo deseja concluir um accôrdo commercial com o Governo brasileiro. Como, entretanto, pela lei canadense, é necessaria a autorização parlamentar para a concessão do tratamento da nação mais favorecida a paizes estrangeiros, e visto que o Parlamento canadense não se reunirá durante varias semanas, o Governo canadense está disposto a celebrar um accôrdo temporario para os seguintes effeitos:

a) os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Brasil, importados no Canadá (seja para o consumo, reexportação ou transito), receberão o tratamento conferido pela tarifa intermediaria canadense;

b) os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Canadá, importados no Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito), receberão tratamento não menos favoravel do que o conferido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de quaesquer outros paizes;

c) o disposto neste accôrdo em nada prejudicará, comtudo, o direito do Governo do Canadá de modificar, manter ou estender o tratamento pre-

ferencial concedido a qualquer Estado do “Commonwealth” britannico de Nações;

d) fica convencionado que as supracitadas disposições deste accôrdo temporario não são extensivas ás vantagens já concedidas a paizes limitrophes para se facilitar o trafico de fronteiras, ou ás vantagens conferidas a outro paiz, em virtude de uma união aduaneira já concluida ou que venha a sê-lo;

e) a presente nota e a nota em que Vossa Excellencia confirme a acceitação do accôrdo pelo Brasil constituirão um accôrdo entre os dois Govêrnos, que entrará immediatamente em vigôr e continuará a vigorar até que seja concluido um accôrdo baseado no tratamento da nação mais favorecida.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

E. KEELING.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Rio de Janeiro.

N. 24 A

Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica no Rio de Janeiro

EC/207/8 (42). (21)8.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Senhoria dá a conhecer que, com o fim de regular as relações commerciaes entre o Brasil e o Canadá, e de conformidade com instrucções do Governo de Sua Magestade no Canadá, esse Governo deseja concluir um accôrdo commercial com o Governo brasileiro. Como, entretanto, pela lei canadense, é necessaria a autorização parlamentar para a concessão do tratamento da nação mais favorecida a paizes estrangeiros, e visto que o parlamento canadense não se reunira durante varias semanas o Governo canadense deseja celebrar um accôrdo temporario para os seguintes effeitos:

a) os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Brasil, impor-

tados no Canadá (seja para consumo, reexportação ou transito), receberão tratamento de conformidade com a tarifa intermediaria canadense;

b) Os artigos, productos naturaes ou manufacturados do Canadá, importados no Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito), receberão tratamento não menos favoravel do que o que fôr concedido aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer outro paiz;

c) as disposições deste accôrdo não attingirão, comtudo, o direito do Governo do Canadá de modificar, manter ou estender o tratamento preferencial concedido a qualquer Estado do "Commonwealth" Britannico de Nações;

d) fica convencionado que as supracitadas disposições deste accôrdo temporario não são extensivas ás vantagens já conferidas a paizes limitrophes para se facilitar o trafico de fronteiras, ou ás vantagens concedidas a outro paiz, em virtude de uma união aduaneira já concluida ou que venha a sê-lo.

e) a presente nota de acceitação pelo Governo brasileiro e a nota em que Vossa Senhoria submete a proposta do Governo de Sua Magestade no Canadá constituirão um accôrdo entre os dois Governos, o qual entrará immediatamente em vigor e continuará a vigorar até que seja concluido um accôrdo baseado no tratamento da nação mais favorecida.

2. Em resposta, apraz-me communicar-lhe que o Governo brasileiro acceita a proposta submettida por Vossa Senhoria e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

A. DE MELLO FRANCO.

Ao Senhor Edward Allis Keeling, Encarregado de Negocios interino da Gran-Bretanha.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E O MEXICO

N. 25

Nota da embaixada do Mexico no Rio de Janeiro ao Governo
Brasileiro

(Traducção)

Rio de Janeiro, 7 de Dezembro de 1931. — 730— 353.

SR. MINISTRO,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o meu Governo me autorizou a celebrar como Governo que Vossa Excellencia tão dignamente representa — mediante troca de notas identicas, com o caracter de ajuste provisorio e enquanto se aguarda a celebração de um Tratado de Commercio e Navegação entre o Mexico e o Brasil — o accôrdo commercial constante das quatros clausulas seguintes :

Primeira — Os artigos, productos naturaes ou manufacturados, dos Estados Unidos Mexicanos, importados nos Estados Unidos do Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito), favoravel receberão tratamento não menos do que o já conhecido ou que venha a ser concedido, de futuro, aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer paiz estrangeiro.

Segunda — Os artigos, productos naturaes ou manufacturados, dos Estados Unidos do Brasil, importados nos Estados Unidos Mexicanos (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não favoravel do que o já concedido ou que venha a ser concedido, de futuro aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer paiz estrangeiro.

Terceira — Exceptuam-se dos compromissos criados pelo presente accôrdo as vantagens que as Partes contractantes concedem ou venham a conceder, de futuro, a paizes limitrophes com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras.

Quarta e ultima — O accôrdo constituido pela presente troca de notas entrará immediatamente em vigor, e em vigor continuará durante um anno, terminado o qual ficará prorogado automaticamente por mais de um anno, a não ser que uma das Partes contractantes o denuncie, com trez mezes de antecedencia.

Esperando resposta favoravel de Vossa Excellencia, é-me singularmente honroso reiterar-lhe, nesta oportunidade, os protestos de minha mais alta e distincta consideração.

(a) ALFONSO REYES.

Ao Excellentissimo Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro das Relações Exteriores.

N. 25 A

Nota do Governo Brasileiro á embaixada do Mexico do Rio de Janeiro

Em 7 de Dezembro de 1931. — EC/30/8(42). (23) 8.

SENHOR EMBAIXADOR,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excellencia dá a conhecer que, aguardando a celebração de um Tratado de Commercio e Navegação entre o Brasil e o Mexico, o Governo do seu Paiz o autorizou a firmar com o Governo brasileiro, por troca de notas identicas, com character provisorio, um accôrdo commercial constante das quatro clausulas seguintes.

Primeira — Os artigos, productos naturaes ou manufacturados dos Estados Unidos do Brasil importados nos Estados Unidos Mexicanos (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não menos favoravel do que o já concedido ou que venha a ser concedido, de futuro, aos

artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer paiz estrangeiro.

Segunda — Os artigos, productos naturaes ou manufacturados dos Estados Unidos Mexicanos importados nos Estados Unidos do Brasil (seja para consumo, reexportação ou transito) receberão tratamento não menos favoravel do que o já concedido ou que venha a ser concedido, de futuro, aos artigos, productos naturaes ou manufacturados de qualquer paiz estrangeiro.

Terceira — Exceptuam-se dos compromissos criados pelo presente accôrdo as vantagens que as Partes contractantes concedem ou venham a conceder, de futuro, a paizes limitrophes com o fim de se facilitar o tráfico de fronteiras.

Quarta e ultima — O accôrdo constituido pela presente troca de notas entrará immediatamente em vigor e em vigôr continuará durante um anno; terminado esse prazo, ficará o accôrdo prorogado automaticamente por mais um anno, a não ser que uma das Partes contractantes o denuncie com tres mezes de antecedencia.

2. Apraz-me, em resposta, levar ao seu conhecimento que o Governo brasileiro está de accôrdo com a proposta do Governo dos Estados Unidos Mexicanos e acceita os compromissos compendiados na nota de Vossa Excellencia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Alfonso Reyes, Embaixador dos Estados Unidos Mexicanos.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A RUMANIA

N. 26

Nota da Legação da Rumania no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

Legation Royale de Roumanie. — Rio de Janeiro, le 16 décembre 1931.— N. 1674.

MONSIEUR LE MINISTRE,

J'ai l'honneur d'informer Votre Excellence que dans le but de faciliter et de développer les relations commerciales entre la Roumanie et le Brésil mon Gouvernement m'a autorisé à conclure avec le Gouvernement des Etats Unis du Brésil un accord commercial sur les bases suivantes:

a) « Les Hautes Parties contractantes conviennent de s'accorder réciproquement le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisé pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous droits accessoires, le mode de perception des droits ainsi que par les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dedouanement pourraient être soumises.

b) En consequence, les produits naturels ou fabriqués, originaires de chacune des parties contractantes ne seront en aucun, cas assujettis, sous les rapports susvisés, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originair d'un pays tiers quelconque.

c) De même, les produits naturels ou fabriqués exportés de territoire de chacune des parties contractantes à destination du territoire de l'autre partie ne seront en aucun cas assujettis, sous les mêmes rapports, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les mêmes produits destinés au territoire d'un autre pays quelconque.

d) Tous les avantages, faveurs, privilèges et immunités qui ont été étudiés ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux parties contractantes, dans la matière susdite, aux produits naturels ou fabriqués originaire d'un autre pays quelconque ou destinés au territoire d'un autre pays quelconque, seront immédiatement et sans compensation, appliqués aux produits de même nature originaires de l'autre partie contractante ou destinés au territoire de cette partie.

e) Sont exceptées, toutefois, des engagements formulés au présent article, les faveurs actuellement accordées ou que pourraient être accordées ultérieurement à d'autres Etats limitrophes pour faciliter le trafic frontière, ainsi que celles résultant d'une union aduanière, déjà conclue ou qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des parties contractantes.

f) Le présent accord entrera immédiatement en vigueur. Il restera en vigueur pour un délai indéterminé, chaque partie contractante se réservant le droit de le dénoncer moyennant un préavis de trente jours. »

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence, Monsieur le Ministre, l'assurance de ma plus haute considération.

ACHILLE BARICIANU.
Chargé d'Affaires a. i.

A son Excellence Monsieur Afranio de Mello Franco, Ministre des Affaires Etrangères — Rio de Janeiro.

(Traducção)

Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 1931.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia de que, no intuito de facilitar e desenvolver as relações commerciaes entre a Rumania e o Brasil, o meu Governo me autorizou a concluir com o Governo dos Estados Unidos do Brasil um accôrdo commercial nas seguintes bases:

a) As Altas Partes contractantes convêm em conceder reciprocamente o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario;

b) Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras e formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

c) Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras e formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

d) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos ou que tenham a ser concedidos de futuro por uma das duas partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante ou destinados ao territorio dessa parte;

e) Exceptuam-se, contudo, dos compromissos formulados no presente accôrdo, os favores actualmente concedidos ou que possam ser concedidos ulteriormente a outros Estados limitrophes para se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os resultantes de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida de futuro por uma das partes contractantes.

f) O presente accôrdo entrará immediatamente em vigor. Ficará em vigor por prazo indeterminado, reservando-se cada parte contractante o direito de o denunciar mediante aviso previo de trinta dias.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia, Senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração.

(a) ACHILLE BARCIANU,
Encarregado de Negocios, interino.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros — *Rio de Janeiro*.

N. 26 A

Nota do Governo brasileiro á Legação da Rumania no Rio de Janeiro em
16 de Dezembro de 1931

EC/22/8(42)-(94)8.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Senhoria me informa de que o Governo da Rumania, no intuito de facilitar e desenvolver as relações commerciaes entre o Brasil e a Rumania, o autorizou a concluir com o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, um accôrdo commercial nas seguintes bases:

a) As altas partes contractantes concordam em conceder, reciprocamente o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario;

b) Consequentemente os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contratantes, não serão, em caso algum, sujeitos nas supracitadas relações a direitos, taxas ou impostos differentes ou maio elevados nem a regras ou formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

c) Da mesma fórma, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

d) Todas as vantagens, favores, privilegios e immunities já concedidos, ou que venham a ser concedidos de futuro, por uma das partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

e) Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contratantes.

f) O presente accôrdo entrará immediatamente em vigor por prazo indeterminado, reservando-se cada parte contratante o direito de o denunciar, mediante notificação prévia de trinta dias.

2. Em resposta, apraz-me communicar-lhe que o Governo brasileiro accêita a proposta transmittida por Vossa Senhoria e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar Vossa Senhoria os protestos da minha mui distinta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

Ao Senhor Achille Barcianu, Encarregado de Negocios, interino, da Rumania.

ACCÔRDO COMMERCIAL ENTRE O BRASIL E A NORUEGA

N. 27

Nota da Legação da Noruega no Rio de Janeiro ao Governo Brasileiro

Legation de Norvège au Brésil — Rio de Janeiro, le 31 décembre 1931.

MONSIEUR LE MINISTRE,

1. Étant autorisé par mon Gouvernement à procéder à un échange de notes avec Votre Excellence en vue de la conclusion d'un arrangement concernant les relations commerciales entre la Norvège et les Etats Unis du Brésil, j'ai l'honneur de porter à Sa connaissance que le Gouvernement Norvégien consent à accorder au Brésil, sous condition de réciprocité, le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous droits accessoires, le mode de perception des droits, ainsi que pour les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dédouanement pourraient être soumises.
2. En conséquence, les produits naturels ou fabriqués, originaires de chacune des parties contractantes ne seront en aucun cas assujettis, sous les rapports susvisés, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originaires d'un pays tiers quelconque.
3. De même, les produits naturels ou fabriqués exportés du territoire de chacune des parties contractantes à destination du territoire de l'autre partie ne seront en aucun cas assujettis, sous les mêmes rapports, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles et formalités plus oné-

reuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les mêmes produits destinés au territoire d'un autre pays quelconque.

4. Tous les avantages, faveurs, privilèges et immunités qui ont été ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux parties contractantes, dans la matière susdite, aux produits naturels ou fabriqués originaires d'un autre pays quelconque ou destinés au territoire d'un autre pays quelconque, seront, immédiatement et sans compensation, appliqués aux produits de même nature originaires de l'autre partie contractante ou destinés au territoire de cette partie.

5. Sont exceptées, toutefois, des engagements formulés au présent accord, les concessions spéciales accordées par la Norvège à la Suède ou au Danemark ou à ces deux pays, ou qui pourraient être accordées ultérieurement à des Etats limitrophes pour faciliter le trafic frontière, ainsi que celles résultant d'une union douanière déjà conclue ou qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des parties contractantes.

6. Le présent accord restera en vigueur tant qu'il n'aura pas été dénoncé par l'une quelconque des deux parties contractantes, moyennant un préavis de trois mois.

Veillez agréer, Monsieur le Ministre, les assurances de ma plus haute considération.

(s). JOHAN MICHELET.

Son Excellence Monsieur le Dr. A. de Mello Franco, Ministre des Affaires Etrangères.

(Tradução)

Legação da Noruega no Brasil. — Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1931.

SENHOR MINISTRO,

Autorizado pelo meu Governo a proceder a uma troca de notas com Vossa Excellencia, para a conclusão de um accôrdo sobre as re'ações commerciaes entre a Noruega e os Estados Unidos do Brasil, tenho a honra de levar ao seu conhecimento que o Governo noruegues consente em conceder ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento incondicional illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos di-

reitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes não serão, em caso algum, sujeitos nas supracitadas relações a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades differentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

3. Da mesma fórmula, os productos naturaes ou fabricados exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos differentes ou mais elevados nem a regras e formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz, ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente accôrdo as concessões especiaes feitas pela Noruega á Suecia, á Dinamarca ou a esses dous paizes, e bem assim os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o tráfico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida, de futuro, por uma das partes contractantes.

O presente accôrdo permanecerá em vigor enquanto não fôr denunciado por qualquer das duas partes contractantes, mediante notificação prévia de três mezes.

Queira acceitar Senhor Ministro, os protestos da minha alta consideração.

(a) JOHAN MICHELET.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Afranio de Mello Franco, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Noruega no Rio de Janeiro

N. 27 A

Em 31 de Dezembro de 1931.— EC/138/(42). (77)8.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota em que Vossa Excelencia, autorizado pelo seu Governo a proceder a uma troca de notas para a conclusão de um accôrdo sobre as relações commerciaes estre os Estados Unidos do Brasil e a Noruega, dá a conhecer que o Governo noruegues concorda em conceder ao Brasil, mediante reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados e nem a regras e formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza originarios de qualquer outro paiz.

3. Da mesma fôrma, os productos naturaes ou fabricados exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte não serão, em caso algum, sujeitos nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os mesmos productos destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunities já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das duas partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão, immediatamente e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, comtudo, dos compromissos formulados no presente accôrdo as concessões especiaes feitas pela Noruega á Suecia, á Dinamarca

ou a esses dois paizes, e bem assim os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o tráfico de fronteiras, assim como os favores que resultem de uma união aduaneira já concluída ou que possa ser concluída, de futuro, por uma das partes contractantes.

6. O presente accôrdo permanecerá em vigor enquanto não fôr denunciado por qualquer das duas partes contractantes, mediante notificação prévia de três mezes.

7. Em resposta, apraz-me communicar-lhe que o Governo brasileiro aceita a proposta transmittida por Vossa Excellencia e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Johan Wilhelm Michelet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei da Noruega.

Nota do Governo Brasileiro á Legação da Noruega no Rio de Janeiro

N. 27 B

Em 31 de Dezembro de 1931.— EC.. 14/ 8/ (42).(77).8.

SENHOR MINISTRO,

Com referencia á nota datada de hoje relativa ás relações commerciaes entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Noruega, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Governo brasileiro concederá aos peixes chamados “brisling” ou “sild”, das especies “clupea sprattus” e “clupea Harengus”, conservados em azeite ou em tomate, sem cabeças, em latas hermeticamente fechadas, o tratamento aduaneiro e outras

facilidades de importação applicadas no Brasil ás sardinhas conservadas em latas hermeticamente fechadas, procedentes de qualquer outro paiz.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelencia os protestos da minha alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excelencia o Senhor Johan Wilhelm Michelet, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei da Noruega.

N. 28

Demonstração comparativa do material comprado pelo Ministerio das Relações Exteriores á firma Harrison & Sons, nos annos de 1929, 1930 e 1931

	1929	1930	1931
	£s.	£s.	£s.
Embarque de Janeiro.....	—	—	1.539 - 7- 3
Papeis, livros e fornecimentos á Secretaria de Estado, até 31 de Março.	873-16- 3	127- 0- 7	247- 6- 1
Carimbos fornecidos ás Legações e Consulados.....	—	422- 5- 7	—
Papeis, livros e fornecimentos ás Missões Diplomaticas.....	374-19- 0	378- 8- 9	118- 3-11
Livros fornecidos ás Legações e Consulados.....	—	173- 4- 4	—
Papeis, livros e fornecimentos ás Chancellarias Consulares.....	529- 5- 4	662-18-11	143- 17-6
Papeis, livros e fornecimentos ás Missões Diplomaticas, no 2º trimestre..	79- 4-10	167-19- 7	215- 10- 7
Idem, idem, idem ás Chancellarias Consulares.....	162-11- 5	322-16-10	676-12- 6
Idem, idem, idem á Secretaria de Estado.....	2.462-12-1	324-13- 4	1.318- 0- 1
Fornecimento de armarios de aço ás Legações e Consulados, e installação das Legações em Budapest e Bukarest, incluindo o transporte dos moveis.....	9.979-15-0	—	—
Papeis, livros e fornecimentos ás Missões Diplomaticas no 3º trimestre.	57-10-11	63- 6- 3	122- 19- 2
Idem, idem, idem ás Chancellarias Consulares.....	171- 2- 6	236-16- 8	403-12- 2
Idem, idem, idem á Secretaria de Estado.....	541- 3- 2	3.365-13- 2	1.483- 1-10
Papeis, livros e fornecimentos ás Missões Diplomaticas no 4º trimestre...	139- 1-10	158- 8- 9	127- 0- 6
Idem, idem, idem ás Chancellarias Consulares.....	247- 5- 1	277-11- 4	328- 12-3
Idem, idem, idem á Secretaria de Estado.....	3.038-18-5	865-15- 0	355-11-11
£s.....	18.657- 5-10	7.546-19- 1	7.079- 15- 9

MOVEIS DO EDIFICIO NOVO

PROTOCOLLO

- 1 mobilia dourada composta de:
- 1 sofá.
- 4 poltronas.
- 1 biombo.
- 2 consolos de jacarandá.
- 1 quadro de Pedro Americo..
- 1 suporte para quadro.
- 1 armario de jacarandá (antigo).
- 2 candelabros de bronze.

GABINETE DO SECRETARIO GERAL

- 1 mobilia dourada composta de:
- 1 sofá.
- 2 poltronas.
- 1 consolo de páu rosa.
- 1 relógio de bronze.
- 1 quadro "Bandeirantes".
- 1 quadro, marinha, de Virgilio.
- 1 dunkuerque e 1 estatueta de bronze.
- 2 biombos.
- 1 mesa redonda.

ESCALA PARA OS TORREÕES

- 6 placas de bronze.
- 3 quadros.

TORREÃO DO NORTE

- 1 sofá de couro.
- 2 poltronas.

TERRAÇO

- 1 grupo de bronze do Barão do Rio Branco.

TORREÃO DO CENTRO

- 1 sofá de couro.
- 2 poltronas, idem.
- 1 retrato, "Saenz Peña".
- 1 quadro, "Lagôa Mirim".

CORREDOR

- 1 quadro, "Tratado Versailles".
- 1 quadro, "Entrada do Brasil na Guerra".
- 1 mesa.
- 1 divan.

TORREÃO SUL

- 1 sofá de couro.
- 2 poltronas idem.
- 1 mesa redonda.
- 1 columna de marmore.
- 1 columna de madeira.
- 1 chapeleira.
- 1 mesa.

JARDIM

- 1 chafariz de marmore.
- 11 estatuas de marmore.
- 2 estatuas de bronze.
- 35 vasos de marmore.
- 19 pedestaes de marmore.

MOVEIS E ALFAIAS DO EDIFICIO DA BIBLIOTHECA

GALERIA DA ENTRADA

- 1 mesa de jacarandá.
- 1 commoda.
- 1 poltrona de jacarandá.
- 1 banco idem.
- 2 tocheiros idem.
- 1 lanterna de bronze.
- 1 placa de bronze.
- 1 grupo de bronze (cavallos).

VESTIBULO

- 1 arca, de bandeirantes, com suporte dourado (antiga).
- 4 tocheiros de madeira dourada (antiga).

- 2 bancos de jacarandá (antigos).
- 1 tapeçaria "verdure" (antiga).
- 1 lampada de prata.
- 2 arandelas.

SALA DOS FICHEIROS

- 4 ficheiros de jacarandá.
- 1 mesa de jacarandá (antiga).
- 2 poltronas de jacarandá e seda.
- 2 poltronas de jacarandá e couro.
- 2 lampadas de prata.
- 1 tapete persa.
- 4 candelabros de prata

SALA DE LEITURA

- 10 mesinhas de jacarandá.
- 8 cadeiras de jacarandá e couro (antigas).

SALA DE CONFERENCIAS

- 1 grande balcão de jacarandá.

CORREDOR

- 1 piano.

SALA DO CATALOGO

- 1 mesa de jacarandá (antiga).
- 1 retrato, "Varnhagen".
- 1 relógio de bronze.

GABINETE DO CONFERENCISTA

- 1 mesa laqueada.
- 1 consolo idem.
- 1 sofá idem
- 2 cadeiras idem.
- 1 porta chapéus idem.

SALA DO EMPACOTAMENTO

- 1 mesa.
- 1 mesa com pedra marmore.

- 1 fogareiro electrico.
- 1 carrinho de madeira.
- 1 mocho.

DEPOSITO DE IMPRESSOS

- 2 carrinhos de madeira.

MAPPOTHECA

- 1 papeleira de madeira.
- 2 bustos de bronze.
- 19 quadros para mappas.
- 1 retrato, "Almirante Guillobel".
- 2 mesas grandes.

CORREDOR

- 16 retratos a oleo.
- 4 aquarelas.
- 1 gravura.
- 1 quadro a oleo.

GRANDE SALÃO

- 1 mesa de jacarandá (antiga).
- 1 cadeira antiga.
- 1 poltrona de D. Pedro II.
- 1 armario para livros de J. Nabuco.
- 2 bustos de bronze.

GABINETE DO DIRECTOR DA BIBLIOTHECA

- 2 mesas de jacarandá (antigas).
- 3 bustos de bronze.
- 1 consolo de madeira.
- 1 vitrine.
- 1 sofá e 2 poltronas de madeira.

MOVEIS NOVOS

Secretarias grandes (typo A).....	20
Secretarias pequenas (typo B).....	11
Secretarias duplas (typo BB).....	28
Armario (typo C).....	6
Mesas de dactylographos (typo D).....	37
Bancas (typo E).....	17
Bancos (typo F).....	22
Mesas de continuo (typo G).....	22
Mesas de centro (typo H).....	3
Poltronas, de canella, para secretária.....	2
Papeleira de imbuia.....	1
Papeleira de imbuia, em 2 corpos.....	1
Balcão de canella.....	1
Cadeira giratoria, em canella, e tampo de couro.....	1
Mesas, de canella, tampo forrado de couro.....	13
Tribuna, de jacarandá, em 3 corpos.....	1
Estantes para mappas, de vinhatico.....	4
Estantes, grandes, de canella, para livros (2 corpos).....	2
Estantes, para livros, em Gonçalves Alves.....	3
Cadeiras de vime.....	37
Archivos de aço.....	57
Archivos de aço, com porta de correr.....	3
Mesas de aço, com tampo forrado de couro.....	2
Mesas de aço, pequenas.....	3
Ficheiros de aço.....	5
Guarda-roupas de senhora, com 40 divisões (aço).....	2
Estantes de aço, para livros.....	10
Guarda-roupa de aço, com 5 divisões cada um.....	18
Mesa de aço.....	1
Bureaux com tampo forrado de couro (aço).....	2
Poltrona, de canella, forrada de couro.....	1
Cadeiras giratorias, de canella, forradas de couro.....	10
Cadeiras americanas com assento e encosto de couro.....	18
Armario de canella, com portas de vidro.....	1
Columnas de canella.....	9
Columnas de alabastro.....	7
Columna de marmore e bronze.....	1
Columna de marmore.....	1
Cadeiras giratorias de canella, com assento de couro.....	16

Cadeiras, americanas, para secretária.....	2
Armario, de canella, com tampo de correr.....	2
Relogios americanos.....	11
Cadeira de canella, com encosto de couro, para secretária.....	1
Cadeiras de canella, giratorias, com assento de palha.....	20
Papeleira de canella.....	7
Bureau grande.....	1
Papeleira, de canella, com tampo de correr.....	1
Sofás americanos, forrados de couro.....	2
Grupos americanos, forrados de couro (tres peças).....	6
Mesas de centro, em canella.....	5
Bureaux de canella.....	5
Bureau grande, de canella, com tampo de correr.....	1
Armario de canella, para livros.....	4
Mesas redondas, para centro.....	2
Cadeira americana, com tampo de couro.....	1
Mesas grandes, americanas.....	2
Mesa de centro, de canella forrada de couro.....	1
Secretária de canella, para 8 pessoas.....	1
Mesas de centro, grandes.....	7
Poltronas, americanas, giratorias, com assento de couro.....	3
Grande balcão, de canella, em 2 corpos, para jornaes.....	1
Gravateira de canella, com tampo de correr.....	1
Armario, para livros, com portas de correr.....	1
Poltronas, de canella, forradas de couro.....	3
Mesa de canella, para centro.....	1
Mesa de centro, em jacarandá (oval).....	1
Divan americano, forrado de couro.....	1
Poltronas americanas.....	3
Bureaux de canella.....	6
Cadeiras, de canella, americanas, forradas de couro.....	3
Grupo de canella, com encosto de couro (3 peças).....	1
Cadeiras giratorias, de canella, forradas e empalhadas.....	2
Estantes, com portas de vidro, para livros.....	3
Secretárias de vinhatico.....	7
Grandes estantes de canella, com portas de correr.....	2
Mesas de canella.....	2
Secretária americana, com tampo de correr.....	1
Extinctores de incendio.....	80

TAPETES

Rheingantz:

Tapete 7^m,50 por 5^m,15.
 Tapete 7^m,40 por 5^m,10.
 Tapete 8^m,10 por 5^m,85.
 Tapete 7^m,15 por 5^m,17.
 Tapete 7^m. por 7^m,30.
 Tapete 7^m,18 por 6^m.
 Tapete 8^m,60 por 8^m.
 Tapete 7^m,90 por 5^m,20.
 Tapete 7^m,90 por 5^m,15.
 Tapete 6^m,45 por 5^m,20.
 Tapete 7^m,05 por 5^m,20.
 Tapete 7^m,10 por 5^m,10.
 Tapete 4^m,86 por 4^m,95.
 Tapete 8^m,70 por 3^m,10.
 Tapete 5^m,75 por 2^m,88.
 Tapete 6^m,40 por 5^m,50.
 Tapete 7^m,20 por 2^m,40.

Rheingantz:

Tapete 3^m,90 por 4^m.
 Tapete 5^m. por 2^m.
 Tapete 5^m,70 por 3^m,90.
 Tapete 6^m,40 por 3^m,60

Avulsos:

Tapete 3^m. por 2^m.
 Tapete 2^m,55 por 3^m,50.
 Tapete 16^m,56 por 6^m,58.
 Tapete 5^m. por 1^m,90.
 Tapete 5^m,10 por 2^m.
 Tapete 3^m,5 por 2^m.
 Tapete 2^m. por 1^m,50.
 Tapete 2^m,96 por 2^m.
 Tapete 7^m,10 por 5^m,15.

ARRECADAÇÃO

4 armarios, de peroba, para material.
 2 armarios, de imbuia, com portas de vidro
 2 estantes, grandes, de canella.
 1 armario, de canella, com portas de vidro.
 1 balança, grande, decimal.
 1 balança, pequena, com pesos.
 1 guarda-casaca, com espelho.
 5 baús, de folha, para alfaias.
 8 malas, de cedro, para toalhas.

CRYSTAES EXISTENTES NA ARRECADAÇÃO DESTE MINISTERIO EM PERFEITO ESTADO

Copos para agua.....	143
Copos para vinho tinto.....	194
Copos para vinho Madeira.....	187
Copos para vinho do Porto ou para licôr.....	189

Taças para “champagne”.....	160
Copos para cerveja ou “chopp”.....	189
Lavandas.....	36
Pratos para lavandas.....	198
Jarros, grandes, para agua ou “champagne”.....	21
Jarros, menores, para agua.....	24
Jarros, pequenos, sem aza (typo moringa) e sem tampa.....	24
Garrafas com tampa quadrada (digo rolha).....	23
Garrafas com aza.....	22
Garrafas, simples, com rolha redonda.....	24
Molheiras.....	10
Saleiros.....	35

MATERIAL DE LOUÇA EXISTENTE NA ARRECADAÇÃO EM PERFEITO ESTADO

Pratos para salada (meia lua).....	200
Pratos para sobremesa.....	168
Pratos fundos.....	211
Pratos rasos.....	964
Chicaras para café.....	121
Chicaras para chá.....	247

TOALHAS E GUARDANAPOS PARA USO DE BANQUETE NO MINISTERIO

- 129 guardanapos marcados, R. E. (novos).
- 82 guardanapos marcados, MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.
- 207 guardanapos *ajours* para chá.
- 22 guardanapos *ajours* para jantar.
- 137 pannos, rendados, para lavandas, marcados R. E.
- 24 guardanapos, bordados, para chá.
- 2 toalhas, de mesa, bordadas.
- 10 toalhas, de mesa, com ramagens.
- 3 toalhas para mesa, grandes, marcadas R. E.

INVENTARIO DA PRATARIA

QUANTIDADE	OBJECTO	PESO DE CADA PEÇA — Gramas	DIMENSÕES — Centime- tros
PRATOS			
120	Pratos fundos, estylo George I, marcados de ns. 1 a 120.	580	24 ½
240	Pratos rasos idem, mercados de ns. 1 a 240.	557	24
120	Prato de sobremesa, idem marcados de ns. 1 a 120.	345	19
	Peso total.....	244.680	
12	Pratos de prata, Luiz XVI, Friedlander.....	440	—
6	Pratos de prata, Luiz XVI, Freidlander, que pertenceram ao Barão do Rio-Branco.....	440	—
	Peso total.....	880	
SERVIÇO DE CHÁ			
SERVIÇOS "FATO" (PRATA PORTUGUEZA)			
1	Cafeteira.....	1.415	—
1	Bule.....	1.375	—
1	Leiteira.....	605	—
1	Assucareiro.....	600	—
1	Lavanda.....	620	—
1	Manteigueira.....	744	—
1	Bandeja.....	2.500	52×39
		7.859	
SERVIÇO DE BICO DE PATO			
(PRATA PORTUGUEZA)			
1	Cafeteira, aza de ebano.....	1.550	—
1	Bule.....	1.410	—
1	Leiteira.....	580	—
1	Assucareiro.....	735	—
1	Lavanda.....	525	—
		4.800	

QUANTIDADE	OBJECTO	PESO DE CADA PEÇA — Gramas	DIMENSÕES — Centime- tros
SERVIÇO “RIO BRANCO”			
ESTYLO LUIZ IV (prata franceza)			
1	Cafeteira.....	1.200	—
1	Bule.....	790	—
1	Leiteira.....	985	—
1	Chaleira.....	288	—
1	Lampada, cabo de marfim	2.985	—
1	Bandeja.....	183	—
		7.100	68×54
		13.531	
CANDELABROS			
4	Candelabros, prata, port. 7 velas D. João V.	Marcados, Minis- terio das Rela- çõesE xteriores..	
2	Candelabros, Luiz XIV, prata, 7 velas.		altura 85
4	Candelabros, Luiz XVI, prata 7 velas.	9.500	altura 78
2	Candelabros, Luiz XV, metal, 5 velas.	12.500	altura 53
2	Candelabros, Luiz XV, metal, 4 velas.	7.200	altura 54
2	Candelabros, Luiz XV, metal, 4 velas.	5.300	altura 35
		3.800	
BANDEJAS			
1	Salva estylo Imperio.....	Marcados, Ministerio das Relações Ex- teriores; adqueri- da em 1927.	35
1	Salva redonda, D. João V, c/pés.		27
1	Salva redonda, simples, c/pés.....	600	72
1	Salva rectangular, metal (uvas)...	535	
1	Salva rectangular c/pés e grade...	5.400	66×51
		500	24×18
DIVERSOS			
1	Centro de mesa, prata dourada, do Barão do Rio Branco.	De prata ingleza, offe- recido, por subs- cripção publica, como lembrança da questão de Li- mites da Guyana. 1/12/1900.	1,00×72×78
2	Candelabros, prata dourada do Barão do Rio Branco. Perten- centes ao centro supra.....		65

AMOSTRAS

- | | |
|--------------------------|-------------------------|
| 1 Concha. | 1 Garfo para sobremesa. |
| 1 Colher de molho. | 1 Garfo para frutas. |
| 1 Colher para sopa. | 1 Faca grande. |
| 1 Colher para sobremesa. | 1 Faca para sobremesa. |
| 1 Colher para chá. | 1 Faca para peixe. |
| 1 Colher para café. | 1 Faca para frutas. |
| 1 Colher para sal. | 2 Travessas. |
| 1 Colhe para assucar. | 1 Molheira. |
| 1 Garfo grande. | 2 Lavandas. |
| 1 Garfo para peixe. | |

RELAÇÃO DE AUTOMOVEIS DESTE MINISTERIO

- 2 limousines, marca Lincoln, do fabricante Ford.
- 2 phaetons, para sete passageiros, marca Lincoln, do fabricante Ford.
- 2 autos-caminhões, typo commercial, marca Ford, do mesmo fabricante (typo A).
- 1 auto-caminhão, typo commercial, marca Ford, do mesmo fabricante (typo T).
- 1 phaeton, para cinco passageiros, marca Ford, do mesmo fabricante typo A).

MATERIAL DE GARAGE

- 1 mangueira de borracha, com 20 metros, para lavagem dos automoveis.
- 3 baldes para lavagem dos automoveis.
- 1 carrinho cama, para o serviço de lubrificação dos automoveis.
- 1 escada de abrir, com tres degráus.
- 1 armario para guardar roupa dos motoristas ajudantes, com seis divisões.
- 1 armario para guardar roupa, com duas divisões.
- 1 armario de ferro, para inflammaveis, com seis divisões.
- 1 armario, para guardar material de consumo diario.
- 1 pequeno armario, para guardar, material de uso diario.
- 1 aparelho (Eletro Lux), para limpeza dos automoveis.
- 1 carteira, servindo de secretaria.

4 extintores, marca "Foamite" ns. 77-78-79-80.

1 lata de lixo.

13 cavalletes de peroba, para suspensão dos automoveis.

2 cavalletes de pinho de riga, para suspensão dos automoveis.

1 macaco mecanico, com quatro rodas, para o serviço dos automoveis na garage.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

N. 29

RELATORIO DO CHEFE DO SERVIÇO

Senhor Ministro,

Estando afastado do Serviço de Comunicações o funcionario, que teve a sua direcção, em 1931, tenho a honra de apresentar a Vossa Excellencia alguns dados estatísticos sobre entrada e sahida de correspondencia, expedição e recebimento de malas e movimento de telegrammas, no decorrer desse anno, assim como algumas notas sobre as despesas effectuadas com esses telegrammas.

CORRESPONDENCIA

Em 1931, o numero de sahidas (13.248) foi superior ao de 1930, como se verifica do quadro II, mas as entradas (22.912) são um pouco inferiores ás do anno anterior. O que se nota, porém, não só em 1931, como nos tres annos anteriores, é um volume de entradas sempre muito superior ao das sahidas.

MALAS DIPLOMATICAS

As malas diplomaticas accusam, em relação a 1930, um augmento, tanto nas recebidas, como nas expedidas por esta Secretaria de Estado ás diversas Missões.

Foram a Legação em Montevideo e as Embaixadas em Paris e Buenos Aires as Missões que maior numero de malas diplomaticas trocaram com esta Secretaria de Estado.

Nenhum accôrdo foi assignado, em 1931, com qualquer paiz estrangeiro, sobre troca de correspondencia diplomatica em malas especiaes.

TELEGRAMMAS

Pelo exame do quadro annexo I verifica-se que o numero de telegrammas expedidos (4.989) é inferior ao dos de 1929 e 1930. O numero de recebidos (4.050) é, porém, inferior, apenas, ao de 1930.

A verba despendida com o movimento geral de telegrammas, em 1931, foi de 267:026\$078, papel, por conta do credito de 1.302:600\$, papel, o que dá um saldo de 1.035:573\$922.

Para esse resultado concorreu, principalmente, o facto de terem sido encaminhados os telegrammas expedidos, no 2º, 3º e 4º trimestres, por intermedio do Telegrapho Nacional, que fez a respectiva transmissão para o exterior, por conta do debito das diversas companhias telegraphicas.

Respeitosamente,

C. C. DE LATORRE LISBOA.

Chefe de Serviço de Comunicações.

O Serviço de Comunicações apresenta ás Chancellarias que possuem malas diplomaticas o incluso quadro do movimento das mesmas durante o anno de 1931.

Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1932.

MALAS DIPLOMATICAS

	EXPEDIDAS	RECEBIDAS
1927.....	446	385
1928.....	635	573
1929.....	722	695
1930.....	817	784
1931... ..	822	807

1931

DISCRIMINAÇÃO

	EXPEDIDAS	RECEBIDAS
Assumpção.....	42	42
Berlim.....	34	32
Bogotá.....	29	25
Buenos Aires.....	60	57
Caracas.....	34	33
Copenhague.....	31	31
Havana.....	32	33
La Paz.....	54	56
Lima.....	35	37
Lisbôa.....	47	44
Londres.....	59	57
Madrid.....	24	24
Mexico.....	25	24
Montevideo.....	80	81
Paris.....	61	56
Quito.....	27	30
Roma.....	42	41
Santiago.....	34	34
Tokio.....	25	25
Washington.....	47	45
	822	807

Quadro N. 1

QUADRO DEMONSTRATIVO DE TELEGRAMMAS RECEBIDOS E EXPEDIDOS DURANTE O QUATRIENNIO DE 1928-1931

ANNO	N. DE TELEGRAMMAS			NUMERO DE PALAVRAS			MEDIA DE PALAVRAS POR TELEGRAMMA	
	Exp. ^o	Rec. ^o	Total	Exped. ^o	Rec. ^o	Total	Expedido	Recebido
1928	4.276	3.758	8.034	118.829	134.271	253.100	27	35
1929	5.516	4.012	9.528	128.528	125.193	253.721	23	31
1930	7.263	5.393	12.656	231.181	171.632	402.813	31	31
1931	4.989	4.050	9.039	159.357	125.717	285.074	32	31

Quadro N. 2

QUADRO COMPARATIVO DAS DESPESAS DE TELEGRAMMAS NO QUATRIENNIO DE 1928-1931

ANNO	CREDITO EM OURO	CONVERTIDO EM PAPEL	DESPESA EM PAPEL	SALDO EM PAPEL
1928.....	150:000\$000	685:714\$200	465:131\$889	220:582\$311
1929.....	150:000\$000	685:050\$000	390:788\$605	294:261\$395
1930.....	180:000\$000	822:060\$000	689:088\$476	132:971\$524
1931.....	150:000\$000	1.302:600\$000	(1) 267:026\$078	1.035:573\$922

(1) 1931 — Nesta importancia estão comprehendidas as seguintes quantias: 76:568\$686 paga as Missões e Consulados e Companhias Telegraphicas em 1931;

190:457\$392 paga ás Companhias Telegraphicas por conta do exercicio de 1931.

Os telegrammas expedidos durante os 2º, 3º e 4º trimestres de 1931, não estão computados na despesa de 267:026\$978, por terem sido transmittidos por intermedio do Telegrapho Nacional.

Quadro N. 3

BALANCETE DO BIENNIO DE 1930-1931

	1930	1931
Verba ás Missões Diplomaticas e Consulados.....	109:334\$625	29:869\$026
Contas das Companhias Telegraphicas.	579:753\$851	237:157\$052
Saldo.....	132:971\$524	1.035:573\$922
Total.....	822:060\$000	1.302:600\$000

MOVIMENTO GERAL DA CORRESPONDENCIA

Quadro N. 4

Resumo estatístico dos quatro ultimos annos — 1928-1931

ANNO	PROTO-COLLO D E SAHIDAS	PROTO-COLLO D E ENTRADAS	MALAS DIPLO-MATICAS		EXPEDIÇÃO			
			Ex-pedidas	Re-cebidas	Sellos Correio	CORRESPONDENCIA EM GERAL		
						Paga	C/franquia	Total
1928.....	13.162	23.151	635	573	77:122\$150	43.707	—	43.707
1929.....	12.562	29.304	722	695	91:106\$800	71.820	—	71.820
1930.....	12.400	23.506	817	784	60:904\$500	67.242	2.735	69.977
1931.....	13.248	22.912	822	807	18:755\$400	13.466	9.182	22.648

Quadro N. 5

FRANQUIA PAN-AMERICANA DE ACCÔRDO COM O DECRETO N. 19.237, DE 1 JUNHO DE 1931

MEZES	OFFICIOS	DIARIO OFFICIAL	BOLETIM COM- MERCIAL	RELA- TORIOS	JORNAL DO COMMER- CIO	IMPRES- SOS DIVERSOS	TOTAL GERAL
Janeiro.....	108	174	47	—	—	156	485
Fevereiro.....	107	253	40	—	—	114	514
Março.....	61	206	—	—	—	82	349
Abril.....	102	158	—	—	—	109	369
Maió.....	62	204	—	—	—	67	333
Junho.....	187	150	—	—	—	129	466
Julho.....	132	101	—	—	37	87	357
Agosto.....	161	165	—	47	72	4	449
Setembro.....	104	164	—	—	47	85	400
Outubro.....	120	162	—	—	81	182	545
Novembro.....	54	167	—	—	90	97	408
Dezembro.....	153	232	—	—	72	53	510
	1.351	2.136	87	47	399	1.165	5.185

Quadro N. 6

FRANQUIA INTERNA ISENTA DE TAXA DE ACCÔRDO COM
A LEI N. 19.621, DE 23 DE JANEIRO DE 1931

MEZES	OFFICIOS	CARTAS	BOLETIM COM- MERCIAL	IMPRESSOS DIVERSOS	TOTAL G E R A L
Janeiro.....	—	—	—	—	—
Fevereiro.....	56	71	474	14	615
Março.....	160	71	—	48	279
Abril.....	15	103	—	45	223
Maió.....	151	76	—	541	768
Junho.....	163	90	—	47	300
Julho.....	88	55	—	71	214
Agosto.....	158	70	—	37	265
Setembro.....	142	42	—	25	209
Outubro.....	351	61	—	27	439
Novembro.....	172	54	—	176	402
Dezembro.....	103	73	—	107	283
	1.619	766	474	1.138	3.997

QUADRO DEMONSTRATIVO DA CORRESPONDENCIA

MEZES	OFFICIOS	IMPOR- TANCIAS	CARTAS	IMPOR- TANCIAS	DIARIO OFFICIAL	IMPOR- TANCIAS	BO- LETIM COMMER- CIAL
Janeiro.....	398	664\$400	253	120\$900	398	1.380\$200	597
Fevereiro.....	262	539\$900	44	32\$700	617	1.678\$300	86
Março.....	269	412\$900	23	26\$400	492	817\$400	—
Abril.....	217	449\$100	25	17\$900	370	565\$000	—
Maió.....	176	335\$400	21	19\$900	417	664\$600	—
Jnnho.....	343	631\$700	29	21\$500	294	446\$600	—
Julho.....	244	558\$300	22	19\$900	196	332\$500	—
Agosto.....	399	639\$900	26	22\$100	306	446\$000	—
Setembro.....	218	431\$500	120	53\$000	300	447\$000	—
Outubro.....	223	421\$200	83	41\$400	300	466\$000	—
Novembro.....	144	244\$600	105	57\$600	303	422\$000	—
Dezembro.....	336	621\$800	52	37\$900	412	530\$900	—
	3.229	5.950\$700	803	471\$200	4.405	8.197\$300	683

Quadro N. 7

EXPEDIDA DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1931

IMPOR- TANCIAS	JORNAL DO COMMER- CIO	IMPOR- TANCIAS	RELA- TORIOS	IMPOR- TANCIAS	IMPRES- SOS DIVERSOS	IMPOR- TANCIAS	TOTAL G E R A L	IMPOR- TANCIAS
197\$100	—	—	—	—	769	503\$400	2.415	2.866\$000
55.0 00	—	—	—	—	319	392\$700	1.328	2.698\$600
—	—	—	—	—	204	245\$000	988	1.501\$700
—	—	—	—	—	66	83\$600	678	1.116\$200
—	—	—	—	—	278	285\$700	892	1.305\$800
—	—	—	—	—	320	355\$800	986	1.455\$600
—	176	138\$900	—	—	269	220\$400	907	1.270\$000
—	158	191\$700	73	94\$900	109	90\$900	1.071	1.485\$500
—	115	137\$500	—	—	126	94\$300	879	1.163\$300
—	188	245\$600	12	19\$400	430	181\$600	1.236	1.375\$200
—	180	217\$100	—	—	295	138\$800	1.027	1.080\$100
—	142	177\$300	10	17\$800	107	51\$700	1.059	1.437\$400
252\$100	959	1:108\$100	95	132\$100	3.292	2:643\$900	13.466	18:755\$400

RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1934

49